

**UNIVERSIDAD DE LA EMPRESA
FACULTAD DE CIENCIAS EMPRESARIALES**

SÉRGIO CRISTÓVÃO ZARPELLON

**PROGRAMA BAIROS EM AÇÃO: UM ESTUDO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA CIDADE DE
GUARAPUAVA – PARANÁ – BRASIL.**

Montevideo- URUGUAY

2008

SÉRGIO CRISTÓVÃO ZARPELLON

**PROGRAMA BAIROS EM AÇÃO: UM ESTUDO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA CIDADE DE
GUARAPUAVA – PARANÁ – BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Administração de Empresas da Universidad de La Empresa de Montevideo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. José Mallot

Montevideo - URUGUAY

2008

SÉRGIO CRISTÓVÃO ZARPELLON

**PROGRAMA BAIROS EM AÇÃO: UM ESTUDO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA CIDADE DE
GUARAPUAVA – PARANÁ – BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Administração de Empresas da Universidad de La Empresa de Montevideo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração de Empresas.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Colossi

Prof. Dr. Humberto Stadler

Prof. Dra. Norma Pontet

Prof. Dr. © Mag. Cr. José Mallot

Prof. Dr. © (DEA) Mag. Ing. Juan José Valcarce Ortiz

Montevideo, 22 de Janeiro de 2008.

DEDICATÓRIA

A minha esposa Rejane aos meus filhos Letícia e Vinícius e a minha mãe
Tereza, por acreditaram e me apoiaram nessa caminhada,
com os quais compartilho esta conquista.

“Quando, numa cidade, dizem alguns filósofos, um ou muitos ambiciosos podem elevar-se mediante a riqueza ou o poderio, nascem os privilégios de seu orgulho despótico, e seu jugo se impõe à multidão covarde e débil. Mas, quando o povo sabe, ao contrário, manter suas prerrogativas, não é possível encontrar mais glória, prosperidade e liberdade, porque então ele permanece árbitro das leis, dos juízes, da paz, da guerra, dos tratados, da vida e da fortuna de todos e de cada um; então, e só então, é a coisa pública coisa do povo”.

Marco Túlio CÍCERO (106-43 a.C.).

Estadista romano.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e pela sabedoria em reconhecer e descobrir que,
ninguém fará por mim aquilo que não sou capaz
de fazer por mim mesmo.

À Universidad de La Empresa – UDE de Montevideo, Uruguay e ao Instituto
Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – ISEPE de Curitiba, Brasil,
pela oportunidade de acesso a um programa de Pós-Graduação
de Mestrado Internacional, possibilitando a
realização de um sonho.

Aos professores, professoras e demais colaboradores das
Instituições de ensino UDE e ISEPE.

Ao professor Acir Mores Edling e aos demais colegas de turma de Mestrado pelo
apoio, companheirismo, respeito e pela salutar convivência.

Ao estimado professor e orientador José Mallot, pela orientação e
apoio dedicado.

Ao estimado professor Germán Calderón Calderón pelo apoio na tradução para o
espanhol.

Aos empreendedores e amigos que de alguma maneira
contribuíram para a realização desse desafio.

RESUMO

Estudos e pesquisas evidenciam que o empreendedorismo é um fenômeno muito mais relacionado a atitudes e comportamentos das pessoas do que meramente uma manifestação de abertura de novas empresas ou novos empreendimentos. As crenças de que os governos e as grandes empresas seriam os fomentadores do desenvolvimento econômico e social não mais se sustentam com o advento da globalização, do desenvolvimento tecnológico, da informação, da era do conhecimento e da situação alarmante do meio ambiente e da falta de trabalho e renda. Baseado nessas premissas, este estudo teve como principal objetivo investigar como investimentos em capital humano e capital social podem gerar o desenvolvimento sustentável numa comunidade. Para isso, foram realizados levantamentos das principais ações, projetos e programas ocorridos no município de Guarapuava, Estado do Paraná, Brasil no período de 1997 a 2004. Das principais ações, projetos e programas, foi escolhido o Programa Bairros em Ação para ser analisado e estudado. Através da metodologia de pesquisa descritiva *ex post facto*, foi identificado e estudado se o empreendedorismo social (capital humano e capital social), como uma ação de desenvolvimento sustentável, está presente na comunidade. Os resultados do estudo evidenciaram que ocorreu um importante aumento do capital social e capital humano no município em função da construção de um ambiente favorável no período estudado. Conclui-se que, mesmo diante dos resultados alcançados, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, para que a comunidade alcance o Desenvolvimento Sustentável, principalmente pela falta de continuidade de ações estratégicas quando ocorrem mudanças políticas no governo municipal. Dessa forma, através do estudo e da pesquisa, pretendeu-se destacar a importância do empreendedorismo social (capital humano e capital social), que possam contribuir para as comunidades e governos, sugerindo possíveis caminhos que levem ao desenvolvimento econômico social e sustentável.

Palavras-chave: empreendedorismo, capital social, capital humano, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Studies and research make it evident that entrepreneurship is a phenomenon more related to attitudes and behaviors of people than just a manifestation of opening new companies or new enterprises. The belief that the governments and the big companies would be the promoters of economic and social development does not sustain anymore with the advent of globalization, technology development, information, knowledge era, alarming situation of the environment and the lack of work and income. Based on these premises this study main focus was to investigate how investments in human capital and social capital can generate the sustaining development in a community. From this rises many of the main actions, projects and programs that occurred at the city of Guarapuava, Paraná, Brazil in the period of 1997 to 2004. Of the main actions, projects and programs the Programa Bairros em Ação was chose to be analyzed and studied. Through the methodology of descriptive research *ex post facto* it was identified and studied that the social entrepreneurship (human capital and social capital), like an action of sustainable development, is present in the community. The result of the study had evidence that an important rise of the social capital and human capital at the city had occurred due to the building of a favorable environment in that period studied. It was concluded that, even though the results achieved were favorable, there is still a long way to go for the community to achieve Sustainable Development. This is mostly due to the lack of continuity of strategic actions when political changes occur at the municipal government level. Through studies and research the importance of the social entrepreneurship (human capital and social capital) that can contribute to the communities and governments, pointing possible ways that take to the social, economic and sustainable development is emphasized.

Key words: entrepreneurship, social capital, human capital, sustainable development.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Projetos originados e apoiados pelo Programa Bairros em Ação.	4
Quadro 2 - Temas principais da pesquisa sobre empreendedorismo.	8
Quadro 3 - Avenidas empreendedoras.	10
Quadro 4 - Destaques da história do “capital”.	11
Quadro 5 - Principais características desse novo modelo de desenvolvimento.	25
Quadro 6 - Empreendedores privados x empreendedores sociais.	26
Quadro 7 - Objetivos do empreendedorismo comunitário, social ou coletivo.	27
Quadro 8 - Ações de empreendedorismo social.	28
Quadro 9 - Os desafios do empreendedorismo comunitário e social.	28
Quadro 10 – Benefícios numa comunidade que enfrenta os desafios do empreendedorismo comunitário e social.	29
Quadro 11 - As cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento.	31
Quadro 12 - Questionamentos levantados para investigar o processo de reforma na Itália.	33
Quadro 13 - Constatação empírica da presença do fator Capital Social.	35
Quadro 14 - Resultado de constatações empíricas atribuíveis ao fator Capital Social.	35
Quadro 15 - Capacidades das pessoas numa dada sociedade com Capital Social.	36
Quadro 16 - O quê diferencia cidades mortas de cidades vivas?	37
Quadro 17 – Motivos da escolha do Programa Bairros em Ação.	43
Quadro 18 - As partes do questionário de coleta de dados.	51
Quadro 19 - Principais entidades públicas, privadas e empresariais, parceiras nos mais variados projetos e programas da comunidade de Guarapuava no período de 1997 a 2004.	86
Quadro 20 - Principais objetivos do Programa Bairros em Ação.	89
Quadro 21 - Conjunto de ações desenvolvidas com metodologia instrucional e/ou andragógica.	90
Quadro 22 - As principais temáticas do Programa Bairros em Ação.	91
Quadro 23 – Elementos chave de correlação entre empreendedorismo e crescimento econômico. .	101
Quadro 24 - Questões principais avaliadas.	101
Quadro 25 - Indicadores utilizados no estudo.	102

Lista de Figuras

Figura 1 - O tema do empreendedorismo.....	23
Figura 2 – Fatores determinantes do Capital Social.....	39
Figura 3 – Os elementos formadores de Capital Social.	40
Figura 4 – Processo de elaboração de um questionário.	50
Figura 5 – Os empreendedores quanto ao gênero.....	54
Figura 6 - A escolaridade dos empreendedores.....	55
Figura 7 - Ramo de atividade dos empreendimentos.....	56
Figura 8 - Os empreendimentos quanto a sua formalidade.....	57
Figura 9 - Número de pessoas ocupadas direta e indiretamente nos empreendimentos.....	58
Figura 10 - Motivos para a abertura do empreendimento.....	59
Figura 11 - Motivos que mais dificultaram para a abertura do empreendimento.	61
Figura 12 - Apoio recebido pelos empreendedores para empreenderem.....	63
Figura 13 - Você julga que estava bem preparado ou treinado para abrir um empreendimento?	64
Figura 14 - Você recebeu ou participou de cursos e treinamentos para enfrentar os desafios de empreender?.....	65
Figura 15 - Os cursos e treinamentos de que você participou ajudaram de alguma maneira na sua formação como empreendedor?.....	65
Figura 16 - Você julga que o seu empreendimento causou algum impacto social e/ou econômico na comunidade?	68
Figura 17 - O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos ativos.....	69
Figura 18 - O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos inativos.....	70
Figura 19 - Como você avalia o seu empreendimento hoje?	71
Figura 20 - Com relação ao empreendimento você pretende:	72
Figura 21 - Quais os principais motivos que levaram você a encerrar as atividades de seu empreendimento?.....	73
Figura 22 - Mesmo tendo encerrado as atividades você gostaria de iniciar outro negócio?.....	74
Figura 23 – Impactos na cultura, crenças e valores no processo de desenvolvimento de Guarapuava.	83
Figura 24 - Público alvo do Programa Bairros em Ação.....	90
Figura 25 - Total de empresas por setor da economia em 2004.....	95
Figura 26 – Número total de empresas segundo o seu porte em 2004.....	96
Figura 27 – Percentual de empresas segundo sua formalidade em	97
Figura 28 - Total de funcionários por setor da economia em 2004.....	97

Figura 29 – Número total de funcionários segundo o porte das empresas em 2004.....	98
Figura 30 – Distribuição percentual dos funcionários segundo a formalidade da empresa em 2004...99	
Figura 31 - Evolução do PIB no período de 1997 a 2004.....	100

Lista de Tabelas

Tabela 1:	Desenvolvimento da teoria do empreendedorismo e do termo empreendedor.....	16
Tabela 2:	Mentalidade empreendedora, segundo empreendedores de negócio em estágio inicial e estabelecidos e não empreendedores, no Brasil – 2003-2005	18
Tabela 3:	Principais ações de desenvolvimento social e econômico no período de 1997 a 2004.	42
Tabela 4:	Faixa etária dos empreendedores.....	53
Tabela 5:	Os empreendedores quanto ao gênero.....	53
Tabela 6:	A escolaridade dos empreendedores.....	55
Tabela 7:	Início das atividades dos empreendedores.....	56
Tabela 8:	Ramo de atividade dos empreendimentos.....	56
Tabela 9:	Os empreendimentos quanto a sua formalidade.....	57
Tabela 10:	Número de pessoas ocupadas direta e indiretamente nos empreendimentos.....	58
Tabela 11:	Motivos para a abertura do empreendimento.....	59
Tabela 12:	Motivos que mais dificultaram para a abertura do empreendimento.....	61
Tabela 13:	Apoio recebido pelos empreendedores para empreenderem.....	62
Tabela 14:	Você julga que estava bem preparado ou treinado para abrir um empreendimento?	64
Tabela 15:	Você recebeu ou participou de cursos e treinamentos para enfrentar os desafios de empreender?.....	64
Tabela 16:	Os cursos e treinamentos de que você participou ajudaram de alguma maneira na sua formação como empreendedor?.....	65
Tabela 17:	De que maneira os cursos e treinamentos ajudaram na sua formação como empreendedor? Para os que responderam sim – empreendimentos ativos.....	66
Tabela 18:	De que maneira os cursos e treinamentos ajudaram na sua formação como empreendedor? Para os que responderam sim – empreendimentos inativos.....	67
Tabela 19:	Você julga que o seu empreendimento causou algum impacto social e/ou econômico na comunidade?	67
Tabela 20:	O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos ativos.....	68
Tabela 21:	O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos inativos.....	69
Tabela 22:	Como você avalia o seu empreendimento hoje?	70
Tabela 23:	Com relação ao empreendimento você pretende:	71
Tabela 24:	Quais os motivos que levaram você a encerrar as atividades de seu empreendimento?	73
Tabela 25:	Mesmo tendo encerrado as atividades, você gostaria de iniciar outro negócio?.....	74
Tabela 26:	Você gostaria de expressar sua opinião sobre a(s) experiência(s) com o Programa Bairros em Ação? – empreendimentos ativos.....	75

Tabela 27: Você gostaria de expressar sua opinião sobre a(s) experiência(s) com o Programa Bairros em Ação? – empreendimentos inativos.	76
Tabela 28: Aspectos físicos e territoriais de Guarapuava.	79
Tabela 29: Censo populacional.	79
Tabela 30: Índice de desenvolvimento humano municipal.	80
Tabela 31: Comparativo do índice de desenvolvimento humano – médio.	81
Tabela 32: Principais fatos e contribuições históricas de Guarapuava para o Paraná e Brasil até o século XIX.	81
Tabela 33: Principais fatos e contribuições históricas de Guarapuava para o Paraná e Brasil no século XX até 1996.	82
Tabela 34: Principais ações e acontecimentos no período de 1997 a 2004.	85
Tabela 35: Metas do Programa Bairros em Ação.	91
Tabela 36: Principais ações e projetos criados e viabilizados com o Programa Bairros em Ação.	93
Tabela 37: Resultados e conclusões da pesquisa.	94
Tabela 38: Número total de empresas e evolução por setor da economia.	95
Tabela 39: Número total de empresas conforme o seu porte.	96
Tabela 40: Total de empresas segundo a sua formalidade.	96
Tabela 41: Número de funcionários por setor da economia.	97
Tabela 42: Número Total de funcionários segundo o porte da empresa.	98
Tabela 43: Número total de funcionários segundo a formalidade da empresa.	98
Tabela 44: Ações e resultados do Programa Bairros em Ação de 10 de abril de 2000 a 31 de dezembro de 2004.	99
Tabela 45: Produto Interno Bruto – PIB em milhões de reais.	100
Tabela 46: Taxas de empresas nascentes – Paraná e regiões do Paraná, 2001.	102
Tabela 47: Taxas de novas empresas – Paraná e regiões do Paraná, 2001.	103
Tabela 48: Taxas de atividade empreendedora total – Paraná e regiões do Paraná, 2001.	103
Tabela 49: Taxas de prevalência de empresas – Paraná e regiões do Paraná, 2001.	103
Tabela 50: Principais ações, programas e projetos que continuaram após 31 de dezembro de 2004.	105
Tabela 51: Principais ações, programas e projetos que não continuaram após 31 de dezembro de 2004.	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema	3
1.2 Objetivos	4
1.2.1 Objetivo geral.....	4
1.2.2 Objetivos específicos.....	4
1.3 Delimitação do estudo	5
1.4 Relevância do estudo	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Noções de empreendedorismo	8
2.1.1 Capital Humano.....	10
2.1.2 Empreendedorismo e empreendedor.....	13
2.1.3 Empreendedorismo social.....	19
2.1.3.1 Desenvolvimento econômico.....	19
2.1.3.2 Desenvolvimento humano e social.....	24
2.1.3.3 Desenvolvimento sustentável.....	29
2.1.3.4 Capital Social.....	32
3 METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA	41
3.1 Introdução	41
3.2 Tipo de pesquisa	44
3.3 Universo e amostra	47
3.4 Coleta de dados	49
3.5 Tratamento dos dados	52
3.6 Resultados da pesquisa	52
3.6.1 Identificação dos entrevistados e dos empreendimentos.....	53
3.6.2 Questões inerentes aos empreendedores.....	59
3.6.3 Apoio recebido pelos empreendedores para empreenderem.....	62
3.6.4 A preparação dos empreendedores para empreenderem.....	63

3.6.5 O impacto dos empreendimentos na comunidade.	67
3.6.6 Avaliação dos empreendimentos ativos pelos empreendedores.	70
3.6.7 Quanto ao futuro dos empreendimentos ativos.	71
3.6.8 Avaliação dos empreendimentos inativos pelos empreendedores.	72
3.6.9 Relatos de experiências dos empreendedores ativos e inativos.	75
3.7 Limitações do método.	77
4 ANÁLISE DO CASO DE GUARAPUAVA.	78
4.1 Introdução.	78
4.2 Guarapuava no período de 1997 a 2004.	84
4.3 Programa Bairros em Ação.	87
4.3.1 Uma nova idéia transformada em oportunidade.	87
4.3.2 Construção do programa e das parcerias.	88
4.3.3 Ações e novas idéias surgidas com o Programa Bairros em Ação.	92
4.3.3.1 Conquista e importância do “Prêmio Governador Mário Covas”.	92
4.3.3.2 Principais ações e novas idéias surgidas com o Programa Bairros em Ação.	93
4.3.4 Resultados do Programa Bairros em Ação.	94
4.3.4.1 Conclusões sobre o Programa Bairros em Ação.	104
4.3.4.2 Possibilidades de reativação ou reaplicação do Programa Bairros em Ação.	106
4.3.4.3 Aprofundamento de estudo do Programa Bairros em Ação.	108
4.3.4.4 Apresentação de sugestões que contemplem o desenvolvimento sustentável.	108
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES.	111
5.1 Conclusões.	111
5.2 Sugestões.	113
REFERÊNCIAS.	115
APÊNDICE.	119
ANEXO.	129

1 INTRODUÇÃO.

Neste capítulo é apresentado a introdução ao problema, o estabelecimento do problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a delimitação e a relevância do estudo.

Numa visão geral, o tema empreendedorismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1980 e fortemente a partir da década de 1990, vem conquistando um importante espaço, tanto na sociedade — representada pelos governos e entidades — como nos meios acadêmicos.

A princípio, o empreendedorismo fora visto mais como um fenômeno individual, ligado à geração de empresas, quer através de aproveitamento de uma oportunidade ou simplesmente por necessidade de sobrevivência, do que como um fenômeno social que pode levar o indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro, isto é, de gerar Capital Social e Capital Humano.

As profundas transformações ocorridas no Brasil, principalmente a partir da segunda metade década de 1980, culminaram com a falência do modelo econômico e social vigente. O Estado através de suas estatais e as grandes indústrias eram os maiores geradores de oportunidades de trabalho, ambas fizeram com que o próprio governo reconhecesse, mesmo que timidamente, a importância dos micros e pequenos empresários na geração de trabalho e renda.

Para Dolabela (1999, p. 30):

até o fim dos anos 1970, o Estado e as grandes empresas eram consideradas os únicos suportes econômicos relevantes para a sociedade. Nos anos 1980, alguns fatores – o endividamento crescente dos governos, o aumento da concorrência dos mercados e sua mundialização, a utilização intensiva de tecnologia nos processos produtivos – transformam esse panorama, delineando uma nova organização econômica. As grandes empresas passaram a produzir mais com menos empregados; os governos buscaram diminuir os seus déficits através de cortes e redimensionamento de seus quadros de pessoal”.

Dolabela (1999, p.30) sustenta que a partir daí “as únicas criadoras de empregos passaram a ser as pequenas e médias empresas, as quais não restringiam-se mais ao mercado local ou regional, mas começaram a concorrer no

mercado internacional”.

Dessa forma, começou a surgir no Brasil, uma série de programas e projetos visando potencializar nas comunidades às ações que levassem a alterar os aspectos social e econômico na busca, principalmente, de geração de trabalho e de renda.

Estudos já identificaram que o modelo de desenvolvimento político, social e econômico que predomina em praticamente todas as comunidades do Brasil é o modelo que gera dependência, clientelismo, paternalismo e assistencialismo.

Para Franco (2002, p. 57):

as chamadas políticas públicas, entendidas exclusivamente como políticas governamentais, não o são na verdade: são políticas privatizadas na sua elaboração, ou na sua execução, ou na sua avaliação, ou na sua (falta de) fiscalização – quer por interesses clientelistas, quer por interesses corporativos da burocracia estatal, quer por interesses de grupos econômicos.

O empreendedorismo, como ferramenta que pode gerar um modelo de desenvolvimento político, social e econômico que leve as comunidades e os indivíduos à independência, à autonomia, à solução dos problemas e à construção do seu próprio futuro é visto com desconfiança pelo poder político, principalmente nas comunidades locais.

Nos meios acadêmicos, observa-se uma forte adesão ao tema empreendedorismo, pois, inúmeras instituições de ensino superior já contam em sua grade curricular, em vários cursos, com a disciplina de empreendedorismo. Além de ser tratado em disciplinas universitárias, ele já é tratado, abordado, e discutido em trabalhos científicos, seminários, cursos, instalação de incubadoras tecnológicas, enfim, é uma realidade no país.

A escolha do tema sobre empreendedorismo social, envolvendo os aspectos do Capital Humano e Capital Social para este estudo, deve-se:

1. Ao fato de que essa área é relevante para estudos e pesquisas, na busca de alternativas de desenvolvimento social, econômico e sustentável e
2. À atuação profissional e voluntária, do pesquisador deste estudo, nessa área desde 1996.

1.1 Problema.

Como problema da pesquisa, o estudo procura responder à seguinte questão: como investimentos em Capital Humano e Capital Social podem gerar o desenvolvimento sustentável de uma comunidade?

O que orienta o estudo é a reflexão sobre o pressuposto de que as comunidades que têm sucesso são aquelas que possuem grupos políticos fortes e que têm grandes investimentos de Capital Financeiro.

Quanto ao limite temporal, este estudo se concentrou no período de 1997 a 2004, pois, nesse período o município de Guarapuava, estado do Paraná, Brasil, contou com a mesma Administração Municipal, e, por essa razão, várias ações, programas e projetos não sofreram o processo de descontinuidades, tão comum quando há mudanças nas Administrações Municipais.

De 1997 a 2004, o município de Guarapuava, através de um forte processo de construção de rede de parcerias com entidades da sociedade civil e com a comunidade, alavancou uma série de programas e projetos sociais e econômicos voltados à busca de solução de problemas locais, conforme alguns destaques a seguir:

- a) Projeto Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico–CEDETEG;
- b) Programa Nosso Lixo;
- c) Programa Turismo;
- d) Programa Bairros em Ação, entre outros.

O Programa Bairros em Ação deu origem e apoiou a vários projetos (Ver Quadro 1 e Tabela 36).

De todos os programas e projetos destacados, ainda estavam em andamento e em funcionamento no ano de 2007, o Projeto Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico–CEDETEG, Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor–CCRIE, Projeto de Inclusão Digital Telecentro de Informática, Projeto Agência de Desenvolvimento de Guarapuava e o Projeto Incubadora Tecnológica–INTEG (Ver Tabela 50).

1. Projeto Artesanato.
2. Projeto Confecções.
3. Projeto Cadeia Produtiva da Madeira.
4. Projeto de Inclusão Digital através do Telecentro de Informática.
5. Projeto Incubadora Tecnológica–INTEG.
6. Projeto Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor–CCRIE.
7. Projeto Agência de Desenvolvimento de Guarapuava–ADESG.
8. Projeto Empreendedorismo nas Escolas Públicas Municipais–Pedagogia Empreendedora.
9. Entre outros.

Quadro 1 - Projetos originados e apoiados pelo Programa Bairros em Ação.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses projetos são coordenados e administrados por instituições e entidades da comunidade de Guarapuava.

1.2 Objetivos.

1.2.1 Objetivo geral.

Este estudo tem como objetivo fundamental analisar se o empreendedorismo social, como uma ação de desenvolvimento sustentável, está presente na comunidade de Guarapuava/PR.

1.2.2 Objetivos específicos.

Para que o trabalho de investigação possa alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar e levantar as principais ações de desenvolvimento social e econômico no período de 1997 a 2004;
- b) identificar uma ação específica no período de 1997 a 2004;
- c) analisar qual foi o impacto dessas ações no desenvolvimento sustentável, na geração de Capital Humano e Capital Social;

- d) identificar e analisar os efeitos da continuidade ou descontinuidade dos investimentos em Capital Humano e Capital Social;
- e) apresentar sugestões, que contemplem o desenvolvimento sustentável, e as principais ações necessárias para gerar empreendedorismo social (Capital Humano e Capital Social).

1.3 Delimitação do estudo.

O estudo desse projeto abordou, à luz das teorias do empreendedorismo e do empreendedorismo social (Capital Humano e Capital Social), o processo de desenvolvimento ocorrido na cidade de Guarapuava localizada na região centro-oeste do estado do Paraná, Brasil, no período de 1997 a 2004.

Franco (2002, p. 96) acentua que na transição civilizatória que estamos vivendo:

a responsabilidade com o desenvolvimento do país e, portanto, com o desenvolvimento de suas localidades não cabe apenas ao Estado, muito menos apenas aos governos de qualquer nível. Considerando que todo desenvolvimento social faz parte da responsabilidade social das empresas e das organizações do terceiro setor de induzir e promover o desenvolvimento. E pode-se dizer que, assim como todo cidadão é responsável pelo desenvolvimento da localidade onde vive, toda empresa ou organização também é responsável pelo desenvolvimento no âmbito em que atua.

O autor sugere que cabe a comunidade, empresas e entidades fazerem a sua parte no processo de desenvolvimento e não somente responsabilizarem os governos pela falta de desenvolvimento na sua localidade.

Dos vários programas e projetos voltados à busca de solução de problemas locais, este estudo ficou restrito ao Programa Bairros em Ação.

No que se refere ao período escolhido e a delimitação deste estudo pode-se justificá-los por dois motivos:

1. Nesse período, o município de Guarapuava contou com o mesmo Prefeito Municipal – o qual foi reeleito em 2000¹;

¹ Os nomes e o (s) período (os) de governo de todos os Prefeitos do município de Guarapuava estão

2. O Programa Bairros em Ação, como um programa de empreendedorismo, obteve reconhecimento nacional pelos conceitos, propostas e resultados.

1.4 Relevância do estudo.

Os governos, representados principalmente pelo poder executivo em todos os níveis — municipal, estadual e federal — juntamente com a sociedade, representada pelas mais diversas comunidades, estão diante de vários desafios para gerar desenvolvimento econômico, social e sustentável em função das profundas mudanças que vêm ocorrendo em todo o mundo.

Essas mudanças têm provocado forte impacto local, com destaque para as exclusões sociais, faltas de emprego e renda e baixa qualidade de vida.

O modelo vigente e persistente em função da cultura política e do baixo nível de participação da sociedade é o modelo do clientelismo, paternalismo e assistencialismo.

Um importante desafio a ser enfrentado é à busca de níveis de qualidade de vida e desenvolvimento similares a países economicamente avançados e desenvolvidos.

Todavia, estudos e pesquisas científicas vêm demonstrando, que o desenvolvimento social e econômico, que leva efetivamente a melhorar a qualidade de vida de uma comunidade ou país, passa necessariamente pela geração de capacidade empreendedora nas comunidades, com forte investimento em Capital Humano e Capital Social.

Cada vez mais fica evidente que, as soluções dos problemas locais dependem da capacidade de articulação em rede de cooperação das comunidades locais (Capital Social), e investimentos em Capital Humano, invertendo o processo de dependência e falta de autonomia, pois, as comunidades, invariavelmente, ficam a espera dos chamados “salvadores da pátria”.

A baixa capacidade empreendedora das comunidades tem

provocado efeitos sobre a economia local e do país, tais como: falta de trabalho, baixa renda do trabalhador, baixo rendimento escolar, falta de perspectiva em relação ao futuro, falta de segurança, falta de saúde, entre outros efeitos não menos importantes.

Em função desse contexto, um estudo restrito ao Programa Bairros em Ação, como um programa de empreendedorismo social — Capital Humano e Capital Social — pretende, sem esgotar o assunto, dar uma contribuição para o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida futura dos habitantes.

Este capítulo procurou evidenciar a importância que o empreendedorismo vem conquistando em vários segmentos da sociedade para a geração de trabalho, renda e desenvolvimento, além de destacar os objetivos, a delimitação e a relevância deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO.

Neste capítulo é apresentada a contextualização histórica do empreendedorismo, suas origens e evoluções, além das principais teorias e conceitos de empreendedorismo. Também estão destacados conceitos e considerações sobre capital humano, desenvolvimento econômico, humano, social, sustentável e capital social.

2.1 Noções de empreendedorismo.

O estudo referente ao campo do empreendedorismo é muito amplo. Segundo Fillion (1999, p. 19-20), o empreendedorismo é tema de estudos em quase todas as áreas do conhecimento (Ver Quadro 2).

1) Características comportamentais dos empreendedores.
2) Características econômicas e demográficas das pequenas e médias empresas.
3) Empreendedorismo e pequenas e médias empresas nos países em desenvolvimento.
4) Características gerenciais dos empreendedores.
5) Processo empreendedor.
6) Criação de empresas.
7) Desenvolvimento de empresas.
8) Capitais de risco e financiamento das pequenas e médias empresas.
9) Administração de empresas, levantamento e aquisição.
10) Empresas de alta tecnologia.
11) Estratégias de crescimento da empresa empreendedora.
12) Parceria estratégica.
13) Empreendedorismo corporativo ou intra-empreendedorismo.
14) Empresas familiares.
15) Trabalho autônomo.
16) Incubadoras e sistemas de apoio ao empreendedorismo.
17) Redes.
18) Fatores que influenciam a criação e o desenvolvimento de empresas.
19) Políticas governamentais e criação de empresas.
20) Mulheres, grupos minoritários, grupos étnicos e o empreendedorismo.
21) Educação empreendedora.
22) Pesquisa e empreendedorismo.
23) Estudos culturais corporativos.
24) Empreendedorismo e sociedade.
25) Franquias.

Quadro 2 - Temas principais da pesquisa sobre empreendedorismo.
Fonte: Fillion (1999, p. 19-20).

De acordo com Dolabela (1999, p. 50), após a década de 1980,

o empreendedorismo expandiu-se consideravelmente e passou a interessar a várias ciências humanas e gerenciais, sendo que os primeiros doutores na área surgiram nessa mesma década, provenientes inclusive de outras áreas, fizeram com que a pesquisa em empreendedorismo tivesse um desenvolvimento singular, uma vez que cada qual utilizava a cultura, a metodologia e a lógica de seu campo de estudo original.

O autor considera o empreendedorismo um campo efervescente em termos de pesquisas e publicações. Mesmo o empreendedorismo tendo essa expansão considerável a partir da década de 1980, a sua origem remonta há alguns séculos.

Na idade média, empreendedores administravam grandes projetos de produção, porém, os riscos eram dos governos. Hisrich (2004, p. 27-28) cita Marco Pólo como um dos primeiros exemplos de empreendedores, pois, “como empreendedor assinou um contrato com um capitalista para financiar as suas viagens pelo Oriente”.

Para Hisrich (2004, p. 27-28) no século XVII, “o economista e escritor Richard Cantillon desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o empreendedor, sendo considerado por alguns como o criador do termo”. Ele viu o empreendedor como alguém que corria riscos, pois, comprava matéria prima, processava e, posteriormente, revendia a um preço incerto.

Ainda no século XVIII, o empreendedor foi diferenciado do fornecedor de capital em função da industrialização. De acordo com Hisrich (2004, p. 27-28), “nesse período, destaca-se Thomas Edison como exemplo de empreendedor, pois buscou auxílio de investidores para financiarem os seus experimentos”.

Destaca ainda Hisrich (2004, p. 27-28) que “no final do século XIX e início do século XX não se distinguia empreendedor de gerente. Em meados do século XX, estabeleceu-se a noção de empreendedor como inovador”.

Para Hisrich (2004, p. 29), a capacidade de inovar

pode ser observada no decorrer da história, desde os egípcios, que criaram e construíram grandes pirâmides com blocos de pedras que pesavam muitas toneladas, até o módulo lunar Apolo e os raios lasers. Embora as ferramentas tenham mudado com os avanços na ciência e na tecnologia, a capacidade de inovar está presente em todas as civilizações.

De acordo com Fillion (1999, p. 23), existem várias formas de empreendedorismo ou de empreender, chamadas por ele de “avenidas empreendedoras” (Ver Quadro 3).

Avenidas	Atividades	Aprendizados
Intra-empendedorismo	Inovação	Visão, relações, sistemas de suporte dentro da empresa.
Empendedorismo	Inovação	Visão, concepção, projeção.
Proprietário/administrador de pequena e média empresa–PME	Gestão	Gestão (em especial, de marketing, recursos humanos, finanças, operações).
Empresa familiar	Gestão, sucessão	Gestão, comunicação e relacionamento interpessoal, sistemas sociais.
Microempresa	Gestão, sucessão	Gestão operacional.
Trabalho autônomo	Gestão	Gestão de si, de operações, marketing, ecologia pessoal.
Tecnoempendedorismo	Invenção, inovação	Visão, gestão, trabalho de equipe, redes, globalização.
Empresas cooperativas e coletivas	Gestão	Trabalho de comunicação de grupo.
Empendedorismo Social	Ação benemérita, sem fim lucrativo	Implicação social.

Quadro 3 - Avenidas empreendedoras.

Fonte: Fillion (1999, p. 23).

Portanto, as possibilidades de empreender são muitas, desde uma empresa familiar ou trabalho autônomo até o empreendedorismo social, representado pelo terceiro setor, sem fins lucrativos.

2.1.1 Capital Humano.

De acordo com Ponchirolli (2002, p. 36-37), a noção de Capital Humano é muito recente e desenvolveu-se rapidamente nos últimos séculos (Ver Quadro 4).

Ponchirolli (2002, p. 36) acentua que

a Revolução Industrial impôs uma visão, de que os seres humanos eram indispensáveis e intercambiáveis e que eram um meio necessário para um determinado fim. Foi nesse período árido que a noção de ‘recursos humanos’ surgiu.

Ainda para Ponchirolli (2002, p. 36), as funções das pessoas e do trabalhador não eram muito valorizados, pois, “os funcionários eram tratados como parte da produção, e o pessoal, como empregados de estoque”.

1611	Randle Cotgrave define capital como a riqueza possuída por um indivíduo.
1776-1790	Adam Smith e Edmund Burke escrevem sobre o <i>capital social</i> de uma empresa e sobre a importância de começar um empreendimento (comércio) com capital.
1793	Jeremy Bentham estende a noção de capital dos níveis individual e empresarial para o nacional.
1867	Karl Marx afirma que todo valor vem da mão-de-obra.
1911	As idéias de Frederick Taylor compartmentam o trabalho, reduzindo seu valor percebido.
1979	Theodore Schultz e Sir Arthur Lewis recebem o Prêmio Nobel de Economia por seu trabalho pioneiro sobre capital humano.
1998	Em um obituário do Chicago Tribune, Theodore Schultz é aclamado como o “pai do capital humano”. A noção de capital humano ganhou bastante reconhecimento, havendo quase dois milhões de sites sobre o assunto na Internet.

Quadro 4 - Destaques da história do “capital”.

Fonte: Friedman (2000 apud Ponchirolli, 2002, p. 37).

Atualmente, ainda ocorre esse tratamento, pois as pessoas são vistas mais como um meio para atingir os mais variados objetivos.

Segundo Paiva (2001, p. 188), “a força mais importante de trabalho, o maior ‘capital humano’ hoje é intelecto”.

As importantes mudanças que ocorrem em todo mundo fazem com que as sociedades e países reconheçam a importância do Capital Humano.

Para Bourdieu (2000 apud Paiva, 2001, p. 188), “[...] capital humano é um conjunto de habilidades atuais, experiências, qualificações e conexões sociais”. Esses conjuntos além de serem economicamente relevantes, determinam suas opções de atividades econômicas e sociais.

O Empreendedorismo e o comportamento empreendedor estão fortemente relacionados com o Capital Humano. O empreendedorismo é um dos mais importantes elementos do Capital Humano.

Para Franco (2002, p. 62-63), o principal elemento do Capital Humano, o que distingue e caracteriza o humano como ente construtor de futuro e, portanto geração de inovação

é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para desenvolver as atitudes e adquirir os conhecimentos necessários capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão. Isso chama-se empreendedorismo.

Para o autor, há a necessidade de se perceber isso, pois numa estratégia de desenvolvimento social

se não liberamos a capacidade das pessoas de sonhar e de correr atrás dos próprios sonhos, se não criarmos ambientes favoráveis à inovação, não há como induzir ao desenvolvimento. Mesmo que resolvêssemos as questões básicas de educação e saúde, tal não seria o bastante.

Segundo Dolabela (2003, p. 49), o Capital Humano está relacionado ao desenvolvimento do potencial humano. Para ele, Capital Humano na época atual

significa a capacidade de gerar conhecimento, inovar, transformar conhecimento em riqueza, que são tarefas típicas do empreendedor. Daí a razão de o empreendedorismo ser considerado o elemento do Capital Humano mais importante para o desenvolvimento.

Acredita ainda Dolabela (2003b, p. 13) que: “o Capital Humano se refere mais diretamente ao conhecimento, ao *know how* e à capacidade de criá-lo e recriá-lo o que envolve a educação, a saúde, a alimentação, a nutrição, a cultura, a pesquisa e várias outras áreas”.

Esses conceitos demonstram a importância da geração de um ambiente favorável à criatividade e a autonomia.

De acordo com Reich (1994 apud Dolabela, 2003 p. 49),

[...] a principal questão — do ponto de vista da riqueza nacional — não é quais cidadãos de um país possuem o quê, mas quais cidadãos de um país aprendem como fazer o quê, capacitando-os a agregar valor à economia global e, conseqüentemente, a aumentar seu próprio valor pessoal.

Os indicadores de qualidade de vida de um país, tais como: renda, educação, expectativa de vida, saúde, alimentação, segurança, meio ambiente, cultura, arte, lazer, entre outros, podem evidenciar qual é o índice de Capital Humano desse país.

Melo Neto & Froes (2002, p. 61) destacam que há possibilidades de ocorrer comunidades com alto Capital Humano, mas com lideranças dispersas e sem capacidade de geração de participação, cooperação e mobilização, caracterizando baixo Capital Social.

Para os autores,

esse fato ocorre quando os processos de gestão pública vigente são centralizadores, autocráticos e as práticas, em sua maioria, clientelistas e assistencialistas. Neste caso predominam padrões de organização verticais e modos autoritários. Daí a importância de ações de empreendedorismo político e cívico, cujos atores principais são o governo, a sociedade civil organizada e as entidades do Terceiro Setor.

O Capital Humano tem os seus pontos fortes e pontos fracos. Drucker (1999, p. 135) sugere uma estratégia, que pode ser aproveitada pelas comunidades para potencializarem o Capital Humano para enfrentarem essa realidade.

Para ele,

devemos desperdiçar o mínimo possível para melhorar as nossas áreas de baixa competência. A concentração deve ser nas áreas de alta competência e aptidão. É preciso mais energia e muito mais trabalho para passar da incompetência para a baixa mediocridade do que para melhorar o desempenho de primeira classe para a excelência. A maioria das pessoas procuram se concentrar em sair da incompetência e se transformar num medíocre. A energia, os recursos e o tempo devem ser dirigidos para transformar uma pessoa competente em um astro de desempenho.

As sociedades estão percebendo que os seres humanos precisam e devem ser valorizados, como qualquer outro ativo da comunidade. Para Drucker (1999, p. 135), “eles são os mais dinâmicos e importantes de todos os ativos”.

2.1.2 Empreendedorismo e empreendedor.

Inicialmente, precisa-se compreender o significado da palavra empreendedorismo a qual é sinônima da palavra empreender.

Segundo Hisrich (2004, p. 26), a palavra empreendedorismo “é derivada da palavra francesa *entrepreneur* e, literalmente traduzida, significa aquele que está ‘entre’ ou ‘intermediário’”.

O Capital Humano é central nos mais variados conceitos sobre empreendedorismo.

Boava (2006, p. 34) esclarece que o

empreendedorismo é composto da palavra empreender + *ismo*, sendo que empreender é aquele que empreende e o sufixo *ismo*, na forma atual, é utilizado para designar movimentos sociais, políticos, ideológicos, opinativos, religiosos e personativos.

Nota-se uma idéia de movimento nessa composição, pois uma das características do empreendedor é a busca permanente de oportunidades.

Para Dornelas (2001, p. 37), uma das definições mais antigas e que reflete o espírito empreendedor é a definição de J Schumpeter (1949 apud Dornelas, 2001, p. 37) onde, para ele

o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais.

Pode-se observar nesse conceito a importância da iniciativa e da inovação no processo empreendedor.

Jean Baptiste Say (1803 apud Dolabela, 1999, 45) define empreendedor como: “Alguém que inova e é agente de mudanças”. Essa concepção do empreendedor permanece até hoje.

Essa definição demonstra que o empreendedor precisa ser flexível e estar disposto a correr riscos.

Drucker (1998, p. 34) defende que

qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode aprender a ser um empreendedor e comportar-se empreendedora. O empreendedorismo é um comportamento e não um traço de personalidade. Suas bases são o conceito e a teoria e não a intuição.

Demonstra o autor que o empreendedorismo não é uma dádiva ou uma herança, pois qualquer pessoa pode desenvolver comportamentos e atitudes empreendedoras.

De acordo com Drucker (1998, p. 36), o empreendedor “sempre está buscando a mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade”.

Este conceito destaca a importância da iniciativa no comportamento dos empreendedores, os quais sempre procuram transformar as ameaças em oportunidades.

Segundo Fillion (1999, p. 31), “o empreendedor imagina, desenvolve e realiza visões”. Para o autor, visão “é uma imagem, projetada no futuro, do lugar que se quer ver ocupado pelos seus produtos no mercado, e da organização necessária para consegui-lo”.

Acrescenta, ainda, Fillion (1999, p. 31) que

empreender é criar e construir algo de valor a partir de praticamente do nada. Isto é, o processo de criar ou aproveitar uma oportunidade e persegui-la a despeito dos recursos limitados. O Empreendedorismo envolve definição, criação e distribuição de valor e benefícios para indivíduos, grupos, organizações e para a sociedade. Raramente é uma proposta de enriquecimento rápido; consiste, antes, na construção de valor a longo prazo e de uma corrente durável de fluxo de caixa.

Esse conceito acentua que quando o empreendedor imagina utiliza a sua criatividade, quando desenvolve utiliza a sua capacidade de planejamento e quando realiza a sua visão utiliza a sua capacidade de fazer com que as coisas aconteçam, não somente em benefício próprio, mas de toda a sociedade.

Segundo Dolabela (2003, p. 38), “é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. Nesse conceito, o autor se refere ao sonho estruturante que é o sonhar acordado, capaz de conduzir o sujeito sonhador à auto-realização.

Para Hisrich (2004, p. 29), empreendedorismo

é o processo de criar algo novo com valor dedicando tempo e os esforços necessários, assumindo riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.

A teoria do empreendedorismo e do termo empreendedor vem se desenvolvendo através dos tempos. Autores e estudiosos têm contribuído para que os conceitos sobre o empreendedorismo evoluam e sejam entendidos pelas sociedades.

Se na idade média o empreendedor era visto com uma pessoa encarregada de projetos de produção em grande escala, atualmente, o empreendedor é visto como alguém capaz de sonhar, agir e transformar o seu sonho em realidade (Ver Tabela 1).

A necessidade de realizar algo é uma das forças motivadoras do ser humano. As pessoas que têm necessidade de realizar algo se destacam porque,

independente de suas atividades, fazem com que planos e projetos aconteçam. O desejo de realização pessoal e profissional sempre esteve vinculado ao sentimento de sucesso.

Para Degen (1989, p. 10), ser empreendedor significa: “ter, acima de tudo, a necessidade de realizar coisas novas, pôr em prática idéias próprias, característica de personalidade e comportamento que nem sempre é fácil de encontrar”.

Tabela 1: Desenvolvimento da teoria do empreendedorismo e do termo empreendedor.

Idade Média	Participante e pessoa encarregada de projetos de produção em grande escala.
Século XVII	Pessoa que assumia risco de lucro (ou prejuízo) em um contrato de valor fixo com o governo.
1725	Richard Cantillon – pessoa que assume riscos é diferente da que fornece capital.
1803	Jean Baptiste Say – lucros do empreendedor separados dos lucros de capital.
1876	Francis Walker – distinguiu entre os que forneciam fundos e recebiam juros e aqueles que obtinham lucro com habilidades administrativas.
1934	Joseph Schumpeter – o empreendedor é um inovador e desenvolve tecnologia que ainda não foi testada.
1961	David McClelland – o empreendedor é alguém dinâmico que corre riscos moderados.
1964	Peter Drucker – o empreendedor maximiza oportunidades
1975	Albert Shapero – o empreendedor toma iniciativa, organiza alguns mecanismos sociais e econômicos, e aceita riscos de fracasso.
1980	Karl Vesper - o empreendedor é visto de modo diferente por economistas, psicólogos, negociantes e políticos.
1983	Gifford Pinchot – o intra-empreendedor é um empreendedor que atua dentro de uma organização já estabelecida.
1985	Robert Hisrich – o empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e os esforços necessários, assumindo riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação econômica e pessoal.
1999	Louis Jacques Fillion – o empreendedor imagina, desenvolve e realiza visões.
2003	Fernando Dolabela – o empreendedor sonha e busca transformar esse sonho em realidade.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de Hisrich (2004); Fillion (1999); Dolabela (1999).

Os empreendedores, não necessariamente, começam ou têm idéias surpreendentes ou vencedoras. A partir de uma idéia, eles começam a busca da sua realização, e com persistência, imaginação e criatividade vão à luta para a sua concretização, como acentua Fillion (1999, p. 31) “o empreendedor põe a mão na massa”.

Segundo Vries (2001 apud Birley e Muzyka, 2001, p. 4) acredita que os empreendedores:

parecem ser orientados para realizações, gostam de assumir a responsabilidade por suas decisões e não gostam de trabalho repetitivo e rotineiro. Os empreendedores criativos possuem altos níveis de energia e

altos graus de perseverança e imaginação que, combinados com a disposição de correr riscos moderados e calculados, os capacitam a transformar o que freqüentemente começa com uma idéia muito simples e mal definida em algo concreto.

Dentre os vários estudos e pesquisas sobre atividades empreendedoras que vêm sendo feitas no mundo sobre empreendedorismo e empreendedores, destaca-se o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). Uma iniciativa que começou em 1999, na *Ewing Marion Kauffmann Foundation* (Estados Unidos) e na *London Babson* (Inglaterra).

Essas instituições usam em 35 países uma metodologia de pesquisa que aborda a atividade empreendedora. A última pesquisa realizada sobre a atividade empreendedora nesses 35 países foi em 2005. A divulgação do resultado dessa pesquisa aconteceu no final de 2006.

Segundo o GEM (2006, p. 29), no caso específico do Brasil, o estudo de 2005 mostrou que “o país está entre as nações que mais criam negócios”, pois, dos 35 países estudados, o Brasil situou-se na sétima colocação.

Conforme o GEM (2006, p. 68-79), com relação aos fatores que influenciam as percepções sobre o ambiente para empreender, tanto para empreendedores como não empreendedores

o estudo mostra que a qualidade e o volume da atividade empreendedora de um País relaciona-se ao modo como seu povo vê a si e ao mercado e se coloca diante de temas como o trabalho, a iniciativa empresarial e a própria figura do empreendedor.

Para o GEM (2006, p. 68-79) “o potencial de abertura e desenvolvimento dos negócios não depende apenas de fatores sociais, políticos e econômicos, mas também daquilo que o GEM denomina de mentalidade empreendedora”.

Essa mentalidade empreendedora está relacionada com a capacidade das pessoas de conhecerem outros empreendedores, identificarem oportunidades, ter alguma experiência para iniciar um negócio, pouco receio ao fracasso, considerar o empreendedorismo como uma carreira respeitada pela sociedade, além do conhecimento e informações sobre pessoas bem sucedidas como empreendedoras (Ver Tabela 2).

A Tabela mostra que o Brasil tem uma população com um grande potencial empreendedor, pois, conforme acentua o GEM (2006, p. 79), “um de cada cinco trabalhadores é um homem ou uma mulher de negócios”.

O GEM (2006, p. 79) levanta, ainda, a seguinte questão: “as políticas e programas, bem como a ação dos atores envolvidos, estão chegando de maneira eficaz a esse enorme público?”.

Tabela 2: Mentalidade empreendedora, segundo empreendedores de negócio em estágio inicial e estabelecidos e não empreendedores, no Brasil – 2003-2005

Afirmações	Empreendedores Iniciais (%)	Empreendedores Estabelecidos (%)	Não Empreendedores (%)
A. Afirmaram conhecer pessoalmente alguém que começou negócio nos últimos dois anos	57,20	50,10	35,50
B. Afirmam perceber para os próximos seis meses boas oportunidades para se começar um novo negócio na região onde você vive	54,70	48,70	43,30
C. Consideram possuir o conhecimento, a habilidade e a experiência necessários para se começar um novo negócio	78,60	78,70	51,00
D. O medo de fracassar não impediria que começasse um novo negócio	69,90	64,10	58,70
E. Consideram que no Brasil a maioria das pessoas considera o início de um novo negócio como uma opção desejável de carreira	83,30	72,80	78,10
F. Consideram que no Brasil, aqueles que alcançam sucesso ao iniciar um novo negócio têm <i>status</i> e respeito perante a sociedade	80,70	77,70	74,90
G. Consideram que no Brasil, você vê frequentemente na mídia histórias sobre novos negócios bem sucedidos.	79,30	70,40	72,40

Fonte: Pesquisa de campo – GEM Brasil 2003-2005 (GEM 2006, p. 79).

Para o GEM (2006, p. 79) o estudo identificou como aspectos interessantes, “que os empreendedores iniciais são os que têm uma visão mais positiva das coisas do empreendedorismo, apresentando uma mentalidade empreendedora mais forte” (Ver Tabela 2).

Para Fillion (2004, p 10), o empreendedorismo,

em todos os seus aspectos, vem assumindo lugar de destaque nas políticas econômicas dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Começa a surgir, pelo que parece, a partir de um consenso em torno do fato de que o empreendedorismo constitui uma peça importante e primordial no desenvolvimento e no crescimento de uma economia. Implica na aprendizagem de modos de definir e de pensar de forma diferente.

Empreendedorismo e empreendedor, cada vez mais, estão em evidência em várias partes do mundo, pois as sociedades estão reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento social e humano. Estudos, pesquisas e iniciativas sobre esse tema aumentam a cada dia. Uma das causas desse interesse pelo tema é a sobrevivência do homem. Ele precisa encontrar alternativas viáveis, que levem as sociedades ao pleno desenvolvimento e que promovam, efetivamente, a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do planeta.

2.1.3 Empreendedorismo social.

2.1.3.1 Desenvolvimento econômico.

O modelo tradicional de desenvolvimento que leva em consideração somente o aumento do Produto Interno Bruto–PIB, a qualquer preço, conforme os estudos têm demonstrado, tem sofrido severas críticas da comunidade científica e da própria sociedade organizada. As conquistas econômicas das sociedades, não vêm refletindo na qualidade de vida das populações e do próprio planeta.

A tradicional proposta de desenvolvimento econômico via crescimento econômico, de que é necessário o crescimento do Produto Interno Bruto–PIB, para depois promover as inclusões sociais não tem mais encontrado eco nas sociedades em desenvolvimento. Invariavelmente, tem ocorrido justamente o contrário, como por exemplo, o aumento da concentração de renda.

Para Oliveira (2002, p. 39), após a segunda guerra mundial, começou intensos debates sobre desenvolvimento econômico, “justamente para livrar os países dos muitos problemas que os perseguiram: guerra, desemprego,

miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais”.

O documento de maior importância, após a segunda guerra mundial, sobre o tema é a Carta das Nações Unidas, aprovada em abril de 1945. Segundo Oliveira (2002, p 39), “esse documento primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo”.

As boas intenções dos debates, logo após a segunda guerra mundial e da elaboração do documento das Nações Unidas demonstraram, na prática, ser muito difícil promover o desenvolvimento econômico, social e sustentável, somente com o crescimento do Produto Interno Bruto–PIB.

Diante da controvérsia entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, Scatolin (1989 apud Oliveira, 2002, p. 39) observa

poucos são outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois, o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Com o crescente debate ocorrido a partir de década de 1990 sobre desenvolvimento sustentável, a sociedade começa a refletir sobre o que realmente significa crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Muitos autores consideram que o incremento constante da renda já seria suficiente para alcançar o desenvolvimento.

Para Furtado (1961 apud Alves, 1996, p. 27) desenvolvimento econômico

consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção visando aumentar a produtividade do trabalho. Quando cresce a produtividade do trabalho aumenta o produto social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade. Por outro lado, o crescimento da renda provoca nos consumidores reações que aumentam a procura e modificam sua estrutura. O aumento e a diversificação da procura fazem com que também se modifique a estrutura da produção.

O aumento do produto social não tem acompanhado, efetivamente, o aumento da produtividade do trabalho como demonstram os indicadores sociais, não só no Brasil como em outros países. Na prática, o que ocorre são ações

assistencialistas e paternalistas para aumentar o produto social.

Uma definição atribuída a CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e Caribe — citada por Alves (1996, p. 27), conceitua desenvolvimento econômico como

um processo dinâmico de mudança estrutural da economia, objetivando proporcionar á maioria da população: a) maiores níveis de consumo; b) possibilidades de chegar a idades mais avançadas; c) maiores recursos para educação; e, d) redução da jornada de trabalho.

As mudanças estruturais da economia defendida pela CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, para a melhoria da qualidade de vida da população, também, não têm ocorrido em níveis aceitáveis no Brasil.

Sandroni (1994 apud Oliveira, 2002, p. 40) considera desenvolvimento econômico “como crescimento econômico, acompanhado por melhoria do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia”.

Para Oliveira (2002, p. 40),

o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende de seu passado histórico, da posição e extensões geográficas, das condições demográficas, da cultura, e dos recursos naturais que possuem.

Este conceito demonstra a dificuldade de ocorrer o desenvolvimento econômico, social e sustentável quando programas e projetos são impostos de cima para baixo, sem levar em consideração as peculiaridades do local.

Segundo Franco (2002, p. 47-48), “se desenvolvimento é igual a crescimento, as sociedades humanas estão condenadas a crescer, crescer e crescer numa escala sem fim”.

Ainda para Franco (2002, p. 47-48), desenvolvimento

é o movimento sinérgico, captável por alterações de algumas variáveis de estado, que consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo, no caso uma coletividade humana. Crescimento é movimento. Mas movimento não pode ser reduzido a crescimento. Criar, crescer, renovar, reinventar – tudo isso é movimento, não apenas crescer. Crescer é importante, melhor dizendo, à configuração global do arranjo de todas as variáveis que expressam fatores de desenvolvimento.

O autor acredita que as pessoas, de um modo geral, pensam somente no fator econômico de crescimento.

Quanto ao crescimento de todos os fatores extra-econômicos do desenvolvimento, como Capital Humano e Capital Social, as pessoas pensam que é consequência ou decorrência do crescimento do Produto Interno Bruto–PIB. Baseadas nisso, as sociedades buscam produzir o milagre do crescimento para resolver todos os problemas da humanidade.

De acordo com Franco (2003, p. 335), “a solução universal é sempre crescimento que, por virtude de mecanismos intra-econômicos, traria como consequência o desenvolvimento humano e social”.

Se um país faz crescer somente o seu PIB, mas não consegue atingir valores compatíveis de Capital Humano e Capital Social, Franco (2002, p. 48-50) acentua que “então está havendo crescimento sem desenvolvimento”.

Todo desenvolvimento é um desenvolvimento social, pois se aplica à sociedade. Franco (2002, p. 48-50) acentua que “mudanças na sociedade são mudanças sociais, desenvolvimento, portanto, é mudança social. Haverá mudança social quando houver alteração do capital humano e do capital social”.

Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento é começar investindo no Capital Humano e no Capital Social simultaneamente.

O desenvolvimento pode ser também identificado a partir do grau de empreendedorismo de uma comunidade, em virtude de condições ambientais favoráveis e em função da ação dessa comunidade.

Dolabela (1999, p. 30) acentua que:

as condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento precisam de empreendedores que as aproveitem e que, através de sua liderança, capacidade e de seu perfil, disporem e coordenem o processo de desenvolvimento, cujas raízes estão, sobretudo em valores culturais, na forma de ver o mundo. O empreendedor cria e aloca valores para indivíduos e para a sociedade, ou seja, é fator de inovação tecnológica e crescimento econômico.

As políticas de desenvolvimento econômico nacional levam em conta os mesmos sistemas de valores da população e as mesmas características do sistema produtivo. Para Dolabela (1999, p. 31), essa abordagem pode ser “apropriada para grandes conglomerados econômicos, mas não é suficiente para o desenvolvimento econômico local”.

Acentua Dolabela (1999, p. 31) que “na comunidade local, tudo é personalizado: liderança, instituições, empresas, grupos e associações

comunitárias”.

Dolabela (1999, p. 31) acrescenta ainda que “na abordagem do desenvolvimento local, além da utilização de teorias econômicas, deve-se buscar apoio nos conteúdos de mudança organizacional e animação social”. Considera que o desenvolvimento local é endógeno, pois valoriza os recursos financeiros e materiais locais, em função das iniciativas e do dinamismo da comunidade.

Desenvolvimento é consequência de um ambiente com forte Capital Social, representado pela democracia, pela cooperação, pela formação de rede de relacionamentos, e pelo Capital Humano representado pelo empreendedorismo, ou seja, o Capital Humano e o Capital Social são os pilares do desenvolvimento econômico (Ver Figura 1).

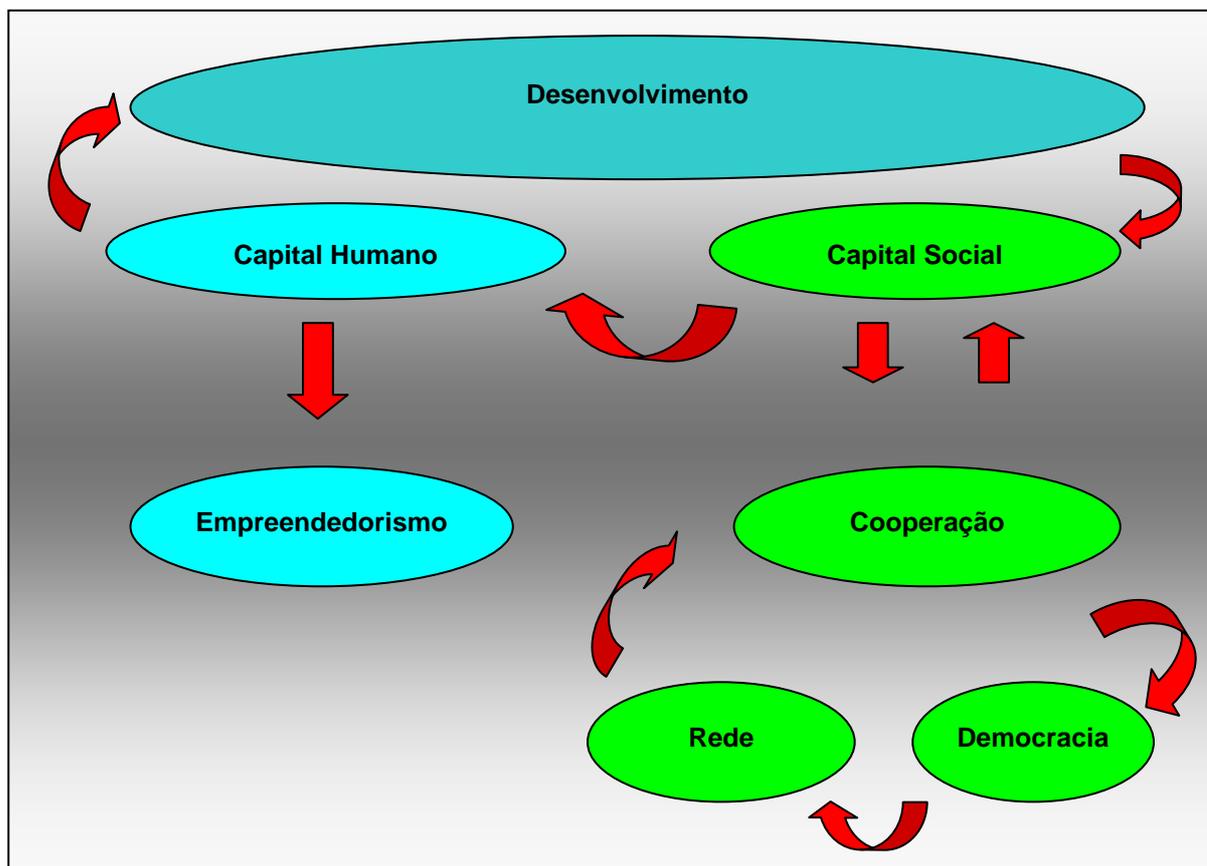


Figura 1 - O tema do empreendedorismo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Dolabela (2003).

Pode-se constatar que desenvolvimento é diferente de crescimento econômico, pois, o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo e visa basicamente à melhoria da qualidade de vida da população, com alocação de recursos que venham a gerar bem estar social e econômico, como a diminuição da

pobreza e das desigualdades, geração de trabalho e renda, acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e transporte, entre outros.

Independente da definição, o desenvolvimento deve ser enfrentado como um desafio e como um processo complexo de transformações e mudanças políticas, econômicas, humana e social.

2.1.3.2 Desenvolvimento humano e social.

Quando se levanta o tema do empreendedorismo, este é imediatamente associado a empresas e a negócios, quando, na verdade, o que o explica efetivamente são os comportamentos e as atitudes de um indivíduo ou de uma coletividade, conforme os estudos e os conceitos sobre o tema demonstram.

Para Dolabela (2003, p. 29), empreender significa

modificar a realidade para dela obter auto-realização e oferecer valores positivos para a coletividade. Empreender significa produzir formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de idéias, conhecimentos, artes, filosofia.

Empreender não significa apenas criar novas empresas, inventar novos produtos ou processos, produzir novas teorias.

Para Franco (2000 apud Dolabela, 2002, p. 33) empreendedorismo social significa

protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre diversos âmbitos político-sociais que a caracterizam. Em poucas palavras: assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino. Aqui, estão embutidos conceitos importantes: a capacidade da comunidade de tornar dinâmicas as suas potencialidades e a localidade como palco do desenvolvimento, isto é, como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação.

O novo conceito leva a um novo modelo de desenvolvimento, certamente muito diferente do modelo de desenvolvimento atual que é centrado no crescimento do Produto Interno Bruto-PIB (Ver no Quadro 5).

1. Desenvolvimento de dentro para fora, onde o foco é o indivíduo, seu valor, sua capacidade para inovar, transformar e empreender.
2. Desenvolvimento de baixo para cima, a partir da mobilização das pessoas que vivem numa comunidade.
3. Tem como referência os potenciais inerentes a cada pessoa e comunidade, grupo humano ou nação.
4. É centrado nas pessoas e nos grupos sociais e os vê como únicos sujeitos legítimos do desenvolvimento.
5. Baseia-se nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade, da complementaridade e da solidariedade.
6. Seus principais ativos são as qualidades humanas e os recursos materiais e naturais disponíveis na região.

Quadro 5 - Principais características desse novo modelo de desenvolvimento.

Fonte: Melo Neto & Froes (2001, p. 4-5).

Para Melo Neto & Froes (2001, p. 5), trata-se, portanto, de um modelo de desenvolvimento comunitário, sustentado e integrado:

comunitário porque o foco está centrado na comunidade, em sua capacitação, empoderamento, mobilização e conscientização; sustentado porque o objetivo é dar autonomia às pessoas, grupos e comunidade para agir em seu próprio benefício, tornando-os independentes e auto-suficientes; e Integrado porque se desenvolve sobre a forma de redes de cooperação entre diversos agentes – governo local, empresas, organizações sociais.

No empreendedorismo econômico ou privado, ocorre à identificação de idéias ou oportunidades pelos indivíduos. Estes as transformam em empreendimentos, que produzem bens ou serviços, visando resultados financeiros e econômicos com foco claro no mercado.

No empreendedorismo comunitário ou social, ocorre a identificação de idéias e oportunidades para a solução de problemas sociais — existentes e potenciais. O foco são os segmentos da população em situação de risco — exclusão social, pobreza e miséria — ou ações de interesse coletivo, mesmo em segmentos da população mais incluída.

Para Dolabela (2003b, p. 105), “o empreendedor social busca contribuir para a criação de sonhos coletivos”. A criação de sonhos coletivos precisa levar em conta a diversidade social da comunidade, visando à geração de compromisso com os propósitos e objetivos estabelecidos.

De acordo com Dolabela (2003b, p. 105),

o empreendedor social é aquele cujo sonho é promover o bem-estar da coletividade e cujo trabalho consiste em levar a comunidade a desenvolver sua capacidade de sonhar e de realizar seu sonho – pois a construção e a

busca do sonho coletivo é a tarefa de todos os integrantes de uma comunidade.

Dolabela (2003b, p. 105) acentua que: “comunidades que não geram auto-estima, não constroem valores compatíveis com suas raízes e adequados à sua própria evolução, não elegem o coletivo como objeto central da sua construção humana, social e econômica”.

Para Dolabela (2003b, p. 105), essas comunidades “confundem individualidade com individualismo e perdem a capacidade de se indignar diante das desigualdades gritantes de condições de renda, conhecimento e poder”.

Dolabela (2003b, p. 105) conclui que “essas comunidades continuarão a produzir em seus integrantes sonhos cujos resultados visam à preservação de divisórias sociais que garantam as conquistas individuais”.

O empreendedorismo social visa levar as comunidades a enxergarem onde estão estagnadas e também, baseadas na criatividade e na participação, a encontrarem novas formas de resolverem os seus problemas.

Para Melo Neto & Froes (2001, p. 11),

o empreendedorismo econômico ou privado difere do empreendedorismo comunitário ou social quanto à natureza, pois enquanto aquele é de natureza individual, este outro é coletivo. Enquanto o primeiro produz bens e serviços para o mercado, o outro produz bens e serviços para a comunidade. Enquanto um tem foco no mercado, o outro tem o foco voltado para a solução dos problemas sociais.

No empreendedorismo econômico e privado, mede-se o lucro e procura-se satisfazer as necessidades do mercado e potencializar o empreendimento. No empreendedorismo comunitário ou social, mede-se o impacto social e procura-se resgatar pessoas e levá-las a encontrar caminhos. Pode-se analisar essas diferenças no Quadro 6.

Empreendedorismo privado	Empreendedorismo social
1. É individual.	1. É coletivo.
2. Produz bens e serviços para o mercado.	2. Produz bens e serviços para a comunidade.
3. Tem foco no mercado.	3. Tem foco na busca de soluções para os problemas sociais.
4. Sua medida de desempenho é o lucro.	4. Sua medida de desempenho é o impacto social.
5. Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	5. Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Quadro 6 - Empreendedores privados x empreendedores sociais.

Fonte: Melo Neto & Froes (2001, p. 11).

De uma forma ou de outra, os problemas sociais têm se agravado em praticamente todos os países, e as sociedades ficam diante de um dilema: aceitam passivamente e convivem com as situações ou interferem e participam ativamente, buscando alternativas e novas soluções para os problemas, que se perpetuam em função do modelo de desenvolvimento econômico dominante.

O empreendedor social produz novos conhecimentos e desenvolve ações de várias naturezas. Dolabela (2003, p. 105-110) sintetizou os objetivos deste empreendedor coletivo visualizados no Quadro 7.

1)	Sensibilizar diversas forças vivas da comunidade para a necessidade de cooperação e sua prática.
2)	Incentivar e aumentar a conectividade entre os setores da comunidade.
3)	Estimular a criação de foros de discussão em que seja possível formular e discutir democraticamente os principais problemas e desejos da comunidade – ao promover o diálogo, o empreendedor coletivo estará construindo condições para a percepção da identidade comunitária como Fonte de solidariedade e energia para a construção de melhores condições de vida para todos.
4)	Criar condições para a construção de base de dados e critérios para avaliação objetiva dos principais problemas da comunidade – a medição do desempenho sócio-econômico torna possível à conversação em torno de bases concretas e não de suposições - estimulando a comunidade a escolher e construir indicadores que irá priorizar e apurar; conquistando e preservando sua autonomia.
5)	Estimular a construção de uma agenda local com as prioridades definidas pela comunidade (sonho coletivo).
6)	Criar meios para a elaboração de projetos e construção de estratégias e parcerias para a solução dos problemas (busca da realização do sonho).
7)	Construir processos de cooperação dentro e fora da comunidade para a realização do sonho coletivo.

Quadro 7 - Objetivos do empreendedorismo comunitário, social ou coletivo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Dolabela (2003b, p. 109-110).

Assim como o empreendedorismo econômico ou privado têm os seus desafios, o empreendedorismo comunitário social ou coletivo também os têm.

No empreendedorismo econômico ou privado os desafios são o mercado, representado pelas mudanças, tecnologias, clientes e competitividade. A natureza dos desafios no empreendedorismo comunitário e social é outra, pois, decorrem das condições sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

Melo Neto & Froes (2001, p. 36) destacam que as ações de empreendedorismo comunitário ou social, para serem bem sucedidas, demandam o cumprimento das seguintes exigências, visualizadas no Quadro 8.

1. Mudança de comportamento da população.
2. Preservação das culturas locais.
3. Desenvolvimento de processo de participação.
4. Introdução e prática de novas formas de inserção social.
5. Engajamento das pessoas no processo.
6. Incentivo à iniciativa e auto-sustentação.
7. Incentivo à adoção de comportamentos responsáveis e éticos.
8. Garantia do uso sustentável de áreas naturais e da proteção das culturas locais.
9. Auto-geração de renda e trabalho.

Quadro 8 - Ações de empreendedorismo social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Melo Neto & Froes (2001, p. 36).

Diante das exigências acima, Melo Neto & Froes (2001, p. 37) destacam os principais desafios dos projetos de empreendedorismo social (Ver Quadro 9).

1. Como mudar comportamentos da população?
2. Como utilizar processos de participação?
3. Como inovar em termos de inserção social?
4. Como engajar pessoas no processo de empreendedorismo social?
5. Como minorar os impactos indesejáveis na cultura local? E no meio ambiente?
6. Como assegurar o uso sustentável de áreas naturais?
7. Como garantir a proteção das culturas locais?
8. Como incentivar iniciativas de auto-sustentação?
9. Como incentivar comportamentos responsáveis e éticos?
10. Como produzir renda e criar trabalho?
11. Como criar uma cultura de auto-sustentabilidade?
12. Como criar novas organizações sociais e torná-las mais atuantes?
13. Como criar e implantar instrumentos legais e políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo social?
14. Como melhorar a qualidade de vida da população local?
15. Como gerar alternativas econômicas para a população local?
16. Como criar e implementar critérios conservacionistas de desenvolvimento sustentável?
17. Como administrar as pressões da comunidade?
18. Como criar Fontes viáveis de financiamento para as iniciativas empreendedoras locais?
19. Como criar Fontes alternativas e não-tradicionais de desenvolvimento local e regional?
20. Como toda população, e não apenas um pequeno segmento populacional pode ser beneficiada?

Quadro 9 - Os desafios do empreendedorismo comunitário e social.

Fonte: Melo Neto & Froes (2001, p. 37).

Como se observa no Quadro 9, as comunidades precisam buscar as respostas para enfrentarem os desafios do empreendedorismo comunitário e social. Essa busca envolve um processo de transformação da própria comunidade. Uma vez que as respostas aos desafios sejam encontradas, a comunidade vivencia benefícios.

De acordo com Melo Neto & Froes (2001, p. 41), há vários benefícios prováveis: ver Quadro 10.

A partir do momento que a comunidade busca as respostas para o seu desenvolvimento, identificando os seus recursos, capacidades e competências, essa comunidade descobre que a maioria das soluções para os seus problemas encontra-se na própria comunidade. Comunidades que enfrentam esses desafios tendem a ter baixo nível de assistencialismo e paternalismo.

1. Aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio.
2. Aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento.
3. Mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua auto-estima.
4. Aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais.
5. Aumento do sentimento de conexão das pessoas com a sua cidade, terra e cultura.
6. Estímulo ao surgimento de novas idéias, que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento.
7. Transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais.
8. Inclusão social da comunidade.
9. Busca de maior auto-suficiência pelos membros da comunidade local.
10. Melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Quadro 10 – Benefícios numa comunidade que enfrenta os desafios do empreendedorismo comunitário e social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Melo Neto & Froes (2001, p. 41).

2.1.3.3 Desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto do desenvolvimento que precisa ser considerado é a questão do desenvolvimento sustentável, pois, em função dos problemas alarmantes do meio ambiente, este tema tem levado as sociedades à reflexão sobre o futuro do planeta.

Quirino (1999, p. 9) destaca dois eventos que foram os marcos decisivos para a questão ambiental no mundo: “A Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência do Rio de Janeiro em 1992”.

Quirino (1999, p. 10) acentua que em 1987 o relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão Mundial da ONU — Organização das Nações Unidas — sobre meio ambiente, “foi importantíssimo na busca do equilíbrio entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais”. Nesse relatório conceituou-se desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades

do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Para Manzini (2002, p. 23), praticar o desenvolvimento sustentável, “definitivamente, significa cuidar das coisas. Do menor dos produtos, até do planeta inteiro”.

Para Manzini (2002, p. 23), o desenvolvimento sustentável deve

promover a capacidade do sistema produtivo de responder à procura social do bem-estar, utilizando uma quantidade de recursos ambientais drasticamente inferior aos níveis atualmente praticados. Isso requer gerir de maneira coordenada todos os instrumentos de que se possa dispor (produtos, serviços e comunicação) e dar unidade e clareza às próprias propostas.

O desenvolvimento sustentável, também chamado de ecodesenvolvimento, além de questões ambientais envolve também questões econômicas, culturais, políticas e sociais.

Sachs (1993 apud Quirino, 1999, p. 49) conceitua desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento como:

desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

A partir desse conceito, Sachs (1993 apud Quirino, 1999, p. 49) desenvolve o que chama de “as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial, e cultural” (Ver Quadro 11).

Segundo Sachs (2002, p. 41), o desenvolvimento territorial integrado e sustentável “tem uma base eminentemente local, pois é no local que manifesta a sua presença ou ausência”. Sachs (2002, p. 41) acredita que é no local que “se dá à participação e integração entre os atores, que se explicam e negociam conflitos, que se forjam compromissos e sinergias”.

Ainda para Sachs (2002b, p. 73), o desenvolvimento sustentável ou ecoempreendedorismo requer “planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidos”.

Sustentabilidade Social	O processo deve se dar de tal maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. Considerar "o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais”.
Sustentabilidade Econômica	A eficiência econômica baseia-se em uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência deve ser medida, sobretudo, em termos de critérios macrosociais.
Sustentabilidade Ecológica	Compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica, também, em preservar as Fontes de recursos energéticos e naturais.
Sustentabilidade Espacial	Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, de atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo.
Sustentabilidade Cultural	Significa traduzir o "conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local”.

Quadro 11 - As cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sachs (1993 apud Quirino, 1999, p. 49-50 1999).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento esclarece a controvérsia entre os conceitos de crescimento, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2002, p. 43):

satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor.

Constata-se que o modelo social e econômico vigente no mundo globalizado — baseado no empreendedorismo econômico ou privado — não está proporcionando desenvolvimento humano, social e sustentável, com qualidade de vida para esta e nem para as próximas gerações.

Não basta mais o desenvolvimento a qualquer custo, é preciso sim, considerar todas as variáveis sociais, econômicas, culturais, e, principalmente de

meio ambiente, nas decisões sobre quaisquer tipos de investimentos, tanto sociais como econômicos, que levem efetivamente ao empreendedorismo comunitário ou social, e, como consequência, ocorra desenvolvimento humano, social e sustentável.

2.1.3.4 Capital Social.

Para que se possa, efetivamente, gerar desenvolvimento social e humano sustentável, visando a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, é necessário investimentos em Capital Social.

Gerar Capital Social é investir e acreditar na capacidade da sociedade de cooperar, formar redes e regular conflitos de maneira democrática.

As cooperações amplas, acumuladas e reproduzidas socialmente geram confiança. O empreendedorismo consegue esta confiança, além disso, promove o desenvolvimento. A prova deste potencial e capacidade do empreendedor está em inúmeros estudos e evidências registradas em várias partes do mundo.

Uma das teorias mais importantes sobre Capital Social foi construída por Robert Putnam, quando da publicação de seu livro em 1993 — resultado de uma pesquisa de 20 anos na Itália, denominado no Brasil como *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Segundo Franco (2001, p. 91), essa obra ampliou o debate sobre o Capital Social.

Putnam (2000, p. 19) foi buscar na Europa resposta para o seguinte questionamento: “por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?”.

Acentua Putnam (2000, p. 30) que “importantes reformas nos anos de 1970 irromperam com as formas de governo na Itália, de tradição secular e centralizado, delegando aos novos governos regionais poderes e recursos sem precedentes”.

Putnam (2000, p. 30) procurou investigar “como se disseminou o processo de reforma e quais as suas consequências para a prática da política e do governo a nível local”, levantando os seguintes questionamentos, visualizados no

Quadro 12.

1) Como se efetuou a reforma, considerando a inércia das velhas instituições?
2) Será que a nova instituição alterou realmente a natureza da liderança política e o modo pelo qual os políticos exercem o seu ofício?
3) Será ela modificou a distribuição da influência e do poder políticos?
4) Será que acarretou mudanças perceptíveis para os eleitos dos novos governos, e, nesse caso, qual a impressão deles a esse respeito?
5) Que indícios existem da influência que a mudança institucional supostamente exerce no comportamento político?

Quadro 12 - Questionamentos levantados para investigar o processo de reforma na Itália.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Putnam (2000, p. 30).

Nas respostas dos questionamentos acima, Putnam (2000, p. 31) pode constatar que “certas regiões da Itália são favorecidas por padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico”, ao passo que outras padecem “de uma política verticalmente estruturada, uma visão social caracterizada pela fragmentação e o isolamento, uma cultura dominada pela desconfiança”. Para Putnam (2000, p. 133) “tais diferenças na vida cívica são fundamentais para explicar o êxito das instituições”.

O estudo demonstrou que existe uma forte relação entre o desempenho institucional e a comunidade cívica, o que levou Putnam (2000, p. 133) a indagar: “por que certas regiões são mais cívicas do que outras”.

Ao buscar respostas Putnam (2000, p. 133) pode encontrar diferenças regionais sistemáticas nos modelos de engajamento cívico e de solidariedade sociais. Para Putnam (2000, p. 133) “essas tradições tiveram conseqüências decisivas para a qualidade de vida, tanto pública quanto privada, hoje existente nas regiões italianas”.

Após esses 20 anos de estudos sobre as novas instituições democráticas, Putnam (2000, p. 190-191) acentua os motivos que, no contexto histórico, a região norte da Itália se desenvolveu mais do que a região sul, em função da adoção de métodos diversos, pois:

enquanto no norte prevaleceu a regra de reciprocidades e os sistemas de participação cívica os quais se corporificaram em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência, cooperativas, sindicatos, clubes de futebol e grêmios literários, no sul prevaleceu a desconfiança mútua, a transgressão, a exploração, o isolamento, a criminalidade, e o atraso.

Segundo Putnam (2000, p. 156) “não por acaso, na região sul da Itália se originou a Máfia”.

O estudo demonstrou que no Norte da Itália sempre existiu mais geração e reprodução de Capital Social do que no Sul, pois, para Franco (2002, p 65), “os padrões de organização e os modos de regulação estão diretamente envolvidos na capacidade das sociedades de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade”.

Putnam (2000, p. 191) sustenta que

o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o ambiente é fértil as regiões se sustentam e as instituições se desenvolvem, mas quando o ambiente é ruim, as novas instituições definham.

Segundo Putnam (2000, p. 177), o Capital Social facilita a cooperação espontânea.

Assim, como outras formas de capital, o Capital Social:

é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança.

Putnam (2000, p. 180) acredita que uma das características específica do Capital Social “é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado”. Putnam (2000, p. 180) sugere que, como todos os bens públicos, “o Capital Social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados”.

Segundo Franco (2002, p. 63), quando se fala de Capital Social muitas pessoas “estão apenas ornamentando o seu discurso sobre desenvolvimento”, pois para Franco (2002, p. 63) estão muito mais preocupadas “em parecer mais atrativas, como, por exemplo, a algumas agências multilaterais”.

Franco (2002, p. 63), descreve que

as pessoas, trabalhando com metáforas econômicas, falam de ‘acumulação de capital social’ para tentar expressar, de alguma forma a quantidade, o volume ou a frequência de certas características extra-econômicas, de formas não-financeiras de poupança que deve possuir uma sociedade para alcançar a prosperidade econômica, ou seja, para atingir o que boa parte

dos economistas quer entender por desenvolvimento.

Para Franco (2001, p. 49), as observações sobre o desenvolvimento têm revelado que existe alguma coisa ou algum fator ou variável do desenvolvimento, “que não pode ser reduzida às formas conhecidas de capital propriamente dito, nem de Capital Humano, nem de capital natural”.

O que se tem constatado empiricamente na presença desse fator ou variável do desenvolvimento pode ser visualizado no Quadro 13.

1. As sociedades, ou partes delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance.
2. As organizações tornam-se mais eficientes.
3. Os chamados “custos de transação” são reduzidos.
4. As instituições funcionam melhor.
5. Reduz-se a violência na regulação de conflitos.
6. Mais bens públicos (e privados) são produzidos.
7. Mais atores sociais são constituídos.
8. A sociedade civil torna-se mais forte.

Quadro 13 - Constatação empírica da presença do fator Capital Social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Franco (2001, p. 50).

Observa, ainda, Franco (2001, p. 51), que quando maior for a presença ou a quantidade do fator Capital Social, “mais rápida ou mais duradoura os efeitos assinalados se manifestam”.

O autor constata empiricamente, que o fator Capital Social “depende das relações sociais — das relações estáveis e duráveis estabelecidas entre pessoas e grupos numa dada sociedade”. Os resultados dessas constatações estão no Quadro 14.

1) A qualidade de ser um fator ou variável de desenvolvimento.
2) A natureza de ser algo que pode ser produzido, acumulado e reproduzido e, portanto, de uma forma ou tipo de capital.
3) Uma origem Social, ou seja, de ser algo que é produzido, acumulado e reproduzido socialmente, em função do tipo de relações sociais estabelecidas ou em função da configuração do conjunto dessas relações.

Quadro 14 - Resultado de constatações empíricas atribuíveis ao fator Capital Social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Franco (2001, p. 51).

Segundo Franco (2001, p. 52), explorando o que se denomina de Capital Social, “descobre-se que ele refere-se às capacidades das pessoas de uma dada sociedade”. Capacidades estas, descritas no Quadro 15.

Para Fukuyama (1995 apud Franco, 2001 p. 126-127), a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, que

servem para estruturar o mercado. Para o autor, “uma economia capitalista saudável é aquela em que há suficiente capital social na sociedade subjacentes que permita às empresas, corporações, redes e similares auto-organizarem-se”.

1. De subordinar interesses individuais aos de grupos maiores.
2. De trabalharem juntas visando a objetivos comuns ou ao benefício-mútuo.
3. De se associar umas às outras e formar novas associações.
4. De compartilhar valores e normas, para formar grupos e organizações estáveis e para constituir, compartilhar a gestão e, em suma, viver em comunidade.

Quadro 15 - Capacidades das pessoas numa dada sociedade com Capital Social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Franco (2001, p. 52).

Fukuyama (1995 apud Franco, 2001 p. 126-127), conceitua Capital Social como

a capacidade que decorre da prevalência da confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. O Capital Social difere de outras formas de Capital Humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico.

A aquisição de Capital Social para Fukuyama (1995 apud Franco, 2001 p. 129), requer em contrapartida:

hábito às normas morais de uma comunidade e, no seu contexto, a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade. [...] Em outras palavras, o Capital Social não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria. Ele é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais. A propensão à sociabilidade é muito mais difícil de adquirir do que outras formas de Capital Humano, mas por ser baseada em hábito ético, também é muito mais difícil de ser modificada ou destruída.

Iniciativa, participação, cooperação, confiança, organização e solidariedade são palavras-chave nos conceitos sobre Capital Social.

De acordo com Franco (2002 p. 62-63),

se a sociedade não está tramada, na sua base, por grandes quantidades de organizações, se ela não tem iniciativa, se a confiança social entre os grupos sociais não existe ou é pequena, você também não pode ter desenvolvimento, nem mesmo crescimento econômico sustentado.

Jacobs (2003, p. 150-151) utilizou o conceito ou a expressão Capital

Social na sua obra editada em 1961.

Na sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs (2003, p. 150-151) acentua que:

para a autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população, deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações no bairro. Essas redes são o Capital Social urbano insubstituível. Quando se perde esse capital, pelo motivo que for, a renda gerada por ele desaparece e não volta senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital.

Para Jacobs (2003, p. 148), são as pessoas que tramam o tecido social, para produzir Capital Social, construindo comunidades:

são as pessoas reais e não o seu número que investem muitos anos em relacionamentos significativos com outras pessoas únicas, e são, no mínimo, insubstituíveis. Desfeitos seus relacionamentos, destrói-se sua condição de seres sociais verdadeiros – às vezes por pouco tempo às vezes para sempre.

Jacobs (1961 apud Melo Neto & Froes, 2001, p. 77), estudando os espaços urbanos e a vida nas cidades, concentrou-se no tema: “o quê diferencia cidades mais cheias de vida daquelas cidades paradas, sem vida?”. A autora concluiu que: “nos lugares que eram vivos, as pessoas se ligavam em redes, se conectavam horizontalmente, umas com as outras, para discutir as questões da localidade, do bairro ou do distrito”.

As diferenças identificadas por Jacobs estão apresentadas no Quadro 16.

	Cidades Mortas	Cidades Vivas
1	Predomínio de vínculos de subordinação	Predomínio de vínculos de cooperação
2	As pessoas atuam de forma dispersa e isoladamente.	As pessoas atuam em redes.
3	O ambiente é imutável.	O ambiente é transformado continuamente.
4	Prevalece a competição.	Prevalece a cooperação.
5	Vigência de padrões verticais de organização.	Vigência de padrões horizontais de organização.
6	Bem-estar social é criado pelo Estado.	Bem-estar é iniciativa de todos.

Quadro 16 - O quê diferencia cidades mortas de cidades vivas?

Fonte: Jacobs (1961 apud Melo Neto & Froes, 2001, p. 78).

Para Dolabela (2003, p. 50) o Capital Social pode ser entendido como “a capacidade dos membros de uma comunidade de associarem e se

organizarem em torno da solução de seus problemas e da construção de sua prosperidade social e econômica”.

Considera, ainda, Dolabela (2003, p. 50) que o Capital Social “é o elemento formador do sonho coletivo e supõe cooperação, pois, existindo esta, o bem coletivo poderá ser colocado acima das divergências causadas por vontades individuais conflitantes”.

Uma comunidade que busca construir o seu sonho coletivo poderá encontrar barreiras, conforme acentua Dolabela (2003, p. 43):

uma comunidade que sonha, composta por indivíduos cujo sonho é realizar o sonho da comunidade, é uma ameaça para os que tentam preservar a estrutura de poder e impedir mudanças. Neste sentido, sonhar é perigoso.

A alta concentração de poder e renda é uma realidade na maioria das comunidades, e para esses ambientes Dolabela (2003, p. 51) acredita que

difícilmente construirão um bom estoque de capital social, pela simples razão que neles impera a crença de que alguns poucos têm melhores condições de resolver problemas – e, conseqüentemente, os outros (a maioria) são excluídos dos foros decisórios e tornam se dependentes.

Por outro lado, compartilhar problemas e cooperar podem construir importantes laços de solidariedade e identidade, que levem a potencializar soluções e que tragam benefícios à coletividade.

Para Dolabela (2003, p. 50),

a vontade de mudar, que se constitui o sonho de desenvolvimento da comunidade, libera emoções coletivas que fazem transbordar os elementos necessários à inovação construtiva inerente ao empreendedor coletivo: a criatividade, a perseverança, a paixão, o amor pelo outro, a identificação e a objetividade na busca de oportunidades comunitárias.

Acumular experiências participativas e organizacionais, por menor que sejam na base de uma comunidade, pode reforçar laços de solidariedade, cooperação, participação, rede de relações e confiança das pessoas, dos grupos e das entidades sociais. Esse fortalecimento leva a iniciativas empreendedoras no campo político e social.

Para Melo Neto & Froes (2002, p. 55), organização, participação social, solidariedade social, cooperação, confiança e iniciativa constituem os fatores

determinantes do Capital Social (Ver Figura 2).

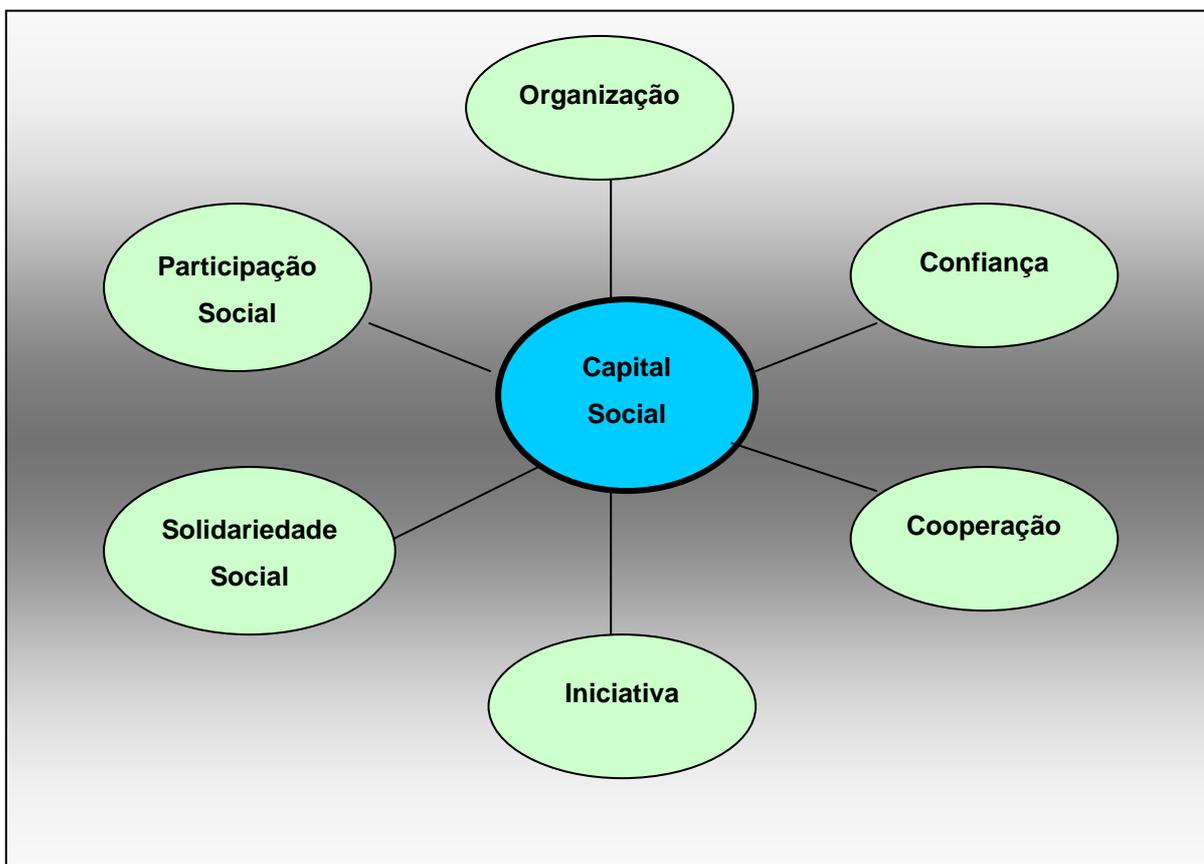


Figura 2 – Fatores determinantes do Capital Social.
Fonte: Melo Neto & Froes (2002, p. 55).

Defendem os autores que uma das maneiras para identificar se há Capital Social em uma comunidade é verificar se todos esses fatores atuam conjuntamente por meio de um programa ou projeto social.

Coleman (apud Melo Neto & Froes, 2002, p. 56) define Capital Social como sendo “a capacidade disponível em grupos humanos para trabalharem juntos, visando a objetivos comuns”.

Essa capacidade é representada pela “capacidade de associação”, formada pelos elementos formadores de Capital Social (Ver Figura 3).

Nos conceitos apurados sobre Capital Social, ficou evidente que as comunidades podem gerar o Capital Social necessário que as levem ao desenvolvimento humano, social e sustentável. Esse processo passa, necessariamente, pela iniciativa, organização, solidariedade, cooperação, atuação em rede, democracia e confiança.

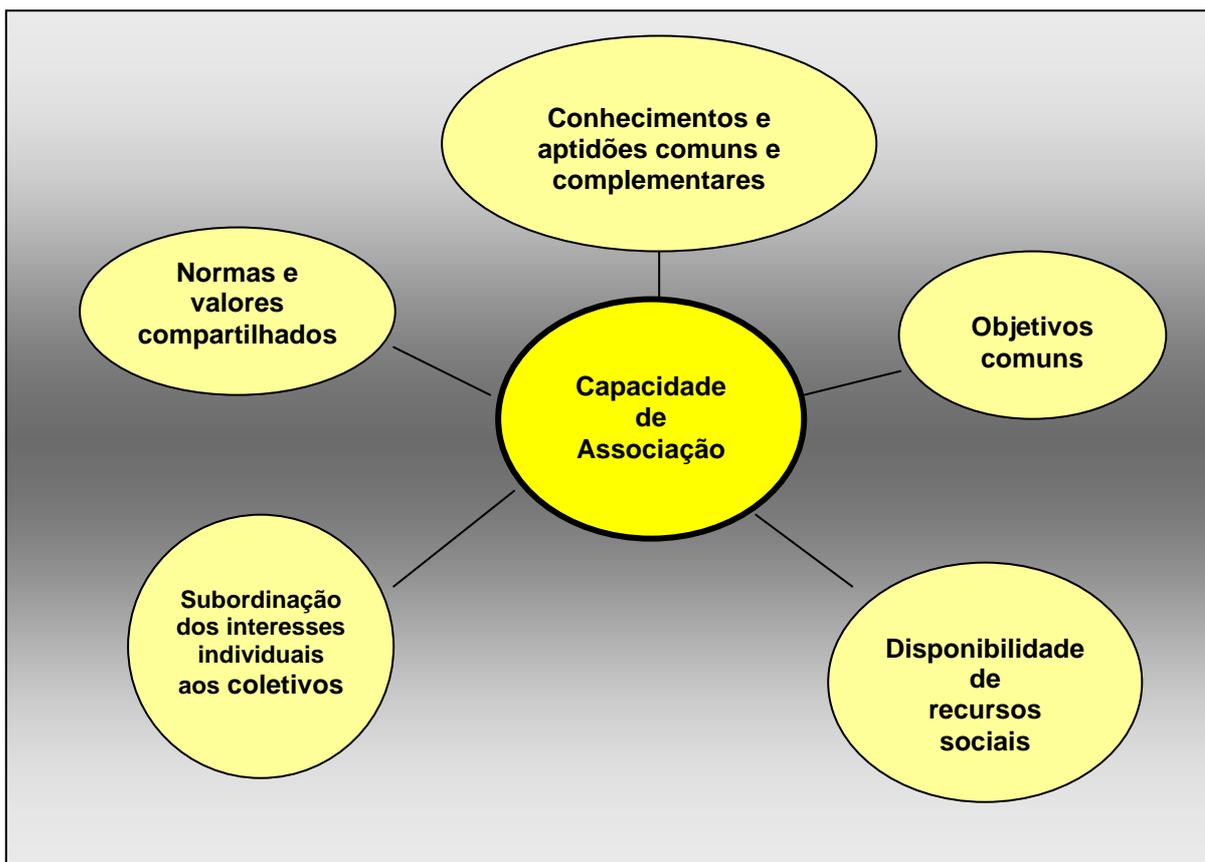


Figura 3 – Os elementos formadores de Capital Social.
 Fonte: Melo Neto & Froes (2002, p. 56).

De qualquer maneira, as comunidades precisam aceitar o fato de que os poderes públicos, baseados no modelo de desenvolvimento tradicional, não conseguiram e não conseguirão dar as respostas, que levem as soluções dos problemas sociais e econômicos, a essas mesmas comunidades.

Por outro lado, a recíproca também é verdadeira, pois, os poderem públicos também precisam aceitar o fato de que comunidades com altos níveis de participação na vida cívica conseguiram resolver importantes problemas sociais, conforme relato de Putnam (2000, p. 190-191).

Este capítulo procurou explicitar algumas das principais teorias e conceitos sobre empreendedorismo econômico, social e sustentado, visando o propósito deste estudo.

Evidentemente, pela amplitude do tema, as teorias e os conceitos aqui descritos não se esgotam em si e podem ser motivos de outros estudos e investigações.

3 METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA.

3.1 Introdução.

Neste capítulo é apresentado o tipo de pesquisa, o universo e a amostra, a coleta de dados, o tratamento dos dados, o resultado da pesquisa e as limitações do método.

Baseado nos conceitos sobre desenvolvimento, empreendedorismo econômico, social e sustentável apresentados no capítulo anterior, os quais dão fundamentação a investigação, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar se o empreendedorismo social — Capital Humano e Capital Social — como uma ação de desenvolvimento sustentável, está presente na comunidade de Guarapuava.

Tanto o objetivo geral como os objetivos específicos foram estabelecidos baseados nos principais programas e projetos sociais e econômicos viabilizados na cidade de Guarapuava – Paraná, Brasil, no período de 1997 a 2004.

O primeiro objetivo específico a que se propôs o estudo foi identificar e levantar as principais ações de desenvolvimento social e econômico no período de 1997 a 2004.

Baseado nos dados da Fundação Brasil (2004, p. 18-80), dos inúmeros programas e projetos viabilizados no município, as principais ações de interesse do estudo estão identificadas na Tabela 03.

O segundo objetivo específico do estudo, foi Identificar uma ação específica no período de 1997 a 2004, delimitando dessa forma o estudo. Baseado nessa proposição, foi identificado e escolhido para o estudo o Programa Bairros em Ação, que tinha como principal objetivo a geração de trabalho e renda com ênfase na valorização e geração de Capital Humano e Capital Social.

Tabela 3: Principais ações de desenvolvimento social e econômico no período de 1997 a 2004.

Área ou Secretaria do Município	Número de programas ou projetos	Principais programas ou projetos executados em parcerias com a comunidade e que são objeto deste estudo.
Educação	41	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia Empreendedora • Cavalhadas • Reciclar é Preciso • Escola do Futuro Trabalhador • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil • Oficinas de Arte – Artesanato • Internet gratuita na Biblioteca Municipal
Esporte e Recreação	7	<ul style="list-style-type: none"> • Escolinhas de Aprendizagem • Apoio a 130 Entidades – Associações, Clubes e Colégios • Parcerias com Clubes Sociais e Esportivos • Promoção e Apoio a Atletas
Fundação Educacional de Guarapuava – FEG	3	<ul style="list-style-type: none"> • Cedeteg – Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico de Guarapuava • Agronomia • Veterinária
Indústria e Comércio	9	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Bairros em Ação • Artesanato • Confecções • Cadeia Produtiva da Madeira • Inclusão Digital – Telecentro de Informática • Incubadora Tecnológica – INTEG • Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor – CCRIE • Agência de Desenvolvimento de Guarapuava • Pedagogia Empreendedora
Meio Ambiente	12	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nosso Lixo • Educando Pela natureza • Aprender Fazendo • Proteção e Manejo da Bacia do Rio das Pedras • Semana do Meio Ambiente
Promoção Social	26	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à formação de Associações de Bairros • Criança Cidadã • Proteção ao Trabalho do Adolescente • Geração de Renda Familiar • Oficina Escola • Clube de Mães
Saúde	27	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Comunitário da Saúde • Planejamento Familiar • Saúde do Trabalhador • Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
Turismo	3	<ul style="list-style-type: none"> • Cavalhadas • Esportes Radicais • Eventos
Total	128	40

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Fundação Brasil (2002).

Os motivos que justificam a escolha deste programa estão enumerados no Quadro 17.

1. O programa não sofreu processo de descontinuidade desde o seu início em 10 de abril de 2000 até 31 de dezembro de 2004, quando finalizou o mandato do Prefeito Municipal.
2. Foi um programa voltado para o empreendedorismo social e econômico. Obteve reconhecimento nacional através do Sebrae em 2001, recebendo o Prêmio e o Selo de Prefeitura Empreendedora.
3. A proposta central do programa demonstrou ser replicável em outras comunidades que adotaram os seus fundamentos.
4. A participação e atuação, inicialmente voluntária e posteriormente profissional, do pesquisador deste estudo nesse programa.

Quadro 17 – Motivos da escolha do Programa Bairros em Ação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Programa Bairros em Ação será detalhado no próximo capítulo.

O terceiro e o quarto objetivos específicos do estudo foram, respectivamente, o de analisar qual foi o impacto dessa ação no desenvolvimento sustentável, na geração de Capital Humano e Capital Social e analisar os efeitos da continuidade ou descontinuidade dos investimentos em Capital Humano e Capital Social quando ocorre mudança de governo local.

A pesquisa procurou identificar e analisar quais as causas do sucesso e do fracasso das empresas que iniciaram ou não as suas atividades na época do Programa Bairros em Ação, quais que receberam apoio deste Programa e quais estavam ou não em atividades até a conclusão desta pesquisa (2007).

Os resultados da pesquisa puderam contribuir para o quinto objetivo específico do estudo: apresentar sugestões, que contemplem o desenvolvimento sustentável, e as principais ações necessárias para gerar empreendedorismo social — Capital Humano e Capital Social.

As conclusões e recomendações poderão auxiliar, de alguma maneira, programas e projetos de desenvolvimento econômico social e sustentável, que levem em consideração a construção de Capital Social e formação de Capital Humano.

3.2 Tipo de pesquisa.

Em função dos objetivos do estudo, foi considerado o critério de classificação de pesquisa proposto por Vergara (2003, p. 46-50).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois tem como principal objetivo descrever as características e comportamentos de grupos relevantes, como os empreendedores de uma comunidade.

Para Vergara (2003, p. 47-49), a pesquisa descritiva

expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação.

Segundo Mattar (2007, p. 13), uma pesquisa descritiva visa a alguns propósitos: “[...] descrever as características de grupos; estimar a proporção de elementos numa população específica que tenham determinadas características ou comportamentos; descobrir ou verificar a existência de relação entre variáveis”.

Quanto aos meios, trata-se de pesquisa *ex post facto*.

Classifica-se como pesquisa *ex post facto*, pois se refere a fatos já ocorridos.

A pesquisa busca identificar situações que se desenvolveram num determinado período.

Quanto à pesquisa *ex post facto*, Vergara (2003 p. 48-49) afirma que se refere

a um fato já ocorrido. Aplica-se quando o pesquisador não pode controlar ou manipular variáveis, seja porque as variáveis não são controláveis. A impossibilidade de manipulação e controle das variáveis distingue, então, a pesquisa experimental da *ex post facto*.

Para Gil (2002, p. 49), pode-se definir uma pesquisa *ex post facto* como: “uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis”.

Segundo Malhotra (2006, p. 102-104), as pesquisas descritivas também podem ser classificadas como ocasional ou transversais e evolutiva ou longitudinais.

Para o autor, os estudos transversais envolvem

a coleta de informações de qualquer amostra de elementos de população somente uma vez. Eles podem ser transversais únicos ou múltiplos. Nos estudos transversais únicos é extraída somente uma amostra de entrevistados da população-alvo e as informações são obtidas dessa amostra somente uma vez. [...] Em estudos transversais múltiplos, há duas ou mais amostras de respondentes, e a informação de cada amostra é obtida somente uma vez. Com frequência, informações de diferentes amostras são obtidas em momentos diferentes ao longo de amplo intervalo de tempo.

Ainda Malhotra (2006, p. 102-104) define estudo evolutivo ou longitudinal como:

Um tipo de pesquisa que envolve amostra fixa de elementos da população, a qual é medida repetidamente. A amostra permanece a mesma ao longo do tempo, provendo, assim, uma série de Quadros que, vistos em conjunto, oferecem uma ilustração vivida da situação e as mudanças que estão ocorrendo.

Nesta pesquisa foram utilizados os procedimentos da pesquisa ocasional ou transversal do tipo múltiplo.

Esta indagação, utilizou o levantamento estatístico para a obtenção de dados e informações necessárias ao estudo.

De acordo Malhotra (2006, p. 182), o método de levantamento de dados envolve

um questionário estruturado que os entrevistados devem responder e que foi feito para elucidar questões específicas. Assim, esse método de obter informações dos participantes, aos quais se fazem várias perguntas sobre seu comportamento, intenções, atitudes, percepção, motivações e características demográficas e de estilo de vida.

A estruturação do formulário da pesquisa foi padronizado no processo de coleta de dados. As perguntas e respostas foram realizadas e obtidas por escrito, pessoalmente pelo pesquisador, em visitas realizadas nos endereços dos entrevistados.

Para Malhotra (2006, p. 190), a flexibilidade na coleta de dados é “determinada principalmente pelo grau de interação possível do entrevistado com o entrevistador e pelo questionário do levantamento”. Segundo Malhotra (2006, p. 190) “a entrevista pessoal, seja ela feita em domicílio ou em *shopping*, permite a mais alta flexibilidade na coleta de dados”.

Na entrevista pessoal consegue-se colher informações mais precisas dos entrevistados. Constata-se ainda que o entrevistado sente-se valorizado pelo fato de estar participando do estudo e da pesquisa.

Malhotra (2006, p. 190) esclarece que “como o entrevistado e o entrevistador se encontram frente a frente, o entrevistador pode apresentar questionários complexos, explicar e esclarecer pontos difíceis e até mesmo utilizar técnicas não estruturadas”.

Quanto à procedência dos dados, podem ser classificados em dois grupos: em dados primários e dados secundários. Os dados não coletados anteriormente são dados primários. Os dados já coletados, tabulados, avaliados e catalogados anteriormente são dados secundários. Os cuidados no manuseio de dados secundários são com relação à confiabilidade da Fonte.

Nesta pesquisa foi utilizada a Fonte de dados primária.

Malhotra (2006, p. 154) acentua que os “dados primários podem ser quantitativos e qualitativos quanto à sua natureza”.

Quanto à natureza das variáveis, esta pesquisa foi quantitativa e qualitativa.

Para Malhotra (2006, p. 155) a pesquisa quantitativa é “uma metodologia de pesquisa que procura quantificar dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”, e a pesquisa qualitativa é “uma metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”.

Esta pesquisa foi quantitativa pois os dados coletados foram quantificados e analisados estatisticamente. Também foi uma pesquisa qualitativa pois procurou alcançar uma compreensão qualitativa das motivações subjacentes dos empreendedores.

Os dados, todos submetidos a tratamento estatístico formal, foram obtidos através de entrevista com 60 (sessenta) empreendedores.

3.3 Universo e amostra.

O universo da pesquisa *ex post facto* foram todos os empreendedores cadastrados e que receberam algum tipo de atendimento no Programa Bairros em Ação, no período 10 de abril de 2000 a 31 de dezembro de 2004, perfazendo um total de 5.564 (cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro) empreendedores.

Segundo Gil (2002, p. 121), “os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”. Diante desse fato, é necessário trabalhar com uma amostra. Conforme Gil (2002, p. 121) devemos trabalhar “com uma pequena parte dos elementos que compõe o universo”.

Para Gil (2002, p. 121) é necessário rigor na seleção da amostra, pois, dessa forma, “os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximarem-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo”.

Conforme Vergara (2003, p. 50), existem dois tipos de amostra: “a probabilística, baseada em procedimentos estatísticos, e não probabilística”. Da amostra probabilística, destaca: “a amostra aleatória simples, a estratificada e por conglomerado”. Da amostra não probabilística, destacam-se aquelas “selecionadas por acessibilidade e por tipicidade”.

Neste estudo, foram considerados os seguintes aspectos, para a escolha da técnica amostral:

- a) a dificuldade de localizar e manter contato com todos os elementos do universo da pesquisa, pois, ocorreram mudança de endereços, mudança de telefone e desatualização do cadastro na Secretaria Municipal, em função da desativação do programa a partir de janeiro de 2005;
- b) encerramento das atividades de empreendedores;
- c) restrições de tempo;
- d) restrições de recursos financeiros.

Em função desses aspectos, a amostra foi selecionada baseada no

método não probabilístico intencional ou por julgamento e definida pelo critério de acessibilidade. Vergara (2003, p. 50) define acessibilidade como: “longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles”.

Para Malhotra (2006, p. 326), a amostragem não probabilística por conveniência é uma técnica que

procura obter uma amostra de elementos convenientes. A seleção das unidades amostrais é deixada em grande parte a cargo do entrevistador. Com frequência, os entrevistados são escolhidos porque se encontram no lugar exato no momento certo.

Malhotra (2006, p. 326) acentua que na técnica de amostragem por conveniência, “as unidades amostrais são acessíveis, fáceis de medir e cooperadoras”.

Malhotra (2006, p. 318) esclarece que:

é praticamente impossível fazer um censo completo da maioria das populações. Uma amostra elaborada adequadamente e administrada de forma mais eficiente tem um menor potencial para tendenciosidade (que um censo com problemas) e pode fornecer o nível de informação necessário para a maioria dos objetivos.

Considerando ser muito difícil ou impossível pesquisar o universo da pesquisa na sua totalidade, decidiu-se trabalhar com uma parte desse universo.

Desta forma, do universo de 5.564 pessoas, a amostra foi composta por 60 (sessenta) empreendedores. Todos cadastrados, independente do porte ou da atividade econômica e independente da época do início de atividades, que participaram ou receberam algum tipo de atendimento do Programa Bairros em Ação. Este grupo foi dividido do seguinte modo:

a) 30 (trinta) empreendedores que iniciaram ou não as suas atividades empreendedoras na época do Programa Bairros em Ação e que receberam apoio desse Programa e continuam em atividade até a data da pesquisa.

b) 30 (trinta) empreendedores que iniciaram ou não as suas atividades empreendedoras na época do Programa Bairros em Ação e que receberam apoio desse Programa e não continuaram com as suas atividades.

Para a constituição da amostra, foi solicitado à Prefeitura Municipal de Guarapuava a listagem com os nomes de empreendedores cadastrados no Programa Bairros em Ação. Essa listagem foi possível em função da existência de

um funcionário da Secretaria de Indústria e Comércio, que participou do Programa Bairros em Ação, e que mantém nos arquivos da Secretaria todos os registros do Programa.

Considerando que esse servidor municipal continua mantendo contatos com alguns dos empreendedores que participaram do Programa Bairros em Ação, foi lhe solicitado uma listagem com o nome de 60 (sessenta) empreendedores, sendo 50% de empreendedores que estão em atividades e 50% de empreendedores que encerraram as suas atividades.

3.4 Coleta de dados.

Para que os propósitos do estudo fossem alcançados, foi elaborado um questionário misto, com questões abertas, fechadas e algumas dependentes, todas formuladas e ordenadas numa seqüência lógica.

Para Mattar (2007, p.114), “o projeto e a construção de um instrumento de coleta de dados estão mais para a arte do que para ciência”. Acentua ainda Mattar (2007, p. 114) que:

Em sua construção, são importantes a sensibilidade, a experiência, o conhecimento das opções de formas de perguntar e de colocação de indivíduos em escala, além de grande dose de humildade do pesquisador para submeter o instrumento à sugestão de outros e para pré-testá-lo, tantas vezes quantas forem necessárias para ter o instrumento refinado para a aplicação.

Conforme fundamentos propostos por Malhotra (2006, p. 291), pode-se visualizar o processo de elaboração de um questionário (Ver Figura 4).

Com relação às características e a ordem das perguntas do questionário, Malhotra (2006, p. 303-305) sugere alguns cuidados:

1. As perguntas de abertura podem ser cruciais para ganhar a confiança e a cooperação dos entrevistados;
2. Essas perguntas devem ser simples, interessantes e não ameaçadoras;
3. As perguntas que pedem a opinião dos entrevistados podem ser boas perguntas de abertura, porque a maioria das pessoas gosta de expressar suas próprias opiniões;
4. Perguntas qualificadoras servem como perguntas de abertura;
5. Como diretriz geral, devemos obter primeiramente as informações

- básicas, em seguida as informações de classificação e, finalmente, as informações de identificação;
6. As informações básicas (estão relacionadas diretamente com o problema da pesquisa) são da maior importância para o projeto de pesquisa e devem ser obtidas em primeiro lugar;
 7. As perguntas difíceis ou perguntas delicadas, complexas ou maçantes devem ser colocadas no final da seqüência;
 8. Como regra empírica, perguntas de caráter geral devem preceder perguntas específicas;
 9. As perguntas devem ser formuladas em ordem lógica;
 10. As perguntas ramificadas devem ser planejadas com o máximo de cuidado;
 11. A pergunta que está sendo ramificada (aquela para a qual o entrevistado está sendo encaminhado) deve ser colocada o mais perto possível da pergunta que causa a ramificação e as perguntas ramificadas devem ser ordenadas de modo que os entrevistados não possam antecipar que será solicitada alguma informação adicional.

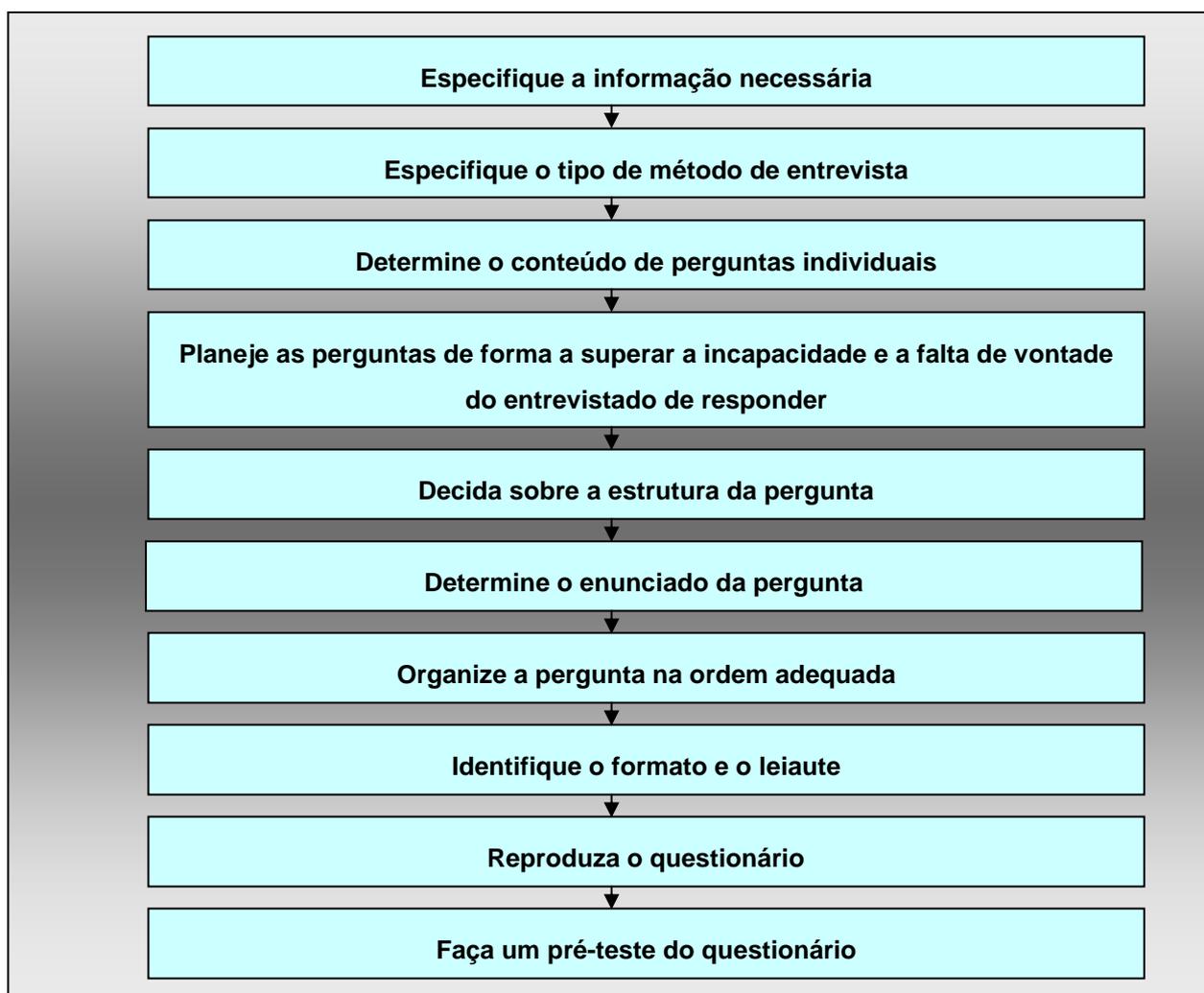


Figura 4 – Processo de elaboração de um questionário.
Fonte: Malhotra (2006, p. 291).

O instrumento de coleta de dados (Apêndice B) consiste num questionário com 20 (vinte perguntas) e elaborado em dez partes (Ver Quadro 18).

Parte	Informação alvo
Primeira	Identificação do empreendedor.
Segunda	Questões inerentes a qualquer empreendedor.
Terceira	Apoio para empreender.
Quarta	Quanto à preparação para empreender.
Quinta	Quanto ao impacto do empreendimento na comunidade.
Sexta	Avaliando o empreendimento*.
Sétima	Quanto ao futuro do empreendimento*.
Oitava	O encerramento de atividades do empreendimento**.
Nona	Quanto a reiniciar atividades**.
Décima	Relato de experiência do empreendedor.

Quadro 18 - As partes do questionário de coleta de dados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

*Para os empreendedores que possuem o empreendimento em atividade.

**Para os empreendedores que encerraram as atividades.

Após a elaboração do questionário, este foi submetido a um pré-teste, para os ajustes necessários. Vergara (2003, p. 56) acentua que “é útil e necessário submeter o questionário e o formulário a testes prévios, que antecedam a sua aplicação”. Sugere Vergara (2003, p. 56) que: “deve-se oferecer a apreciação, ao julgamento de cerca de cinco pessoas de reconhecida competência no assunto”. Vergara (2003, p. 56) conclui que: “o julgamento refere-se não só a correção do conteúdo que é apresentado ao respondente, como também à forma pela qual o é”.

Feitas as revisões, deve-se submeter novamente o instrumento aos apreciadores para um novo julgamento.

Após as aplicações do pré-teste e feitos os ajustes sugeridos e necessários, passou-se para a etapa da aplicação da pesquisa no público-alvo da amostra.

As coletas de dados foram obtidas por meio de pesquisa de campo, executada pelo autor da pesquisa, através da aplicação de formulário previamente testado e aprovado. Para Vergara (2003, p. 55), o formulário é “um meio termo entre questionário e entrevista. É apresentado por escrito, como no questionário, mas é você quem assinala as respostas que o respondente dá oralmente. Como se faz no censo do IBGE, por exemplo”.

Antes do início de cada entrevista, foi apresentado um documento (Apêndice B) e explicado ao entrevistado que se tratava de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, destacando a importância da sua colaboração, deixando claro que não se tratava de julgar o desempenho do entrevistado, mais, sim, de contribuir para que as políticas do poder público e da sociedade organizada possam

contribuir para a geração de desenvolvimento humano, social e sustentável.

Destacou-se também que todas as informações prestadas seriam tratadas de modo confidencial.

3.5 Tratamento dos dados.

Após a coleta de dados em campo, os mesmos passaram por uma verificação e conferência quanto ao conteúdo e a distribuição proposta.

O método de análise escolhido foi o método descritivo. Para Mattar (2007, p. 194), os métodos descritivos “têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da(s) amostra(s) estudada(s)”.

Para a exploração dos dados com maior ênfase, estes foram submetidos a instrumentos estatísticos. Resultaram deste trabalho e desta análise tabelas, figuras e textos descritivos, que facilitam a visualização dos resultados obtidos. Tanto as questões fechadas quanto as questões abertas descritivas foram tabuladas e analisadas, possibilitando maior visibilidade para a identificação de possíveis relações ou inter-relações entre as variáveis submetidas à análise.

Finalmente, a realização da tabulação dos dados possibilitou a elaboração dos resultados da pesquisa.

3.6 Resultados da pesquisa.

Na seqüência, estão apresentados os resultados obtidos através do levantamento e do tratamento das informações, obtidas junto aos entrevistados no mês de setembro de 2007.

As demonstrações dos principais resultados da pesquisa estão na mesma seqüência do formulário da pesquisa, iniciando com os dados demográficos dos entrevistados.

3.6.1 Identificação dos entrevistados e dos empreendimentos.

As informações referentes à faixa etária dos entrevistados dos empreendimentos ativos e inativos estão organizadas na Tabela 4.

Tabela 4: Faixa etária dos empreendedores.

Indicador	Empreendimentos Ativos	Empreendimentos Inativos
	Anos	Anos
Mínima	25	23
Média	45,4	43,4
Máxima	65	61

Pode-se observar na Tabela 4 que, tanto nos empreendimentos ativos como nos empreendimentos inativos, não existe uma diferença expressiva entre as faixas etárias mínima, média e máxima dos empreendedores. A média de idade dos empreendedores situa-se em 45,4 e 43,4 anos, respectivamente, empreendedores ativos e inativos. Como essa faixa etária tem grandes dificuldades de encontrar oportunidades de trabalho no mercado, isso sugere que as pessoas buscam um negócio para gerar trabalho e renda. Essa análise pode ser reforçada pela tabela 11. Nela há a constatação de que um dos principais motivos para a abertura do empreendimento foi a falta de emprego.

Quanto ao gênero, este pode ser visualizado na Tabela 5 e na Figura 5.

Tabela 5: Os empreendedores quanto ao gênero.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Masculino	17	56,7	11	36,7
Feminino	13	43,3	19	63,3
Total	30	100,0	30	100,0

Observa-se que, quanto ao gênero, o sexo masculino foi predominante nos empreendimentos ativos. Nos empreendimentos inativos predominou o sexo feminino.

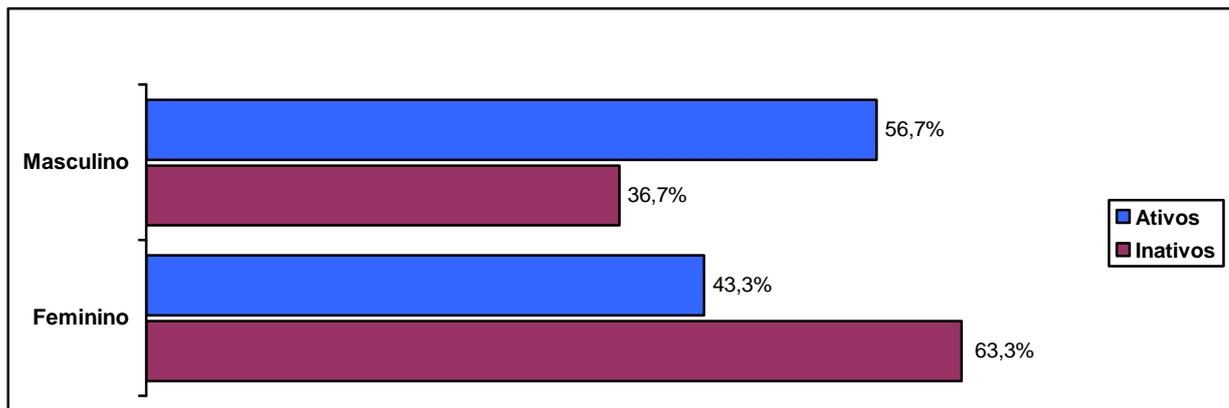


Figura 5 – Os empreendedores quanto ao gênero.

Pesquisa do Sebrae Nacional (2004, p. 40) sobre fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas formais no Brasil referente aos anos de 2001, 2002 e 2003, quanto ao gênero nos empreendimentos ativos e inativos, apresenta a média de taxa 62,5% masculino e 37,5% feminino, evidenciando que a maioria dos empreendimentos, aproximadamente, de cada 3 (três) empreendimentos ativos e inativos, 1 (um) pertencia a empreendedores do sexo feminino.

Outra pesquisa do Sebrae Nacional (2007, p. 49) sobre fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas formais no Estado do Paraná em 2005, quanto ao gênero nos empreendimentos ativos, apresenta taxa de 62 % masculino e 38% feminino. Nos empreendimentos inativos, apresenta taxa de 37% masculino e 63% feminino, ou seja, a taxas similares e próximas às verificadas neste estudo do Programa Bairros em Ação. Isto sugere que empreendimentos viabilizados pelo gênero feminino têm uma maior probabilidade de encerramento de atividades. Novos estudos e pesquisas poderão confirmar ou não essa hipótese.

Quanto à escolaridade dos empreendedores, observa-se nos empreendimentos inativos uma maior incidência de empreendedores com ensino médio e ensino superior completo (Ver Tabela 6 e Figura 6). Quanto aos dados do ensino superior completo e pós-graduação, tanto para os empreendimentos ativos como para os inativos, 10% e 16,6%, respectivamente, estão muito aquém quando comparados com a pesquisa nacional do Sebrae (2004, p. 41), que apresentou um resultado de 29% de empreendedores ativos e inativos com esse grau de escolaridade.

Conforme dados da pesquisa Ceppe (2007, p. 40), “a média de anos de estudo da população adulta no município em 2000 era de 5,55 anos, contra 5,98 anos no Estado do Paraná e 5,87 anos no Brasil”.

Tabela 6: A escolaridade dos empreendedores.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Ensino fundamental incompleto	5	16,7	7	23,3
Ensino fundamental completo	6	20,0	2	6,7
Ensino médio incompleto	3	10,0	1	3,3
Ensino médio completo	13	43,3	14	46,8
Ensino superior incompleto	0	0,0	1	3,3
Ensino superior completo	2	6,7	4	13,3
Pós-graduação ou superior	1	3,3	1	3,3
Total	30	100,0	30	100,0

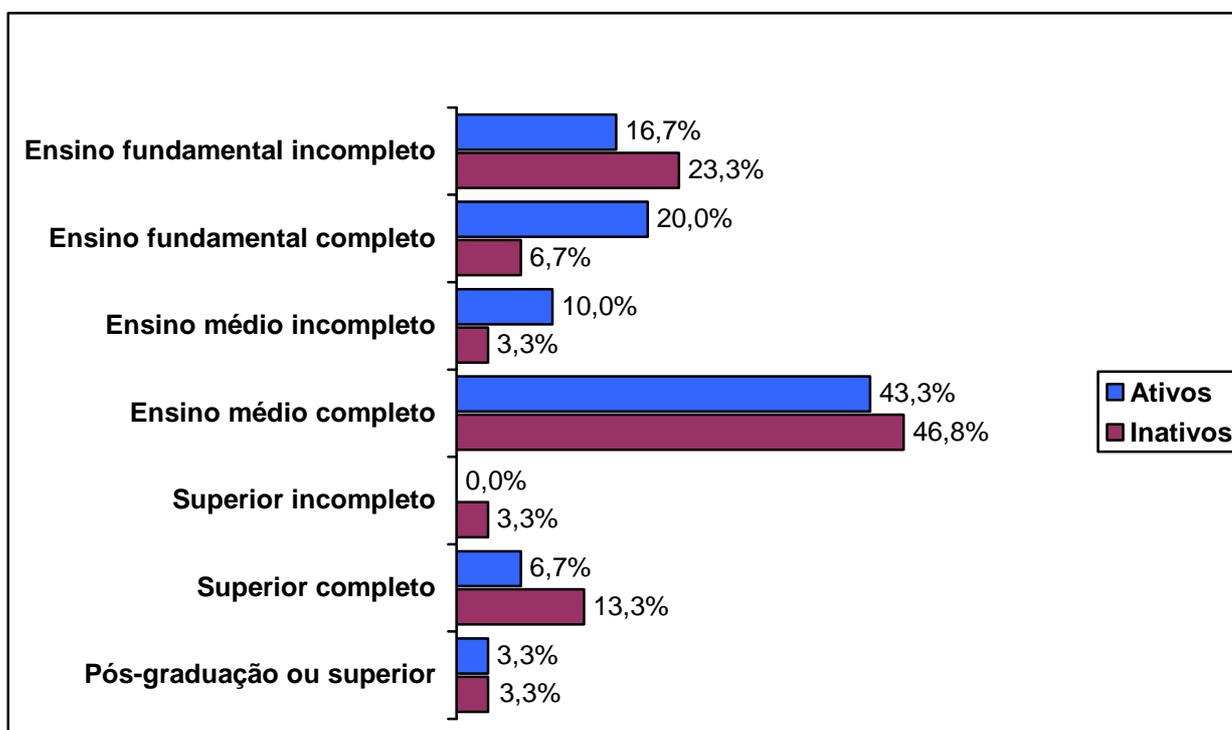


Figura 6 - A escolaridade dos empreendedores.

Observa-se na Figura 6 que 90% dos empreendedores ativos possuem até o ensino médio completo, enquanto que para os empreendedores inativos esse mesmo indicador é de 80,1%. Pode-se inferir a importância de investimentos em Capital Humano, através de cursos e treinamentos para suprir prováveis deficiências de escolaridade.

As informações quanto ao início das atividades dos empreendimentos estão apontadas na Tabela 7.

Tabela 7: Início das atividades dos empreendedores.

Indicador	Empreendimentos Ativos	Empreendimentos Inativos
	Casos	Casos
Mais antigo	1966	1996
Média	1995	2001
Mais atual	2004	2004

Observa-se que os empreendimentos ativos apresentam a média de início de atividades em 1995, enquanto que os empreendimentos inativos apresentam uma média de início de atividades em 2001. Pesquisa do Sebrae nacional (2004, p. 19), referente às empresas formais abertas nos anos de 2000, 2001 e 2002, mostra que 49,4% das empresas encerraram as suas atividades com até 2 (dois) anos de existência, ou seja, aproximadamente, de cada 10 (dez) empresas abertas nesse período, 5 (cinco) encerraram as suas atividades.

Baseado nas pesquisas, inclusive do Sebrae, pode-se inferir que as empresas ativas que participaram do Programa Bairros em Ação já passaram o período crítico dos três primeiros anos de atividades.

Os empreendimentos quanto ao ramo de atividades estão visualizados na Tabela 8 e na Figura 7.

Tabela 8: Ramo de atividade dos empreendimentos.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Comércio	18	60,0	13	43,3
Serviço	3	10,0	3	10,0
Indústria	9	30,0	14	46,7
Total	30	100,0	30	100,0

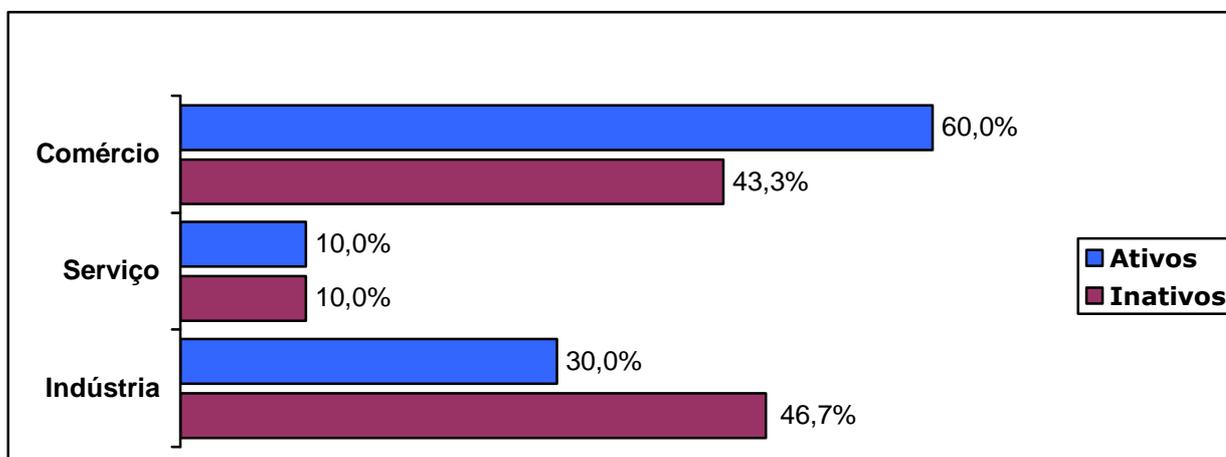


Figura 7 - Ramo de atividade dos empreendimentos.

Constata-se a predominância da atividade de comércio seguido da atividade de indústria no universo da pesquisa. De cada 10 (dez) empreendimentos inativos, aproximadamente 5 (cinco) pertenciam a indústria, 4 (quatro) ao comércio e 1 (um) ao serviço. Esse resultado sugere que o desafio de manter uma indústria em atividade é maior que o de manter uma atividade comercial ou de serviços.

Conforme a Fundação Brasil (2004, p. 63), a distribuição das empresas no município de Guarapuava em 2004 era de, aproximadamente, 10% no setor industrial, 42% no setor comercial e 48% na prestação de serviços.

Na Tabela 9 e na Figura 8 estão apresentadas os empreendimentos quanto a sua formalidade.

Tabela 9: Os empreendimentos quanto a sua formalidade.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Formal	14	46,7	13	43,3
Informal	16	53,3	17	56,7
Total	30	100,0	30	100,0

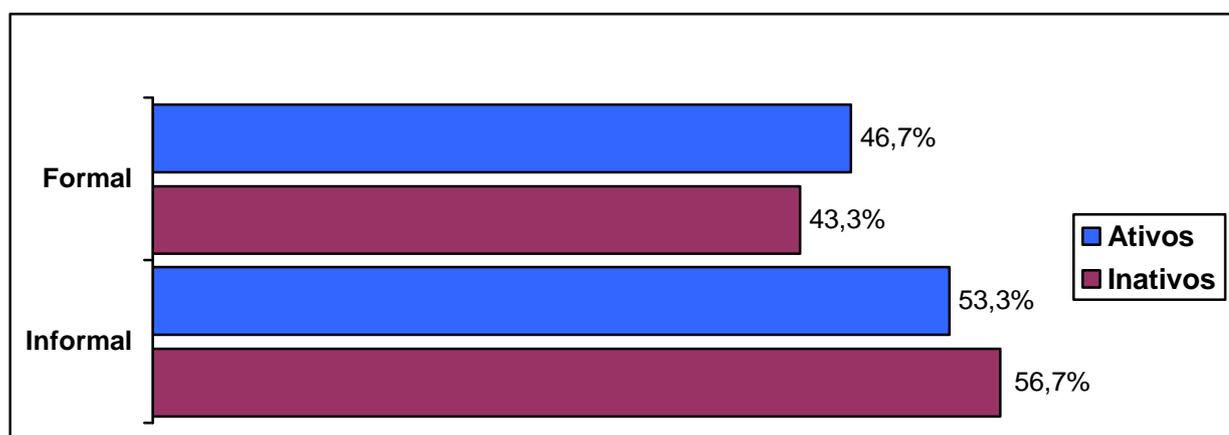


Figura 8 - Os empreendimentos quanto a sua formalidade.

Nos empreendimentos ativos há uma predominância da formalidade, empresas devidamente constituídas e registradas nos órgãos oficiais. O mesmo não ocorre nos empreendimentos inativos, sugerindo que a taxa de mortalidade nesse tipo de empreendimento é maior. No município de Guarapuava, dados da Fundação Brasil (2004, p. 67) destacam que, em 2004, de cada 10 (dez) empreendimentos, 6

(seis) eram formais e 4 (quatro) eram informais.

Quanto às pessoas ocupadas nos empreendimentos, os números estão apresentados na Tabela 10 e na Figura 9.

Tabela 10: Número de pessoas ocupadas direta e indiretamente nos empreendimentos.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Sócios e familiares	67	28,4	64	26,7
Empregados formais	50	21,2	103	43,1
Empregados informais	49	20,8	41	17,2
Empregados indiretos	70	29,6	31	13,0
Total	236	100,0	239	100,0

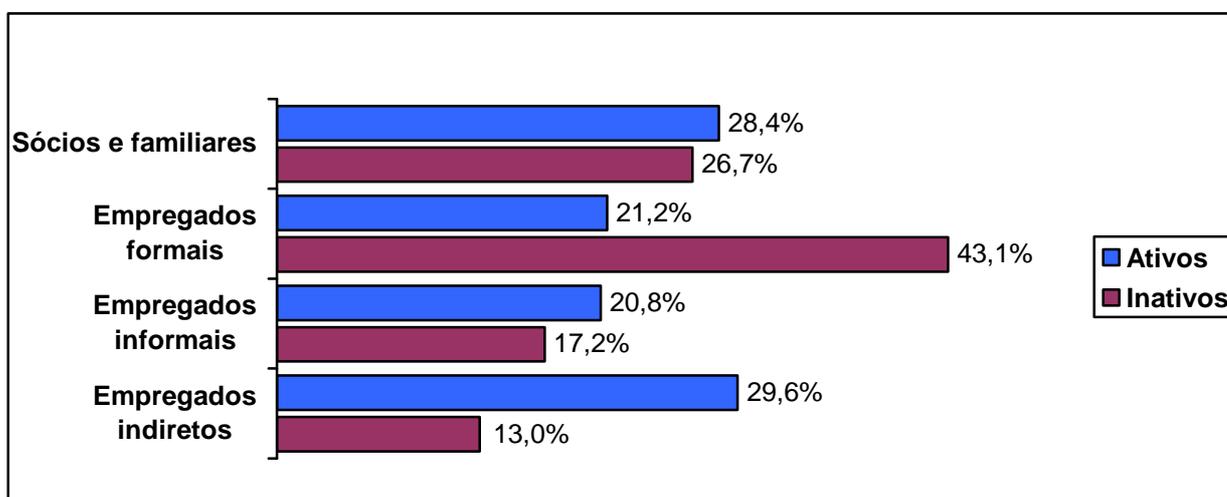


Figura 9 - Número de pessoas ocupadas direta e indiretamente nos empreendimentos.

De cada 10 (dez) pessoas ocupadas nos empreendimentos ativos e inativos, aproximadamente, 3 (três) pessoas são ou eram sócios ou familiares, sugerindo que os empreendimentos são ou eram uma importante fonte de renda familiar. Nos empreendimentos ativos de cada 10 (dez) empregos gerados, aproximadamente, 2 (dois) empregos são formais e 2 (dois) empregos são informais.

Nos empreendimentos inativos, de cada 10 (dez) empregos que foram gerados, aproximadamente, 4 (quatro) eram formais e 2 (dois) eram informais. A maior formalidade dos empregos nos empreendimentos inativos evidencia um maior custo de encargos sociais para esses empreendedores, o que pode sugerir maior dificuldade para permanecer no mercado.

Outro dado relevante é a geração de empregos indiretos pelos empreendimentos ativos. A cada 10 (dez) empregos gerados, aproximadamente, 3 (três) são empregos indiretos. No caso dos empreendimentos inativos, essa relação

era para cada 10 (dez) empregos gerados, aproximadamente, 1 (um) era emprego indireto, o que também pode sugerir mais dificuldades para permanecer no mercado, devido ao alto custo dos encargos sociais de empregados contratados.

3.6.2 Questões inerentes aos empreendedores.

Nas questões inerentes aos empreendedores, identificaram-se, entre outras, quais os principais motivos para abertura do empreendimento (Ver Tabela 11 e Figura 10).

Tabela 11: Motivos para a abertura do empreendimento.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Oportunidade de negócio	14	22,2	15	24,2
Falta de emprego	7	11,1	9	14,5
Conhecimento do ramo de empreendimento	9	14,3	14	22,6
Desejo de independência financeira	15	23,8	12	19,4
Disponibilidade de capital próprio	2	3,2	1	1,6
Realização pessoal e profissional	13	20,6	9	14,5
Outros	3	4,8	2	3,2
Total	63	100,0	62	100,0

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

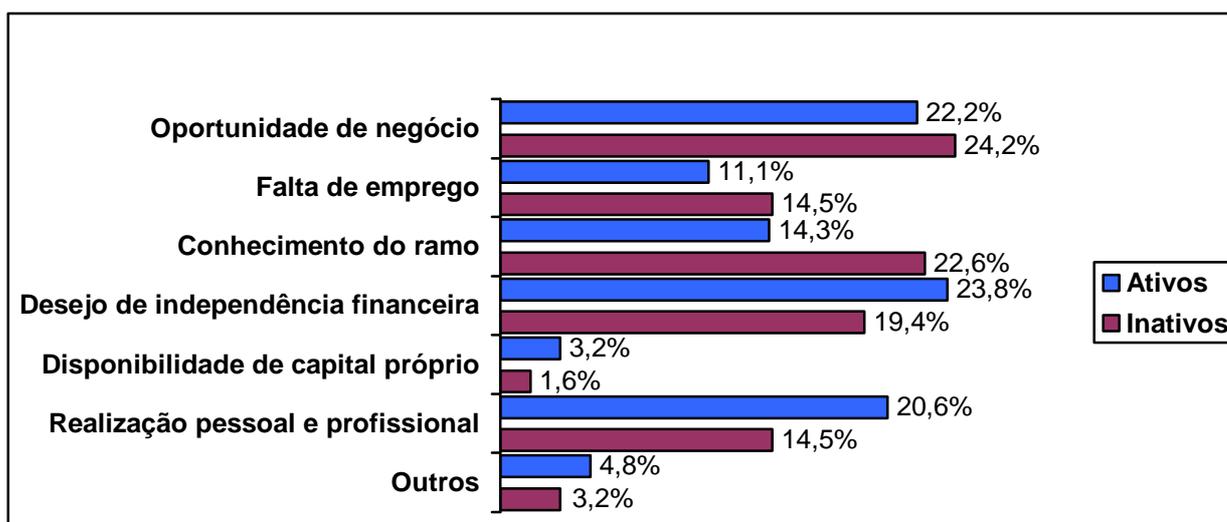


Figura 10 - Motivos para a abertura do empreendimento.

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

As principais motivações para a abertura dos empreendimentos ativos foram: desejo de independência financeira, oportunidade de negócio e realização pessoal e profissional. Nos empreendimentos inativos foram: oportunidade de negócio, conhecimento do ramo e desejo de independência financeira. Tanto nos empreendimentos ativos como nos inativos, de cada 10 (dez) empreendimentos abertos, aproximadamente, 7 (sete) tinham uma das três motivações citadas para empreender.

Na pesquisa do Sebrae Nacional (2004, p. 42) e Sebrae/PR (2007, p. 49) sobre fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas formais no Brasil e Estado do Paraná em 2005, observou-se que as principais motivações para a abertura dos empreendimentos foram: o desejo de ter o próprio negócio, oportunidade, melhoria de renda para os empreendimentos ativos e melhoria de renda e oportunidade para os empreendimentos inativos.

Dessa forma, evidencia-se que as principais motivações dos empreendedores para iniciar os seus empreendimentos na cidade de Guarapuava são semelhantes aos motivos apresentados nas pesquisas do Sebrae.

Baseado nos conceitos sobre empreendedorismo, observa-se, ainda, que as pessoas, na verdade, querem um ambiente favorável para a realização de seus sonhos ou objetivos. Não são o assistencialismo, o paternalismo ou outros favores os principais elementos de motivação para a abertura dos empreendimentos.

Outro dado relevante para os empreendedores nesta pesquisa são os motivos que mais dificultaram para a abertura do empreendimento (Ver Tabela 12 e na Figura 11).

Os principais motivos que mais dificultaram para a abertura dos empreendimentos ativos foram a falta de recursos, medo, falta de treinamento e ponto adequado. Para os empreendimentos inativos, foram a falta de recursos, medo, falta de apoio e muita concorrência. Tanto nos empreendimentos ativos quanto nos inativos, esses motivos representaram mais de 50% das dificuldades encontradas e enfrentadas pelos empreendedores.

Tabela 12: Motivos que mais dificultaram para a abertura do empreendimento.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Falta de recursos financeiros	19	22,2	22	24,3
Falta de lugar (ponto ou barracão)	7	8,2	6	6,7
Não conhecer bem o ramo de atividade	1	1,2	5	5,6
Medo e insegurança	9	10,6	12	13,3
Experiências negativas anteriores	1	1,2	0	0,0
Impostos	6	7,1	7	7,8
As condições econômicas do país não eram as melhores	5	5,9	5	5,6
Muita concorrência	6	7,1	9	10,0
Não possuir apoio	13	15,3	9	10,0
Falta de treinamentos em gestão empresarial	9	10,6	5	5,6
Burocracia	6	7,1	7	7,8
Outros	3	3,5	3	3,3
Total	85	100,0	90	100,0

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

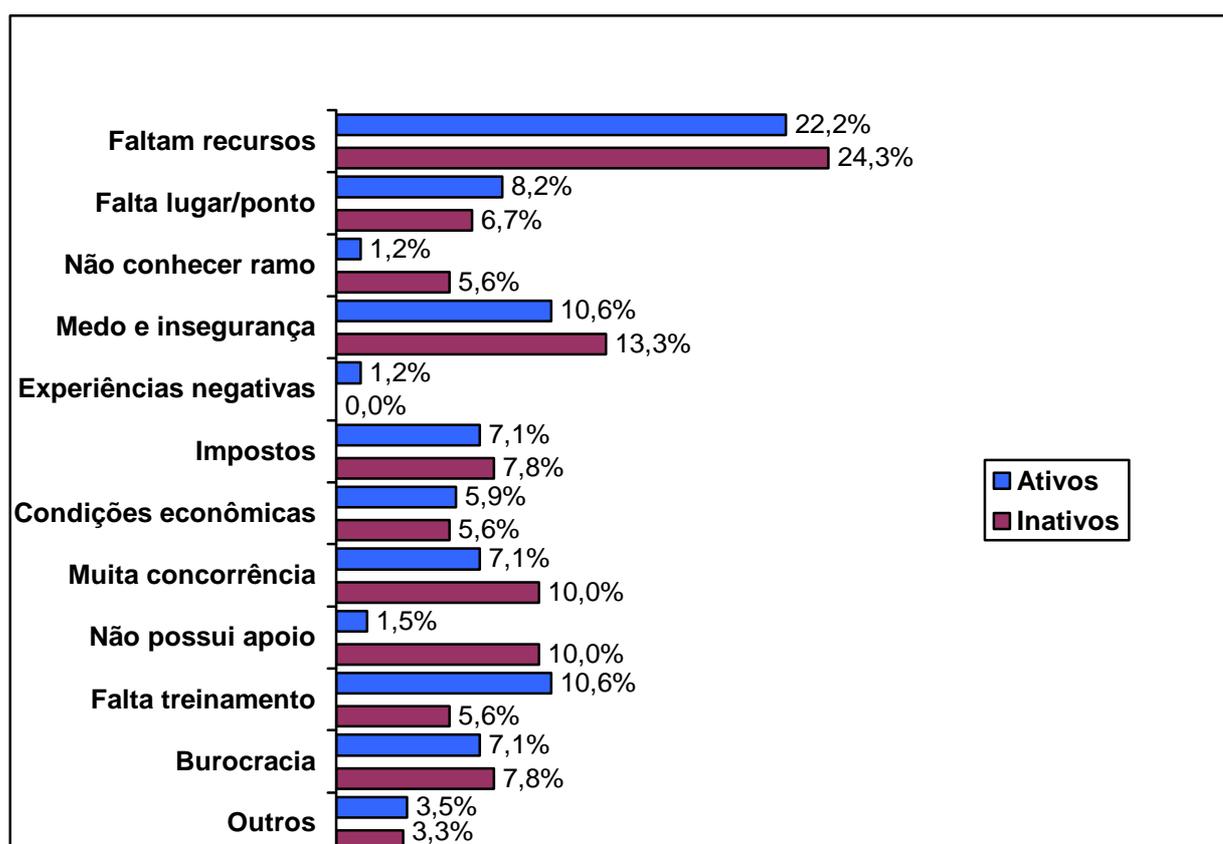


Figura 11 - Motivos que mais dificultaram para a abertura do empreendimento.

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

Os dados evidenciam que para os empreendedores não são a falta de conhecimento do ramo ou experiências negativas que mais dificultam o início das

atividades. Esses resultados sugerem que os empreendedores precisam de apoio para se sentirem seguros no processo de empreender.

Pode-se inferir que é fundamental que uma comunidade ofereça um ambiente flexível e amigável para motivar e estimular as pessoas a enfrentarem os desafios de empreender.

3.6.3 Apoio recebido pelos empreendedores para empreenderem.

Mesmo diante das dificuldades encontradas pelos empreendedores, de alguma maneira, a maioria recebeu algum tipo de apoio para empreender. Tais apoios podem ser visualizados na Tabela 13 e Figura 12.

Tabela 13: Apoio recebido pelos empreendedores para empreenderem.

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Crédito do sistema financeiro	0	0,0	7	11,3
Não precisei	3	6,4	0	0,0
Recebi o apoio da família	20	42,5	21	33,9
Parceria com outros empreendimentos ou empreendedores	2	4,3	7	11,3
Incentivos de programas de governos e entidades da comunidade	14	29,8	26	41,9
Nenhum	7	14,9	1	1,6
Outros	1	2,1	0	0,0
Total	47	100,0	62	100,0

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

Tanto para os empreendimentos ativos como para os inativos, os principais apoios foram a família e os incentivos de programas do governo municipal e entidades. Para cada 10 (dez) empreendimentos ativos, aproximadamente, 4 (quatro) receberam apoio da família. No caso dos empreendimentos inativos, para cada 10 (dez) empreendimentos, aproximadamente, 3 (três) empreendimentos receberam apoio da família.

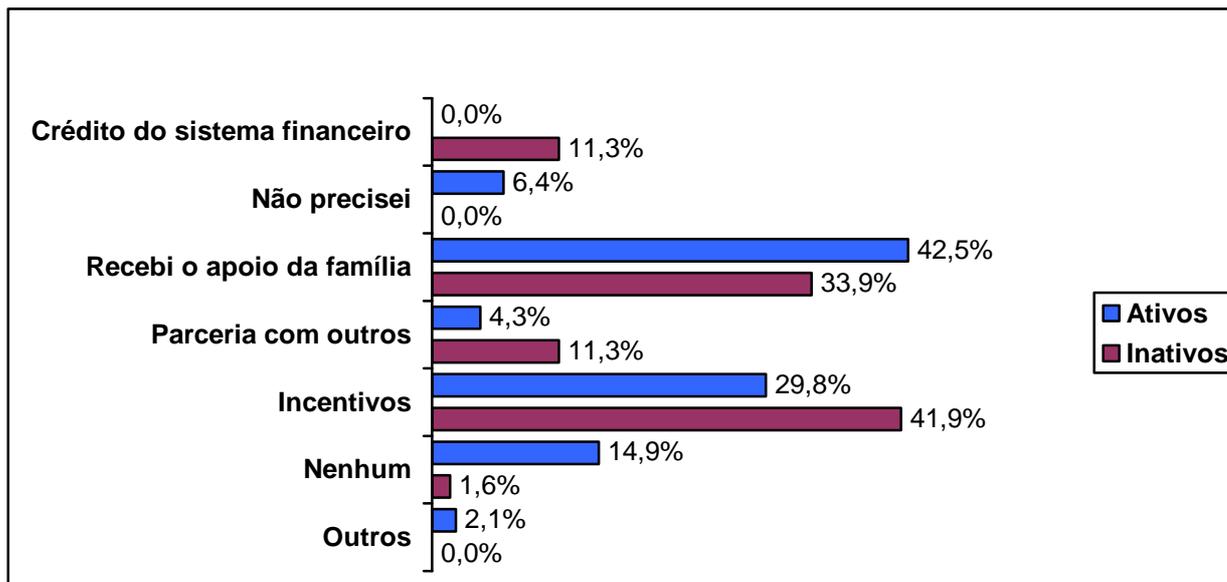


Figura 12 - Apoio recebido pelos empreendedores para empreenderem.
Nota: Esta questão admite mais de uma resposta.

O apoio da família foi mais expressivo nos empreendimentos ativos do que nos empreendimentos inativos. Dado que pode sugerir que a família pode ser um fator importante de motivação para a diminuição do medo, considerado como um dos principais motivos que dificultaram a abertura do empreendimento conforme Tabela 12 e Figura 11.

O reconhecimento do apoio recebido do governo e entidades, tanto dos empreendedores ativos como dos inativos, pode sugerir que o empreendedorismo social — Capital Humano e Capital Social —, como uma ação de desenvolvimento sustentável, estão presentes na comunidade de Guarapuava.

Dos empreendimentos ativos, 6,4% dos empreendedores declararam que não precisam de nenhum apoio.

3.6.4 A preparação dos empreendedores para empreenderem.

Outro aspecto importante pesquisado foi quanto à preparação dos empreendedores para enfrentarem os desafios de iniciar uma atividade empresarial. Os resultados podem ser observados na Tabela 14 e Figura 13.

Tabela 14: Você julga que estava bem preparado ou treinado para abrir um empreendimento?

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Sim	8	26,7	12	40
Não	22	73,3	18	60
Total	30	100,0	30	100,0

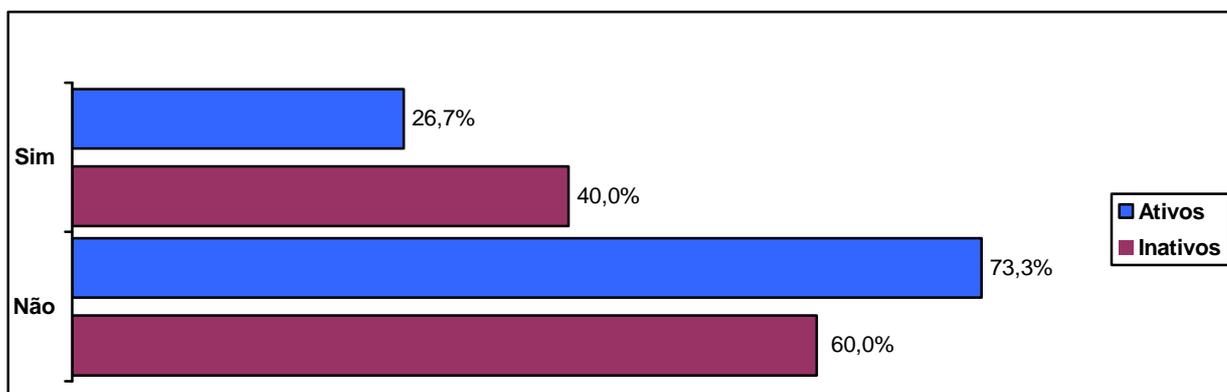


Figura 13 - Você julga que estava bem preparado ou treinado para abrir um empreendimento?

De cada 10 empreendimentos ativos, aproximadamente, 3 (três) declaram que estavam preparados para abrir o empreendimento e 7 (sete) declaram que não estavam preparados. Nos empreendimentos inativos esta relação foi de 4 (quatro) que estavam preparados para 6 (seis) que não estavam preparados.

Esses resultados evidenciam a necessidade das políticas públicas apoiarem fortemente os empreendedores – Capital Humano, antes mesmo de eles iniciarem as suas atividades. Esta evidência poderia melhorar a competitividade e aumentar a probabilidade de sobrevivência dos empreendimentos.

É importante ressaltar que a capacitação gerencial era uma das temáticas do Programa Bairros em Ação. Nesse sentido foi disponibilizada uma série de cursos e treinamentos, entre outros, para os participantes do Programa. As participações dos empreendedores estão visualizadas na Tabela 15 e na Figura 14.

Tabela 15: Você recebeu ou participou de cursos e treinamentos para enfrentar os desafios de empreender?

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Sim	30	100,0	27	90,0
Não	0	0,0	3	10,0
Total	30	100,0	30	100,0

Pode-se inferir que houve uma maciça participação dos empreendedores ativos e inativos nos cursos e treinamentos. Dos empreendimentos

inativos 10%, dos empreendedores não participaram de curso ou treinamento. Se essa não participação dos inativos contribuiu, de alguma maneira para o encerramento de atividades, somente um estudo ou pesquisa mais aprofundada poderá evidenciar ou responder essa questão.

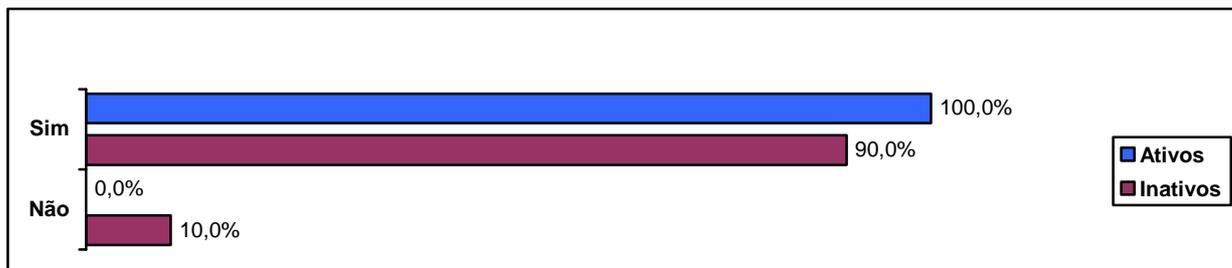


Figura 14 - Você recebeu ou participou de cursos e treinamentos para enfrentar os desafios de empreender?

Mais importante do que investigar a participação dos empreendedores em cursos ou treinamentos é se, de alguma maneira, essas participações contribuíram ou não, efetivamente, no desenvolvimento humano e na capacitação gerencial dos empreendedores. As respostas a essa questão estão apresentadas Tabela 16 e na Figura 15.

Tabela 16: Os cursos e treinamentos de que você participou ajudaram de alguma maneira na sua formação como empreendedor?

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Sim	28	93,3	27	90,0
Não	2	6,7	3	10,0
Total	30	100,0	30	100,0

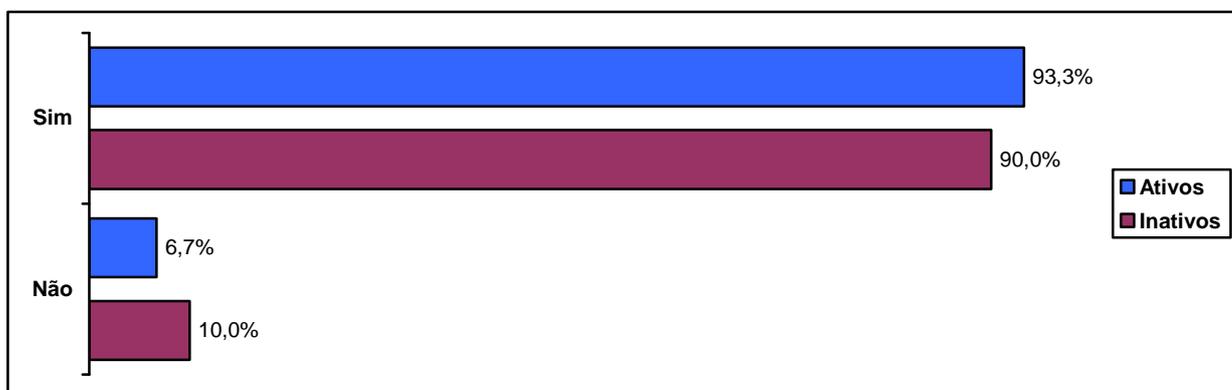


Figura 15 - Os cursos e treinamentos de que você participou ajudaram de alguma maneira na sua formação como empreendedor?

De cada 10 (dez) empreendedores dos empreendimentos ativos e inativos, 9 (nove) consideraram que a participação nos cursos e treinamentos ajudaram na formação como empreendedor e somente 1 (um) considerou que eles não ajudaram.

A maneira como esses cursos e treinamentos ajudaram na formação dos empreendedores ativos está sintetizada na Tabela 17.

Tabela 17: De que maneira os cursos e treinamentos ajudaram na sua formação como empreendedor? Para os que responderam sim – empreendimentos ativos.

Respostas	Casos	% relativo
Administração, conhecimento, experiência, visão sobre o negócio e relacionamento com os clientes.	19	67,9
Segurança no empreendedorismo, visão de marketing, concorrência, controle financeiro.	7	25,0
Higiene nos alimentos.	2	7,1
Total	28	100,0

Dos empreendedores que responderam sim, pode-se dizer que de cada 10 (dez) empreendedores ativos, aproximadamente, 7 (sete) declararam que as principais ajudas foram: administração, conhecimento, experiência, visão sobre negócio e relacionamento com clientes.

Do total de 30 empreendedores, 2 (dois) responderam que os cursos e treinamentos não interferiram em sua formação enquanto empreendedores. Um deles afirmou que o motivo foi que não houve novidade nas informações dadas e o outro afirmou que as informações foram vagas ou vazias.

A maneira como esses cursos e treinamentos ajudaram na formação dos empreendedores inativos está sintetizada na Tabela 18.

A Tabela 18 evidencia que dos 30 entrevistado, 27 responderam sim e 3 (três) responderam não. De cada 10 (dez) empreendedores inativos, aproximadamente, 5 (cinco) declararam que as principais ajudas foram a troca de experiência, o conhecimento e a informação sobre negócio. Outros 3 (três) declararam que foram as novas idéias, o relacionamento com funcionários e outros empreendedores, e ajuda na parte administrativa e financeira. Para os 3 (dois) empreendedores dos empreendimentos inativos que responderam que não houve ajuda dos cursos e treinamentos, não se sabe os motivos, pois, os mesmos não os

declararam.

Tabela 18: De que maneira os cursos e treinamentos ajudaram na sua formação como empreendedor? Para os que responderam sim – empreendimentos inativos.

Respostas	Casos	% relativo
Troca de experiências, conhecimento e informação sobre o negócio.	14	51,9
Novas idéias, um relacionamento com os funcionários e outros empreendedores.	4	14,8
Ajudaram na parte administrativa e financeira, custos, como vender os produtos e como se comportar nas vendas.	4	14,8
Motivação, oportunidades, liderança, comprometimento e reconhecimento.	3	11,1
Planejamento, metas e organização.	2	7,4
Total	27	100,0

As respostas dos dois grupos de empreendedores sugerem que o Programa Bairros em Ação auxiliou na melhor formação do Capital Humano dos empreendedores.

3.6.5 O impacto dos empreendimentos na comunidade.

A pesquisa procurou saber se os empreendedores julgavam afirmativo o impacto social e/ou econômico de seus empreendimentos na comunidade. A tabulação das respostas está Tabela 19 e na Figura 16.

Tabela 19: Você julga que o seu empreendimento causou algum impacto social e/ou econômico na comunidade?

Indicador	Empreendimentos Ativos		Empreendimentos Inativos	
	Casos	% relativo	Casos	% relativo
Sim	30	100,0	29	96,7
Não	0	0,0	1	3,3
Total	30	100,0	30	100,0

Praticamente, as totalidades dos empreendedores ativos e inativos percebem e reconhecem a importância de seus empreendimentos para a comunidade.

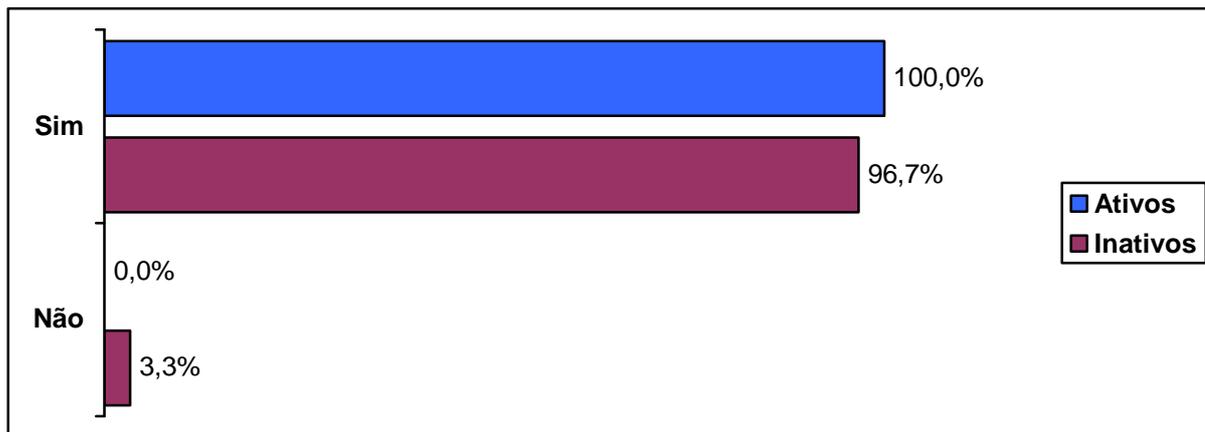


Figura 16 - Você julga que o seu empreendimento causou algum impacto social e/ou econômico na comunidade?

As respostas para as quais foram esses impactos sociais e econômicos na comunidade para os empreendedores ativos estão apresentadas na Tabela 20 e Figura 17.

Tabela 20: O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos ativos.

Respostas	Casos	% relativo
Atendimento ao cliente, treinamento, emprego e renda.	23	76,7
Abertura de um novo negócio	2	6,7
Reconhecimento da cidade	1	3,3
Qualidade e preservação do meio ambiente	3	10,0
Diferenciação nos produtos	1	3,3
Total	30	100,0

Para cada 10 (dez) empreendedores ativos, aproximadamente, 8 (oito) consideram que os principais impactos sociais e econômicos foram o atendimento ao cliente, o treinamento, o emprego e renda. Nessa relação, pelo menos para 1 (um), o principal impacto foi a qualidade e a preservação do meio ambiente, sugerindo um início de consciência ambiental dos empreendedores ativos.

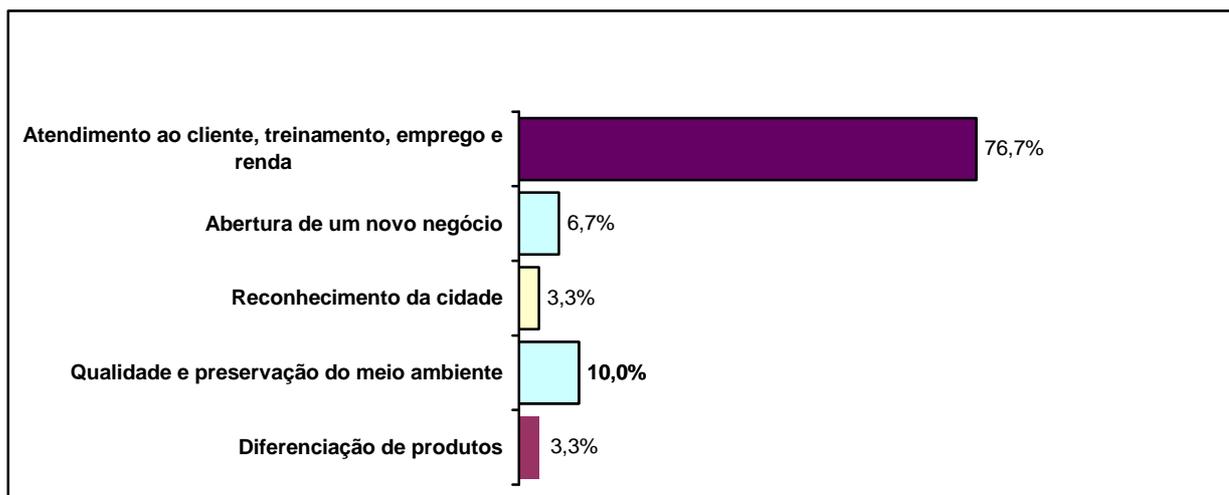


Figura 17 - O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos ativos.

Para os empreendimentos inativos, os impactos sociais e econômicos na comunidade estão apresentados na Tabela 21 e Figura 18.

Tabela 21: O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos inativos.

Respostas	Casos	% relativo
Novos clientes, gerando emprego, renda e pagamento de impostos.	20	69,0
Reconhecimento e aprendizado como empreendedor	4	13,8
Benefícios para os clientes do berçário	2	6,9
Reconhecimento do nome da cidade com inúmeros artesanatos para gerar renda	2	6,9
Experiência pessoal	1	3,4
Total	29	100,0

Para cada 10 (dez) empreendedores inativos, aproximadamente, 8 (oito) consideram que os principais impactos sociais e econômicos na comunidade foram os novos clientes, a geração de emprego e renda, os impostos, o reconhecimento e o aprendizado como empreendedor.

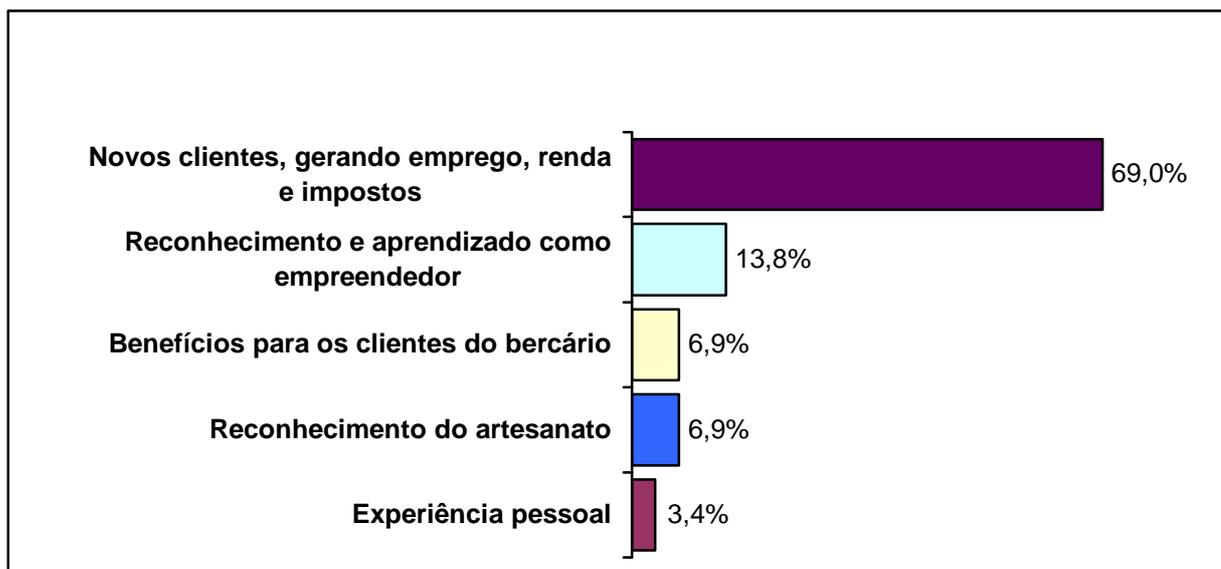


Figura 18 - O impacto social e/ou econômico causado na comunidade pelo empreendimento – empreendimentos inativos.

A percepção dos impactos sociais e econômicos na comunidade evidencia que os empreendedores reconhecem a sua importante função e contribuição no processo de desenvolvimento social econômico e sustentável da comunidade.

3.6.6 Avaliação dos empreendimentos ativos pelos empreendedores.

A avaliação das expectativas iniciais dos empreendimentos comparadas com as expectativas do momento da pesquisa foram contempladas neste estudo. A síntese das respostas está na Tabela 22 e Figura 19.

Tabela 22: Como você avalia o seu empreendimento hoje?

Indicador	Casos	% relativo
Abaixo das expectativas iniciais	7	23,3
Dentro das expectativas iniciais	12	40,0
Acima das expectativas iniciais	11	36,7
Total	30	100,0

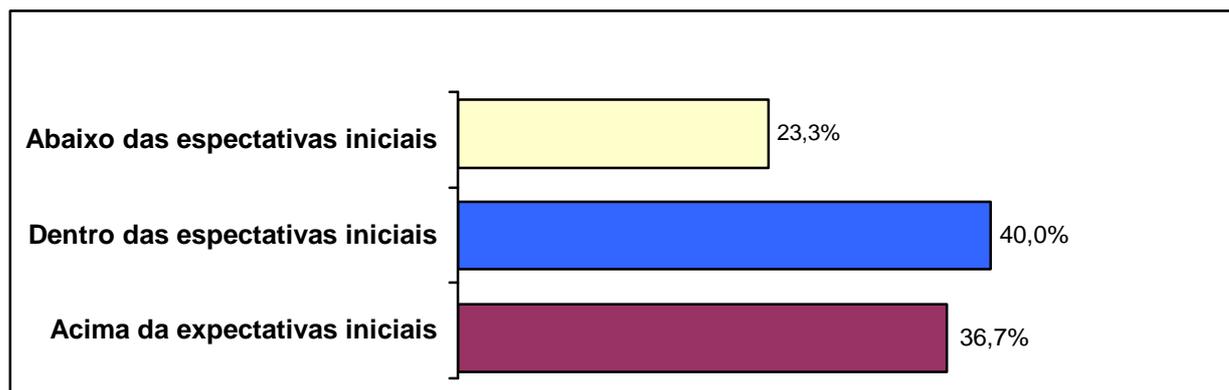


Figura 19 - Como você avalia o seu empreendimento hoje?

De cada 10 (dez) empreendedores, aproximadamente, 8 (oito) consideram os seus empreendimentos dentro ou acima das expectativas iniciais e somente 2 (dois) consideram abaixo das expectativas iniciais. Esses resultados podem sugerir, que a maioria dos empreendimentos tem uma grande probabilidade de sobrevivência no mercado.

3.6.7 Quanto ao futuro dos empreendimentos ativos.

Outro indicador importante foi identificar a motivação dos empreendedores quanto ao futuro dos empreendimentos. Os resultados estão apresentados na Tabela 23 e na Figura 20.

Tabela 23: Com relação ao empreendimento você pretende:

Indicador	Casos	% relativo
Ampliar	21	70,0
Manter como está	5	16,7
Diminuir	0	0,0
Mudar de ramo	3	10,0
Encerrar atividade	1	3,3
Total	30	100,0

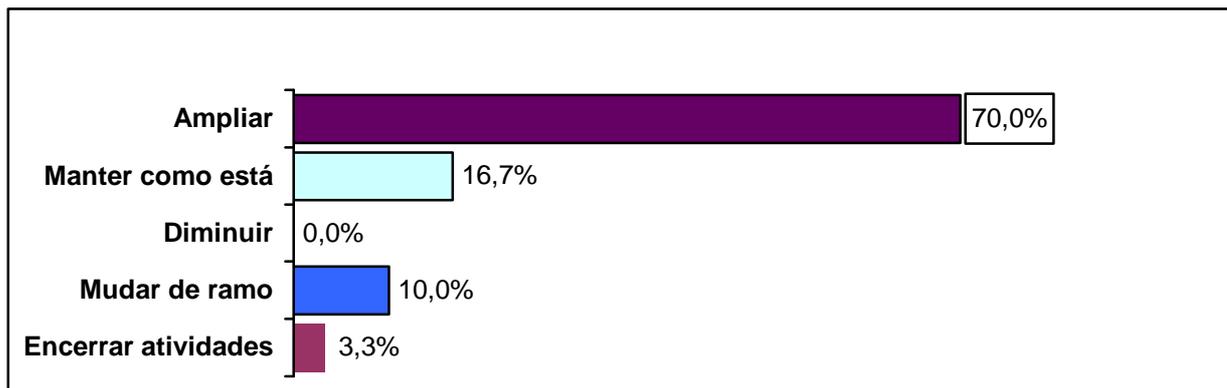


Figura 20 - Com relação ao empreendimento você pretende:

De cada 10 (dez) empreendimentos, 7 (sete) pretendem ampliar o negócio, sugerindo uma forte motivação e segurança para continuar empreendendo. Nessa relação, somente 1 (um) pretende mudar de ramo e, aproximadamente, 2 (dois) pretendem manter o empreendimento como está.

3.6.8 Avaliação dos empreendimentos inativos pelos empreendedores.

Com relação aos empreendimentos inativos, a pesquisa procurou identificar, também, os principais motivos que levaram os empreendedores ao encerramento das atividades. As razões estão apresentadas na Tabela 24 e na Figura 21.

De cada 10 (dez) empreendimentos inativos, aproximadamente, 4 (quatro) empreendimentos encerraram as atividades em função da crise econômica, falta de apoio do governo e entidades e concorrência muito forte. Outros 2 (dois) encerraram as atividades em função da falta de clientes, inadimplência e falta de mão-de-obra qualificada.

Na pesquisa Sebrae (2007, p. 46), no Estado do Paraná em 2005, destacam-se como principais motivos para o encerramento de atividades dos empreendimentos a falta de clientes, a falta de capital de giro, o baixo lucro e a falta de mão-de-obra qualificada.

Na pesquisa Sebrae (2004, p. 15), no Brasil, destacam-se como principais motivos para o encerramento de atividades dos empreendimentos a falta

de capital de giro, a falta de clientes, os problemas financeiros, os maus pagadores e a falta de crédito bancário.

Tabela 24: Quais os motivos que levaram você a encerrar as atividades de seu empreendimento?

Indicador	Casos	% relativo
Concorrência	30	11,9
Falta de Clientes	28	11,1
Crise econômica	30	11,9
Inadimplência dos clientes	23	9,1
Falta de crédito do sistema financeiro	13	5,2
Carga tributária muito alta	15	5,9
Instalações precárias ou inadequadas	10	4,0
Falta de funcionários qualificados	21	8,3
Falta de qualidade dos produtos ou serviços oferecidos	0	0,0
Falta de conhecimento gerencial e técnico do negócio	2	0,8
Preços praticados acima dos preços do mercado	7	2,8
Problemas pessoais na sociedade	7	2,8
Falta de apoio do poder público e de entidades comunitárias	30	11,9
Juros do sistema financeiro abusivo	16	6,3
Falta de fornecedor de matéria-prima ou serviços	12	4,8
Outros	8	3,2
Total	252	100

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

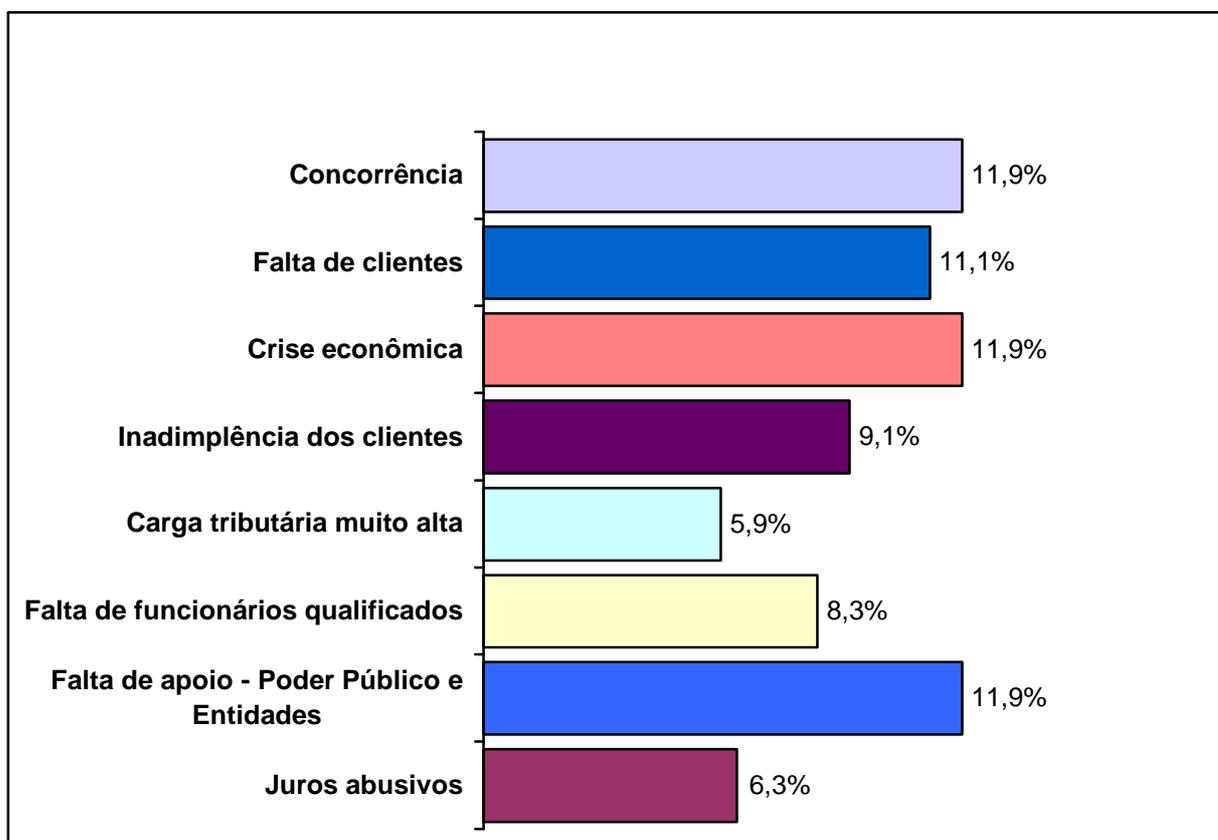


Figura 21 - Quais os principais motivos que levaram você a encerrar as atividades de seu empreendimento?

Esses resultados evidenciam muita semelhança entre os principais problemas que levam ao encerramento de atividades dos empreendimentos no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná e no Brasil.

Com relação aos outros motivos que levaram ao encerramento de atividades, foi constatado que, para alguns empreendedores, o surgimento de outra oportunidade de negócio, desgaste físico, doença na família, ponto comercial e queda de preço no mercado foram os motivos.

Outro ponto importante desta pesquisa foi identificar a motivação dos empreendedores quanto a reiniciar as atividades como empreendedor. Os resultados estão sintetizados na Tabela 25 e na Figura 22.

Tabela 25: Mesmo tendo encerrado as atividades, você gostaria de iniciar outro negócio?

Indicador	Casos	% relativo
Sim	12	40,0
Não	5	16,7
Talvez daqui algum tempo	2	6,7
Ainda não tenho opinião a respeito	10	33,3
Já iniciei outro(s) empreendimento(s)	1	3,3
Total	30	100,0

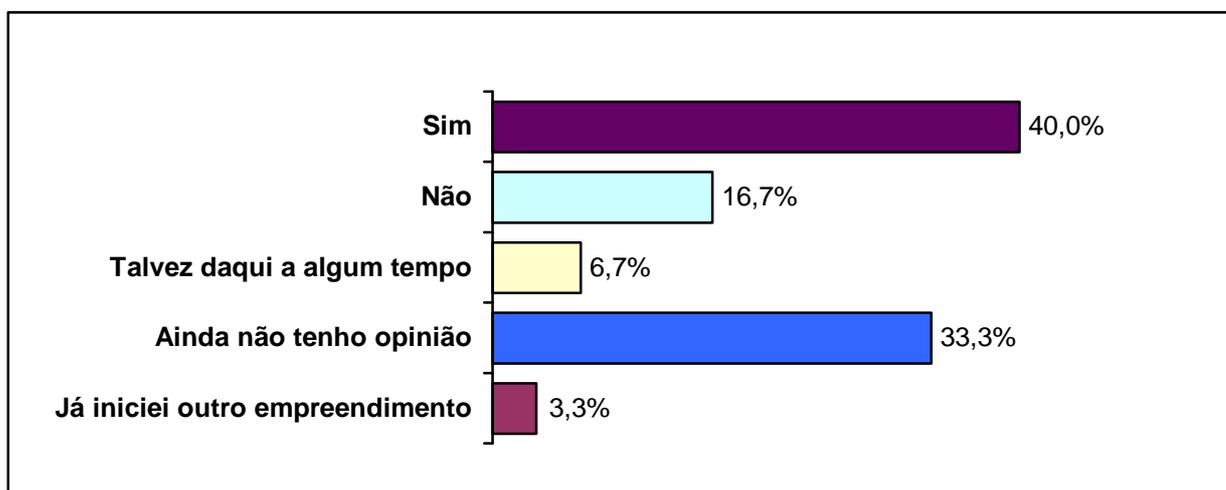


Figura 22 - Mesmo tendo encerrado as atividades você gostaria de iniciar outro negócio?

De cada 10 (dez) empreendedores que encerram as suas atividades 4 (quatro) estão motivados e gostariam de iniciar outro negócio e, aproximadamente, 3 (três) ainda não têm uma opinião a respeito e, aproximadamente 2 (dois) não tem interesse em empreender novamente porque estão em busca de uma colocação no mercado de trabalho ou estão com problemas de saúde.

Segundo o Sebrae (2007, p. 54), no Estado do Paraná, de cada 10 (dez) empreendedores que encerraram as atividades em 2005, aproximadamente, 9 (nove) já abriram um novo empreendimento e 1 (um) arrumou um emprego.

Os dados sugerem que, independente dos motivos que levaram ao encerramento das atividades, os empreendedores estão motivados a persistirem no processo de empreender.

Diante desses dados, pode-se inferir que quanto mais favorável e amigável for o ambiente de uma comunidade, a maioria dos empreendedores querem continuar empreendendo, mesmo diante de experiências negativas anteriores.

3.6.9 Relatos de experiências dos empreendedores ativos e inativos.

A pesquisa procurou também levantar quais as principais experiências do empreendedor com o Programa Bairros em Ação (Ver Tabela 26).

Tabela 26: Você gostaria de expressar sua opinião sobre a(s) experiência(s) com o Programa Bairros em Ação? – empreendimentos ativos.

Indicador	Casos	% relativo
Conhecimento, empreendimento, motivação frente aos desafios, marketing, visão nos negócios, vantagens positivas.	22	73,3
Abertura de um negócio ou ampliação do mesmo.	5	16,7
Como enfrentar a concorrência, atendimento ao cliente, segurança no trabalho.	3	10,0
Total	30	100,0

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

De cada 10 (dez) empreendedores dos empreendimentos ativos, aproximadamente, 9 (nove) declararam que as suas principais experiências foram conhecimento, empreendimento, motivação frente aos desafios, marketing, visão nos negócios, vantagens positivas e abertura de um negócio ou ampliação do mesmo.

As experiências dos empreendedores dos empreendimentos inativos estão apresentadas na Tabela 27.

Tabela 27: Você gostaria de expressar sua opinião sobre a(s) experiência(s) com o Programa Bairros em Ação? – empreendimentos inativos.

Respostas	Casos	% relativo
Conhecimento, experiência, preparação, motivação, visão do negócio.	19	63,3
Obter seu próprio negócio ou ampliar o mesmo.	4	13,4
Relacionamento com o pessoal e com outros empreendedores de outras localidades.	3	10,0
Não participou ou não lembra de algum benefício.	2	6,7
Empreendedorismo e geração de emprego e renda.	1	3,3
Divulgação dos produtos.	1	3,3
Total	30	100,0

Nota: esta questão admite mais de uma resposta.

De cada 10 (dez) empreendedores dos empreendimentos inativos, aproximadamente, 8 (oito) declararam que as principais experiências foram conhecimento, experiência, preparação, motivação, visão do negócio e dicas sobre como obter o próprio negócio ou ampliar o mesmo.

Tanto nos empreendimentos ativos como nos empreendimentos inativos as experiências são muito semelhantes.

O que chamou a atenção na pesquisa foi o relato do fator motivacional no processo de empreender. Muitos relatos consideraram que um dos principais benefícios do Programa Bairros em Ação foi a automotivação provocada nos cursos, treinamentos, palestras, viagens, encontros, feiras e eventos.

Muitas vezes, relataram os entrevistados, que após os cursos voltavam para a casa e para os negócios com as “energias recarregadas”. O contato com outros empreendedores e com as experiências do Programa Bairros em Ação oportunizava a percepção de que as dificuldades e os desafios eram comuns ao grupo e não particular. Esses depoimentos sugerem que o Programa Bairros em Ação teve um forte impacto no desenvolvimento do Capital Humano — um dos pilares do Programa.

3.7 Limitações do método.

Vergara (2007, p. 61) acentua que “todo o método tem possibilidades e limitações”.

Admite-se que o método escolhido para este trabalho de pesquisa teve a suas dificuldades e limitações quanto à coleta e ao tratamento dos dados, conforme abaixo:

- A própria limitação da seleção dos entrevistados devido à impossibilidade de serem localizados e entrevistados todos os participantes do Programa Bairros em Ação.
- É possível que os participantes entrevistados não tenham sido os mais representativos do universo pesquisado e estudado. Esse é um risco que corre qualquer processo de investigação.
- Aspectos relevantes e importantes podem ter sido desperdiçados por não terem sido explicitados ou revelados adequadamente pelos entrevistados ou, ainda, não terem sido devidamente esclarecidos pelo próprio pesquisador por falta de habilidade.
- Os próprios entrevistados podem de maneira consciente ou inconsciente deixar de fornecer respostas coerentes com as suas opiniões.
- Quanto ao tratamento e análise dos dados coletados, a própria experiência do pesquisador pode influenciar na interpretação, mesmo buscando distanciamento.

Este capítulo procurou destacar a metodologia e os principais resultados da pesquisa realizada junto aos empreendedores participantes do Programa Bairros em Ação.

4 ANÁLISE DO CASO DE GUARAPUAVA.

Neste capítulo será apresentada uma introdução, contextualizando o município de Guarapuava² desde 1541 a 1996, uma análise no período objeto deste estudo de 1997 a 2004 e a descrição detalhada do Programa Bairros em Ação com os resultados alcançados, além das possibilidades de reativação ou reaplicação ou, ainda, de aprofundamento dos estudos desse Programa.

4.1 Introdução.

Em 1810 começou efetivamente a ocupação dos campos de Guarapuava, sendo que em 1819 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora de Belém. Em 1871 a Freguesia foi elevada a categoria de cidade e passou a denominar-se Guarapuava.

O município de está localizado na região sul do Brasil no centro-oeste do Paraná, no terceiro planalto. O nome Guarapuava é derivado do tupi-guarani e significa: Guará (Lobo) Puava (Bravo).

O seu território sofreu vários desmembramentos, pois já foi considerado um dos maiores municípios do Paraná. Em 1928 a sua área abrangia cerca de 54.450 km² ou 25% do território paranaense.

O município é composto por várias etnias, tais como: afrodescendentes, alemães, árabes, japoneses, indígenas, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros.

De clima agradável, sua economia destaca-se na agropecuária, silvicultura, indústria madeireira e papel, além do comércio e serviços.

Os seus principais ícones históricos e culturais são o Lobo Guará, o Cacique Guairacá, o Tropeirismo, as Cavalhadas e as paisagens.

² Ver fotos da cidade de Guarapuava no anexo.

Os seus principais aspectos físicos e territoriais estão na Tabela 28.

Tabela 28: Aspectos físicos e territoriais de Guarapuava.

Aspectos	Indicadores
Localização Geográfica	Localiza-se na Região Sul do Brasil, centro-oeste do Paraná, terceiro planalto, chamado Planalto Guarapuava.
Área Geográfica em Km2	3.125,85
População 2007 (projetada)	171.097
Altitude	1.120 metros acima do nível do mar.
Distância da Capital em km	267
Distritos	Sede, Entre Rios, Guairacá, Guará e Palmeirinha.
Comarca	Guarapuava.
Clima	Sub-tropical úmido mesotérmico, de verões frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresentando estação seca.
Temperatura	A temperatura média anual é de 16,8° C, com média máxima de 36° C e com mínima de 6,8° C.
Pluviosidade	1.937,7 mm / ano.
Principais Atividades Econômicas	Agricultura (milho, soja e batata) e indústria (papel e papelão, química, bebidas, madeira e produtos alimentares).
Data de Fundação	12/04/1871.

Fonte: Ceppe (2007, p. 4-5).

Os aspectos populacionais do período de 1970 a 2006, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, estão organizados na Tabela 29.

Tabela 29: Censo populacional.

Censo Populacional	Total	Sexo		Localidade	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1970	110.903	55.848	55.055	43.403	67.500
1980	158.585	79.287	79.298	89.926	68.659
1991	159.634	78.755	80.879	116.210	43.424
1996	155.835	76.798	79.037	132.857	22.978
2000	155.161	76.205	78.956	141.694	13.467
2006	169.007				

Fonte: Ceppe (2007, p. 6).

No censo de 2000, constata-se que 91,32% da população estava localizada na área urbana e 8,68% estava localizada na área rural.

Outro indicador importante a ser observado é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Conforme a Fundação Brasil (2004, p. 8), este indicador foi criado no início da década de 1990 “para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD com o objetivo de identificar o estágio de desenvolvimento de um povo”. A metodologia desse indicador permitiu calcular o IDH de 1970 e 1980.

Este indicador baseia-se em três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda. Os valores do IDH variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais alto será considerado o nível de desenvolvimento humano.

Os países ou localidade classificam-se em três categorias:

- 0,000 < 0,500 Baixo Desenvolvimento Humano.
- 0,500 < 0,800 Médio Desenvolvimento Humano.
- 0,800 < 1,000 Alto Desenvolvimento Humano.

Quanto aos dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município de Guarapuava no período da década de 1970 até o ano 2000 pode-se observar na Tabela 30.

Tabela 30: Índice de desenvolvimento humano municipal.

Ano	Educação	Longevidade	Renda	IDH Médio
1970	0,544	0,387	0,333	0,421
1980	0,617	0,537	0,863	0,673
1991	0,780	0,680	0,660	0,707
2000	0,886	0,713	0,720	0,773
Evolução 1970/2000	62,9%	84,2%	116,2%	83,6%

Fonte: Ceppe (2007, p. 12).

O município, segundo classificação da ONU, possuía em 2000 um Médio Desenvolvimento Humano. O comparativo do IDH médio de Guarapuava em relação ao Estado do Paraná e ao Brasil está apresentado na Tabela 31.

Tabela 31: Comparativo do índice de desenvolvimento humano – médio.

Ano	Guarapuava	Paraná	Brasil
1970	0,421	0,440	0,462
1980	0,673	0,700	0,685
1991	0,707	0,711	0,696
2000	0,773	0,787	0,766
Evolução 1970/2000	83,6%	78,9%	65,8%

Fonte: Ceppe (2007, p. 13).

Num contexto histórico, Guarapuava sempre teve uma importante participação na construção do Estado do Paraná e do Brasil. No século XIX, inúmeras foram as suas contribuições históricas, culturais, econômicas e sociais (Ver Tabela 32).

Tabela 32: Principais fatos e contribuições históricas de Guarapuava para o Paraná e Brasil até o século XIX.

1541	Para tomar posse do Oeste Paranaense, que pertencia à Espanha pelo tratado de Tordesilhas, o Rei Espanhol enviou Dom Alvár Nunes Cabeza de Vaca, que fundou a Província de Vera da qual abrangia os Campos de Guarapuava.
1771	Em 08 de dezembro, foi rezada a primeira missa nos Campos de Guarapuava, quando Afonso Botelho de Sampaio e Souza tomou posse da terra para a Coroa Portuguesa.
1810	Dom João VI, através de Carta Régia, mandou organizar a Real Expedição Colonizadora de Guarapuava e sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, em 17 de junho de 1810, a expedição chegou aos Campos de Guarapuava e instalou o Fortim Atalaia, dando origem ao Povoado de Atalaia. A Colonização abrangia uma área de 175.000 km ² .
1819	Em 11 de novembro de 1819 foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Belém Guarapuava, sendo a sede da povoação o Fortim Atalaia.
1836	Foi fundada a primeira escola na povoação.
1842	Iniciou-se a construção da Igreja Matriz – Vigário Antônio Braga de Araújo.
1845	Abriu-se o Caminho das Missões pelo Brigadeiro Rocha e o iniciou-se o Tropeirismo.
1852	Em 17 de julho de 1852, através da Lei nº 12, a freguesia ganhou foro de Vila de Guarapuava.
1859	No dia 02 de março de 1859, pela Lei Provincial nº 54, a Vila foi elevada à categoria de Comarca de Guarapuava.
1860	Instalou-se a Primeira Grande Firma Mercantil - Sociedade Sá Virmond & Cia.
1865-1870	Ocorreu a participação de Guarapuava na Guerra do Paraguai.
1871	Em 12 de abril de 1871, através da Lei Provincial nº 271, a Vila de Nossa Senhora do Belém foi elevada à categoria de cidade com o nome de comarca de Guarapuava.
1894	A Revolução Federalista atingiu Guarapuava. Saques, invasões e mortes realizados pela tropa Federalista e posteriormente pela Tropa Legalista. Nasceu o primeiro Jornal de Guarapuava chamado “O Guayra”.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Adesg (2003).

No século XX, as importantes contribuições históricas, culturais, econômicas e sociais de Guarapuava continuaram a acontecer (Ver Tabela 33).

Guarapuava começou a desenvolver-se a partir de 1950 com o ciclo da madeira e com o início da agricultura mecanizada.

Somente 151 anos após a sua fundação foi implantada em Guarapuava uma instituição de ensino superior, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava-FAFIG. Em 1990, a FAFIG foi elevada à categoria de Universidade Estadual do Centro Oeste, obtendo o reconhecimento do Ministério da Educação em 1996. A partir desse reconhecimento a Universidade conseguiu uma forte expansão, transformando-se numa das principais universidades do estado e do país.

Tabela 33: Principais fatos e contribuições históricas de Guarapuava para o Paraná e Brasil no século XX até 1996.

1909	É instalada uma usina termoelétrica.
1913	É instalado o primeiro telefone.
1924	Revolução de 1924 com os movimentos Tenentistas. Mal. Cândido Rondon arregimentou 15.000 homens de várias regiões/estados fazendo de Guarapuava o seu Quartel General durante 2 anos.
1924	Inaugurada a primeira usina hidrelétrica, no rio Jordão em 10 de fevereiro de 1924.
1930	Revolução de 1930 devido à crise econômica de 1929. Requisição de recursos materiais e econômicos da comunidade para atender a revolução. Ocorrem violentas perseguições políticas. Foram substituídas autoridades municipais e distritais.
1930 a 1946	Período em que ocorreram investimentos públicos, os mais significativos foram no governo de Manoel Ribas (Interventor Federal do Estado do Paraná).
1932	Revolução Constitucionalista de 1932. Requisição de recursos materiais e econômicos para atender a revolução. Muitos bens não foram totalmente restituídos, empobrecendo muito a economia local.
1940	Iniciou-se o ciclo da madeira. A partir de 1950 o setor dinamizou-se e trouxe uma nova ordem econômica e social para o município. Este ciclo, efetivamente, durou aproximadamente 30 anos. Surgiram 257 serrarias, aumentou o volume de circulação de caminhões, a cidade cresceu, surgiram muitas construções que incrementaram a urbanização. O setor era explorado por pessoas de fora.
1950	O Governo do Presidente Getúlio Vargas projetou o trecho de Ponta Grossa para Foz do Iguaçu — Estrada chamada “Estratégica” — BR 277, gerando uma grande expectativa sobre o “Progresso” da cidade.
1950	Iniciado por Lacerda Wernek, o modelo de mecanização da terra, foi sendo incrementado pelos imigrantes Suábios. Intensificou-se a agricultura comercial e pecuária. A primeira beneficiada pelo financiamento agrícola e a segunda desenvolveu-se com a aplicação de alta tecnologia.
1954	A ferrovia chega até Guarapuava.
1955	Foi criada a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG.
1956	Foi realizado o “I Congresso Florestal da América do Sul”. O Congresso propôs o reflorestamento para a auto-sustentabilidade do setor.
1964	Ocorreu a Revolução de 64. Cercaram-se as manifestações públicas e limitaram-se as ações. A Revolução propiciou períodos de muita insegurança e temor. Nas gerações futuras sucedeu um comportamento arredo e de certa impotência, abortando iniciativas e resultando em falta de arrojo nos empreendimentos.
1965	Iniciou-se a instalação da rede de água encanada.
1970	Foi criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG.
1973	Vislumbrando um novo potencial econômico, iniciou-se o cultivo da maçã por incentivo municipal e posteriormente federal. A partir do final da década de 1980, o cultivo desse produto declinou.
1975	Foi criada a Expoguaá - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava.

1984	Foi criado o Programa Planalto Verde, o qual contemplava a melhoria das condições de vida do meio rural, evitando o êxodo para as periferias urbanas. O projeto visava a preservação, o equilíbrio e a sustentabilidade do meio ambiente, a diversificação da produção agropecuária, a pesquisa e o estímulo à agroindústria.
1990	A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG foi transformada na Universidade do Centro Oeste – UNICENTRO.
1996	A Universidade do Centro Oeste - UNICENTRO foi reconhecida oficialmente.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Adesg (2003).

Esses fatos históricos de Guarapuava demonstram que sua origem foi fruto de muitas lutas e conquistas. Desde o seu início, Guarapuava constituiu-se por grandes extensões de terras, consideradas estratégicas nas guerras, nas revoluções, na sobrevivência e na cultura de seu povo.

Toda essa história impactou fortemente na cultura, nas crenças e nos valores que, de alguma maneira, afetaram o processo de desenvolvimento da comunidade, conforme pode-se visualizar na Figura 23.

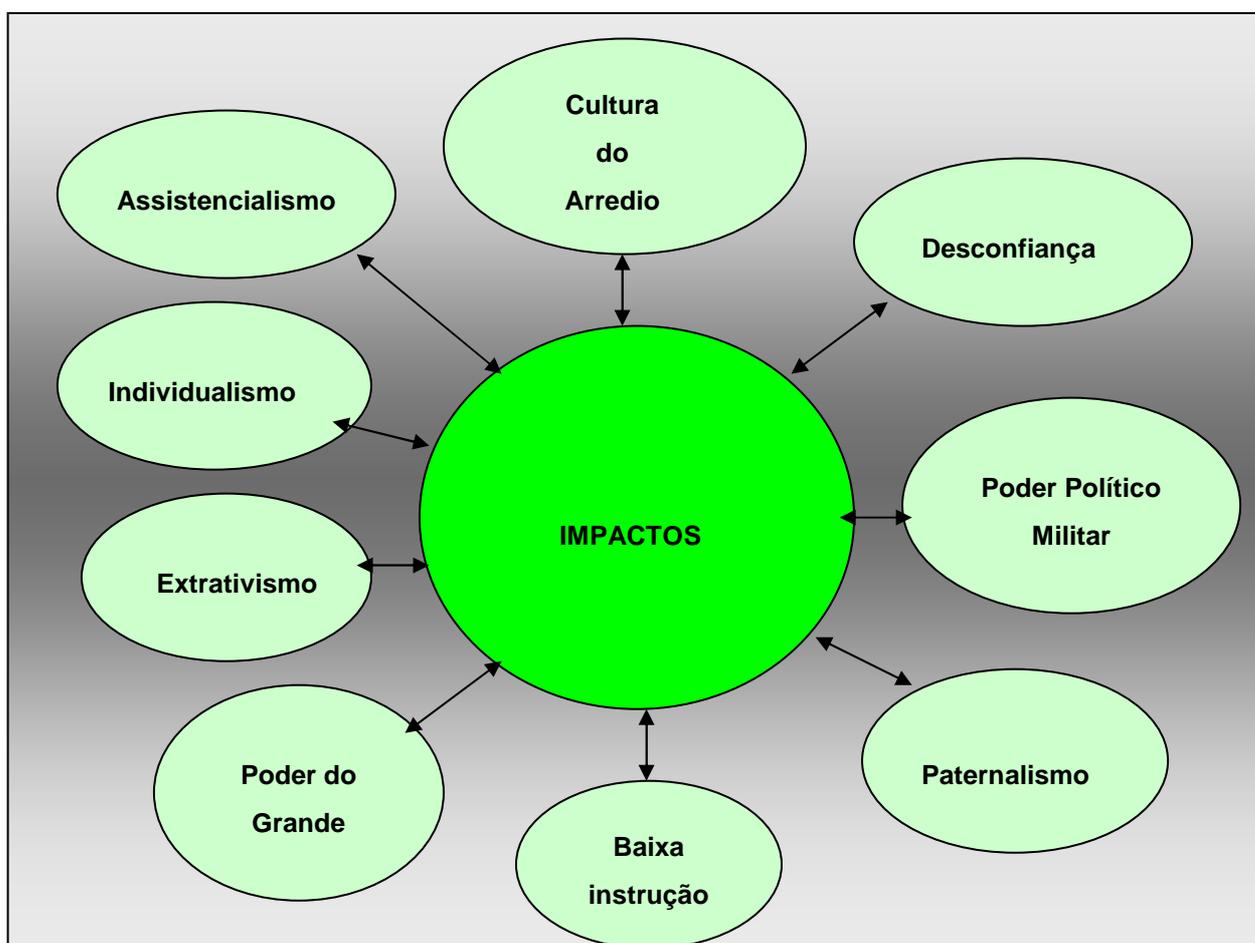


Figura 23 – Impactos na cultura, crenças e valores no processo de desenvolvimento de Guarapuava.
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Sebrae (2004).

Ainda na década de 1990 eram fortes as conseqüências desses impactos no processo de desenvolvimento de Guarapuava, pois, o poder político local vinha sendo exercido de forma não compartilhada por grupos políticos de famílias tradicionais.

As instituições públicas locais também eram, geralmente, administradas pelas mesmas pessoas ou pelo mesmo grupo de pessoas. Nos bairros existiam poucas Associações. A expectativa da população era a ajuda política para se conseguir emprego ou outro favorecimento qualquer.

Como conseqüência disso, a capacidade de integração entre as variadas instituições era muito baixa ou até inexistente.

4.2 Guarapuava no período de 1997 a 2004.

As lideranças empresariais do município, articuladas pela Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG, preocupadas com os fortes e velhos paradigmas da comunidade, aproveitaram uma oportunidade, percebendo um ambiente favorável em função da abertura de diálogo por parte da Prefeitura Municipal, iniciaram um processo de discussão aberta a toda a comunidade.

O propósito principal era provocar discussões sobre a realidade e o desenvolvimento local sustentável, proporcionando ações que viessem a gerar ou aumentar o potencial do Capital Social e Capital Humano existente na comunidade.

Esse propósito levou inicialmente a uma importante e estratégica ação que foi o Plano Básico de Desenvolvimento de Guarapuava, o qual diagnosticou 20 (vinte) áreas sociais e econômicas do município. Nesse diagnóstico, procurou-se identificar quais seriam os pontos fortes e os pontos fracos da cidade, na percepção da população.

O que chamou a atenção no diagnóstico foi que a cidade tinha muito mais pontos fortes do que pontos fracos, surpreendendo os mais céticos ou aqueles que se concentravam em criticar aquilo que a cidade não tinha, do que reconhecer aquilo que a cidade possuía ou que oferecia efetivamente.

O Plano Básico inicial desencadeou uma série de ações que podem ser visualizadas na Tabela 34.

Algumas ações do poder público municipal já foram destacadas na Tabela 3.

Tabela 34: Principais ações e acontecimentos no período de 1997 a 2004.

1997	Plano Básico de Desenvolvimento de Guarapuava – Proder – Programa de Emprego e Renda – Sebrae/PR.
1997	Apoio à privatização da Expoguá – Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava para a Sociedade Rural de Guarapuava.
1997	Criação do Banco de Dados de Guarapuava.
1997	Implantação do Fórum Permanente de Desenvolvimento.
1997	Programa Nosso Lixo.
1997	Resgate da apresentação das Cavalhadas.
1998	Construção dos Indicadores de Qualidade de Vida de Guarapuava – 25 indicadores.
1998	Criação do Centro de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Guarapuava – CEDETEG.
1998	Viabilização da Fundação Educacional de Guarapuava e implantação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária pela Prefeitura Municipal de Guarapuava.
1998	Realização do I Censo Econômico de Guarapuava.
2000	Criação da Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor CCRIE - “Banco do Povo”.
2000	Criação e Implantação do Programa Bairros em Ação – Renda Mais – 2000.
2000	Inaugurada as Faculdades Guarapuava.
2000	Inaugurada as Faculdades Campo Real.
2000	Projeto cd-rom de Guarapuava em Português, Espanhol e Inglês.
2001	Realização do II Censo Econômico de Guarapuava.
2001	Projeto Facção – Formação de Empreendedores e qualificação de mão-de-obra.
2001	Criação da Incubadora Tecnológica de Guarapuava – INTEG.
2002	Projeto BR 277 – Potencializar as oportunidades empreendedoras da travessia de Guarapuava.
2002	Implantação do ensino de empreendedorismo nas escolas municipais da Pré-escola à 8ª série – Pedagogia Empreendedora de autoria do Professor Fernando Dolabela.
2002	Projeto Implantação da Internet gratuita na Biblioteca Municipal e Casa da Cultura.
2003	Programa de Inclusão Digital – Telecentro de Informática – SEBRAE.
2003	Criação da Associação do Vestuário de Guarapuava – ASSOVEG.
2003	Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Madeira – SEBRAE/IBQP.
2003	Projeto Artesanato: levantamento da Iconografia de Guarapuava, sendo identificados os seguintes ícones: o Lobo Guará, o Cacique Guairacá, as Cavalhadas, o Tropeirismo e as Paisagens Naturais – SEBRAE.
2003	Criada a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Guarapuava – ADESG.
2003	Programa Empreendedor Rural – SENAR/SEBRAE.
2004	Programa de Competitividade do Vestuário – SEBRAE.
2004	Programa Jovem Empreendedor – SEBRAE.
2004	Constituição da Associação dos Micros e Pequenos Empreendedores de Guarapuava - AMPEG.
2004	Lançada a idéia do Projeto Guarapuava 2019 - 200 anos.
2004	Autorizado o funcionamento das Faculdades Guairacá.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Guarapuava – SIC (2004).

Todo esse processo de articulações e ações buscou a parceria e a participação de inúmeras entidades do poder público, privado e empresarial,

conforme se pode observar no Quadro 19.

1. Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG.
2. Associação dos Artesãos de Guarapuava.
3. Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava.
4. Associações de Bairros.
5. Centro de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Guarapuava – CEDETEG.
6. Conselho Municipal do Trabalho.
7. Cooperativa dos Micros e Pequenos Agricultores de Guarapuava – COMICRO.
8. Faculdades Guarapuava.
9. Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP/CIEP/SESI/SENAI/IEL.
10. Fundação Educacional de Guarapuava – FEG.
11. Prefeitura Municipal de Guarapuava.
12. Sebrae – PR – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa.
13. Sindicato Patronal da Madeira.
14. Sindicato Rural de Guarapuava.
15. Sistema S – SENAC/SESC/SENAI/SENAT/SENAR
16. Sociedade Rural de Guarapuava.
17. União Guarapuavana das Associações de Moradores – UGAM.
18. Universidade do Centro Oeste – UNICENTRO.
19. Outras Entidades Ativas
20. Cooperativa Agrária Mista Entre Rios.
21. Grupo Superpão.
22. Rede Força e Luz do Oeste.
23. Rede Trajano.
24. Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná.
25. Transportes Coletivos Pérola do Oeste.
26. Outras Empresas Ativas.

Quadro 19 - Principais entidades públicas, privadas e empresariais, parceiras nos mais variados projetos e programas da comunidade de Guarapuava no período de 1997 a 2004.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Guarapuava – SIC (2004).

Dentre tantas ações positivas para o desenvolvimento social, econômico e sustentável de Guarapuava, e dentro das estratégias utilizadas no processo de geração de idéias para o desenvolvimento de Guarapuava, no ano de 2000, identificou-se a possibilidade da implantação de um programa de geração de trabalho e renda que envolveu fortemente a própria comunidade. Este programa recebeu o nome Programa Bairros em Ação.

4.3 Programa Bairros em Ação.

4.3.1 Uma nova idéia transformada em oportunidade.

Ainda na última metade da década de 1990, e mesmo diante das profundas transformações ocorridas em todo o mundo em função das mudanças econômicas, políticas e sociais, provocadas principalmente pela globalização, tecnologia, informação, privatizações, entre outras, persistia no município de Guarapuava o velho paradigma que os problemas de geração de trabalho seriam resolvidos ou pelos governos ou pelas grandes empresas privadas ou estatais.

Estudos no Brasil e no mundo apontavam que as grandes empresas não eram mais as grandes geradoras de trabalho. Por outro lado, foram constatadas que as micros e pequenas empresas eram as que estavam, efetivamente, gerando postos de trabalho.

Desde 1997, quando se iniciou uma séria discussão sobre o município e ações foram colocadas em prática, ficou claro que o futuro do município, sonhado por muitos, dependia da capacidade de cada um e de todos em fazer com que os projetos acontecessem efetivamente a partir do local.

Com o Plano Básico de Desenvolvimento, o Banco de Dados, o Fórum Permanente de Desenvolvimento, os Indicadores de Qualidade de Vida e o Censo Econômico de Guarapuava realizados, viu-se que era possível realizar ações na comunidade baseadas na confiança e na parceria e que novos programas e projetos precisavam ser criados, aproveitando uma rica base de informações geradas pelas ações citadas na Tabela 34.

Ficou claro que no cenário local a população tinha de passar de meros figurantes para os autores de uma nova realidade política, econômica, social e sustentável.

Diante das realidades constatadas e reconhecidas, conclui-se que a geração de trabalho e de renda dependia basicamente da geração de empreendedores, pois para gerar trabalho e renda é necessária a existência de pessoas com capacidades empreendedoras dispostas a gerar o seu próprio trabalho

ou de terceiros.

Neste contexto, é criado o Programa Bairros em Ação, lançado oficialmente em 10 de abril de 2000 e encerradas as suas ações em 31 de dezembro de 2004, devido à troca de Prefeito Municipal em 01/01/2005.

4.3.2 Construção do programa e das parcerias.

A idéia do Programa Bairros em Ação foi colocada em prática através de uma forte e comprometida parceria entre a Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial – ACIG e o Sebrae-Pr. A participação dessas instituições foi de vital importância, em função dos apoios estruturais, financeiros, de pessoas e de equipamentos.

O Programa nasceu com a seguinte missão: “Promover o desenvolvimento sustentável das Comunidades de Guarapuava através de ações integradas e de forma continuada — descobrindo, valorizando e aprimorando o Ser Humano Empreendedor e Cidadão — contribuindo para a geração de trabalho e renda, e melhoria da qualidade de vida”.

Os principais objetivos do Programa Bairros em Ação estão apresentados no Quadro 20.

O Conceito do Programa Bairros em Ação foi a descentralização das ações, de desenvolvimento econômico, social e sustentado, pelas forças vivas (instituições públicas e privadas) da comunidade.

Esse novo conceito fez com que essas forças vivas fossem até os Bairros e Distritos e identificassem, juntamente com as lideranças e cidadãos desses locais, quais eram os seus pontos fortes e pontos fracos, para daí sim propor políticas públicas e privadas de geração de trabalho e renda, que viessem de encontro à realidade e aos anseios dessas comunidades.

Um conjunto de ações ocorreu simultaneamente em 13 regiões da cidade e do município de Guarapuava. Essas ações visavam principalmente a identificação, a motivação e o desenvolvimento de empreendedores que pretendessem viabilizar o seu próprio negócio, ou ainda daqueles que, já tendo um empreendimento em funcionamento, de alguma maneira, pretendiam agregar

melhorias.

1. Promover a geração de postos de trabalho e renda, e melhoria da qualidade de vida da população.
2. Identificar e aproveitar as potencialidades existentes nos Bairros e Distritos de Guarapuava – vazios econômicos — possibilitando a criação de novos negócios.
3. Desenvolver de forma gradativa e assistida os Bairros e Distritos.
4. Estimular a participação da comunidade e parceiros, viabilizando o Programa e sua auto-sustentabilidade.
5. Articular juntamente com a Comunidade, Governo e entidades, alternativas de geração de renda, envolvendo novos mercados para os produtos e serviços dos participantes do programa.
6. Desenvolver lideranças empreendedoras e integrativas para que sejam alavancadoras no processo de melhoria de qualidade de vida nos Bairros e Distritos.
7. Desenvolver o comportamento empreendedor.
8. Valorizar o potencial e a capacidade de superação do empreendedor.
9. Capacitar empresários e futuros empresários.
10. Analisar viabilidade de novos negócios individuais e coletivos e de melhorias em negócios existentes.
11. Promover a Qualificação Profissional, facilitando o auto-emprego.
12. Possibilitar que o programa se conceitue como um Centro de Oportunidades de Negócio.
13. Gerar indicadores sócio-econômicos e monitorar continuamente a evolução do programa.

Quadro 20 - Principais objetivos do Programa Bairros em Ação.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Sebrae (2004).

No processo de identificação de oportunidades, foi fundamental o Censo Econômico, pois além de mostrar os empreendimentos existentes em cada bairro, quadra-a-quadra, rua-a-rua, mostrou também aos potenciais empreendedores os vazios econômicos existentes no bairro e na região.

O público alvo participante foi formado pela população dos Bairros e dos Distritos do município de Guarapuava, sendo que sua constituição está representada na Figura 24.



Figura 24 - Público alvo do Programa Bairros em Ação.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Sebrae (2004).

As ações foram desenvolvidas com metodologia instrucional e/ou andragógica, conforme dados do Quadro 21.

1. Palestras de motivação para a proposta de ação do programa.
2. Seminários vivenciais para despertar o comportamento empreendedor e identificar as oportunidades de negócio.
3. Treinamentos com conteúdo para gestão empresarial.
4. Desenvolvimento do comportamento empreendedor.
5. Desenvolvimento de lideranças.
6. Treinamentos para qualificação profissional.
7. Consultoria empresarial.
8. Elaboração de planos de negócios.
9. Reuniões para discussão e elaboração de projetos coletivos.
10. Feiras.
11. Missões técnicas.
12. Teatro.

Quadro 21 - Conjunto de ações desenvolvidas com metodologia instrucional e/ou andragógica.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Sebrae (2004).

O Programa trazia uma proposta de ação, como programa de geração de emprego e renda, com foco na geração de oportunidades de trabalho, através das micros e pequenas empresas — formais e informais, em parceria com as forças vivas (instituições públicas e privadas) de Guarapuava. As metas oficiais

do Programa estão apresentadas na Tabela 35.

Tabela 35: Metas do Programa Bairros em Ação.

Ação	Números/Quantidades
Número de regiões a serem atendidas	13
Palestras a serem realizadas	10
Seminários a serem realizados	11
Treinamentos a serem executados	20
Capacitação de empresários e empreendedores	300
Capacitação de futuros empreendedores	350
Qualificação de pessoas	350
Geração de oportunidades de trabalho	1.550

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Sebrae (2004).

Estrategicamente foram definidas as três principais áreas temáticas do programa as quais vieram a nortear os esforços e formaram um tripé de sustentabilidade dos resultados.

Esse tripé de sustentabilidade pode ser visualizado no Quadro 22.

1. Valorização e desenvolvimento da cultura empreendedora	O Programa Bairros em Ação quer despertar, valorizar e aprimorar o comportamento empreendedor, possibilitando o desenvolvimento da cultura empreendedora para o sucesso em negócios ou em ações das pessoas da comunidade, sejam elas ligadas ou não aos negócios.
2. Eficácia em gestão empresarial	Pesquisa realizada pelo Sistema Sebrae demonstra que 80% das pequenas empresas criadas deixam de existir nos dois primeiros anos de suas atividades; dentre várias justificativas apresentadas, percebe-se o despreparo gerencial na criação e administração do próprio negócio. Com essa temática, o Programa quer, além de despertar a cultura empreendedora, possibilitar o acesso e disponibilizar ferramentas, como treinamentos, planos de negócios, consultoria para aprimorar o desempenho na gestão empresarial nas suas diversas áreas.
3. Desenvolvimento de liderança comunitária empreendedora	Uma comunidade não se desenvolve sozinha, por si só, sem que haja lideranças comprometidas e puxadoras de um processo de melhoria constante das condições de convivência entre as pessoas e seu meio ambiente. Com essa temática, o Programa quer resgatar e desenvolver o conceito da liderança integradora, com comportamento e visão empreendedora para a evolução sistêmica da comunidade..

Quadro 22 - As principais temáticas do Programa Bairros em Ação.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sebrae (2004).

4.3.3 Ações e novas idéias surgidas com o Programa Bairros em Ação.

O Programa Bairros em Ação, desde o seu lançamento oficial em 10 de abril de 2000 até o seu encerramento em 31 de dezembro de 2004, teve os seus altos e baixos.

Graças à flexibilidade das instituições envolvidas foi possível fazer os ajustes necessários para o êxito do Programa.

Na realidade, o Programa mexeu com interesses de grupos, principalmente políticos, que têm muito mais zelo pelo assistencialismo e pelo paternalismo do que pela autonomia e pelo trabalho de incentivo as pessoas para que elas resolvam seus próprios problemas.

A indústria da dependência e da ignorância sempre foi e continua sendo um importante “ativo” para a manutenção do modelo de poder, que se perpetua em Guarapuava, no Paraná, no Brasil e em muitas regiões do mundo.

4.3.3.1 Conquista e importância do “Prêmio Governador Mário Covas”.

Com pouco mais de um ano de atividades do Programa Bairros em Ação, no final de 2001, o município de Guarapuava foi contemplado com o “Prêmio Governador Mário Covas”, instituído pelo Sebrae Nacional, e concedido ao Prefeito Empreendedor, em reconhecimento à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de pessoas, Capital Humano, e da integração e construção de parcerias, Capital Social, que viabilizaram idéias inovadoras.

Das centenas de municípios que se inscreveram para concorrerem ao Prêmio, Guarapuava representava a região sul do país. Outros quatro municípios das demais regiões foram contemplados com esse reconhecimento.

Esta conquista e reconhecimento foi importante para a auto-estima das forças vivas e da própria comunidade, pois mostrou que idéias simples, porém inovadoras, podem fazer a diferença para o desenvolvimento econômico, social e sustentável. Mais do que isso, mostrou, ainda, que a própria comunidade tinha

capacidade de encontrar as soluções para os seus problemas e que não dependia efetivamente de soluções mirabolantes vindas de fora, através dos chamados “salvadores da pátria”.

Esta conquista colocou o nome do município na mídia nacional. Várias delegações de outros municípios do Brasil e até de outros países, vieram conhecer a experiência do Programa Bairros em Ação.

4.3.3.2 Principais ações e novas idéias surgidas com o Programa Bairros em Ação.

Ao longo da execução do Programa Bairros em Ação, uma espiral de novas ações e projetos foram viabilizados, conforme demonstram dados da Tabela 36.

Tabela 36: Principais ações e projetos criados e viabilizados com o Programa Bairros em Ação.

2000	Criação da Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor CCRIE - “Banco do Povo”.
2000	Projeto cd-rom de Guarapuava.
2001	Realização do II Censo Econômico de Guarapuava.
2001	Projeto Facção – Formação de empreendedores e qualificação de mão-de-obra.
2001	Criação da Incubadora Tecnológica de Guarapuava – INTEG.
2002	Projeto BR 277 – Potencializar as oportunidades empreendedoras da travessia de Guarapuava.
2002	Implantação do ensino de empreendedorismo nas escolas municipais da Pré-escola à 8ª série – Pedagogia Empreendedora de Fernando Dolabela.
2002	Projeto Implantação da Internet gratuita na Biblioteca Municipal e Casa da Cultura.
2003	Programa de Inclusão Digital – Telecentro de Informática – SEBRAE.
2003	Criação da Associação do Vestuário de Guarapuava – ASSOVEG.
2003	Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Madeira – SEBRAE/IBQP.
2003	Projeto Artesanato: levantamento da Iconografia de Guarapuava, sendo identificados os seguintes ícones: o Lobo Guará, o Cacique Guairacá, as Cavalhadas, o Tropeirismo e as Paisagens Naturais – SEBRAE.
2003	Programa Empreendedor Rural – SENAR/SEBRAE.
2004	Programa de Competitividade do Vestuário – SEBRAE.
2004	Programa Jovem Empreendedor – SEBRAE.
2004	Constituição da Associação dos Micros e Pequenos Empreendedores de Guarapuava - AMPEG.
2000/2004	Criação de 31 Associações de Bairros.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Prefeitura Municipal de Guarapuava – SIC (2004).

Além das ações e projetos citados acima, constatam-se, 16 programas e projetos surgidos com a inspiração do Programa Bairros em Ação. Outro resultado expressivo foi o surgimento de mais de 31 Associações de Bairros no município.

4.3.4 Resultados do Programa Bairros em Ação.

O Programa Bairros em Ação, durante sua atuação, produziu alguns resultados positivos. Entre eles, pode-se citar o 2º Censo Econômico de Guarapuava, realizado em 2001. O principal objetivo desse censo foi identificar a evolução da abertura e da existência de empreendimentos no município. Os dados desse censo foram comparados com dados do 1º Censo Econômico, realizado em 1998. O acompanhamento da evolução de empreendimentos foi mais sistemática, acontecendo a cada ano até 31 de dezembro de 2004.

Outro resultado do Programa Bairros em Ação foi a execução uma pesquisa realizada pela empresa CEPPE – Centro de Estudos, Pesquisas e Planejamento Empresarial, em julho de 2004. O objetivo da pesquisa foi avaliar sob o aspecto da geração de trabalho e renda, o Programa Bairros em Ação no município de Guarapuava.

O Público-alvo da pesquisa foram participantes que estavam desempregados na época do Programa; participantes que estavam empregados com ou sem registro em carteira de trabalho na época do Programa; profissionais liberais, autônomos e empresários.

Os resultados da pesquisa junto a esse público-alvo na época do programa estão organizados e apresentados na Tabela 37.

Tabela 37: Resultados e conclusões da pesquisa.

Aspectos	Indicadores
Afirmaram que o Programa Bairros em Ação contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do município, pois abriu novas oportunidades para os participantes, possibilitou mais conhecimento e aprendizado e qualificou os participantes para o competitivo mercado de trabalho.	86,7%
Número de postos de trabalho gerados pelo Programa Bairros nos seus 4,5 anos de existência.	3.220
O Programa Bairros em Ação foi responsável direto pela geração de renda anual no município, seja pela criação de novos postos de trabalho ou pelo aumento de renda das pessoas que estão trabalhando.	R\$ 6.100.000,00
O impacto na economia do programa em seu curto tempo de existência – 4,5 anos.	R\$ 20.400.000,00
Investimentos realizados pelos principais parceiros no Programa.	R\$ 1.200.000,00
Retorno do investimento realizado para a comunidade. Para cada R\$ 1,00 investido voltou para a comunidade.	R\$ 17,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Guarapuava/Ceppe (2004, p. 3).

A partir da pesquisa da CEPPE, constatou-se que 60% das pessoas que participaram do Programa Bairros em Ação eram do sexo feminino. A idade média dos participantes era de 39 anos. De todos os participantes entrevistados, 46,1% possuíam o ensino médio e 23,3% possuíam o ensino superior.

Verificou-se ainda que 67,6% dos entrevistados participaram dos mais variados cursos e treinamentos oferecidos pelo Programa e 32,4% participaram de palestras e eventos.

Outro resultado que chama a atenção é o retorno econômico do programa, pois, para cada R\$ 1,00 investido no programa voltaram R\$ 17,00 para a comunidade. Esses resultados superam as expectativas e as metas previstas no lançamento do Programa (Ver Tabela 35).

Em setembro de 2004, a Fundação Brasil fez uma série de atualizações dos números de Guarapuava. O número total de empresas por setor da economia e sua evolução estão sistematizadas na Tabela 38 e na Figura 25.

Tabela 38: Número total de empresas e evolução por setor da economia.

Períodos	Empresas	Indústria	Comércio	Serviços
1998	2.769	189	1.423	1.157
2004	6.185	599	2.578	3.008
Evolução no período 1998/2004	123,4%	216,9%	81,2%	160,0%
% relativo ao total de empresas	100,0%	9,7%	41,7%	48,6%

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 62).

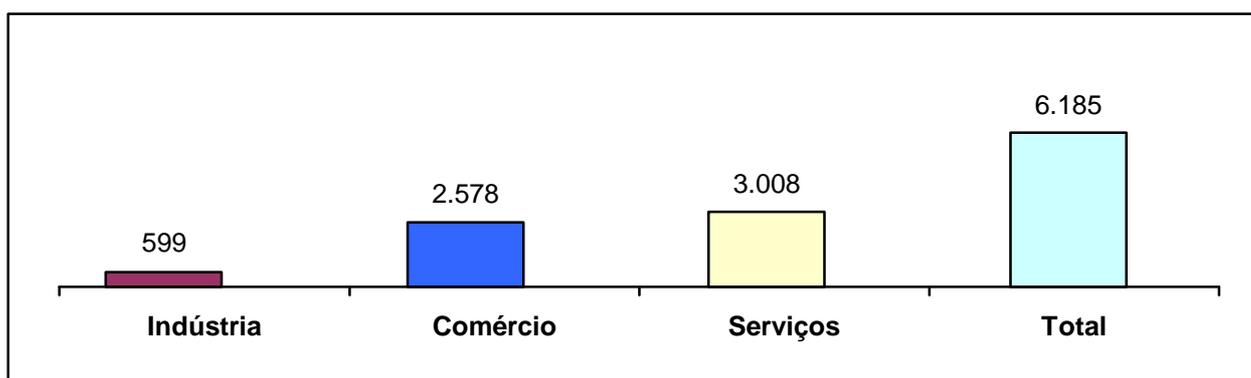


Figura 25 - Total de empresas por setor da economia em 2004.

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 62).

No período de 1998 a 2004, o número de empresas mais do que dobraram, passando de 2.769 para 6.185, representando um aumento de 123,4%.

A pesquisa do CEPPE também analisou o porte das empresas, baseado no número de empregados. Esta análise pode ser vista nos dados da Tabela 39 e da Figura 26.

Tabela 39: Número total de empresas conforme o seu porte.

Períodos	Empresas	Micro	Pequena	Média	Grande
1998	2.829	2.437	165	169	58
2004	6.185	5.719	390	67	9
Evolução no período 1998/2004	118,6%	134,7%	136,4%	-60,4%	-84,5%
% relativo	100,0%	92,5%	6,3%	1,1%	0,1%

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 63).

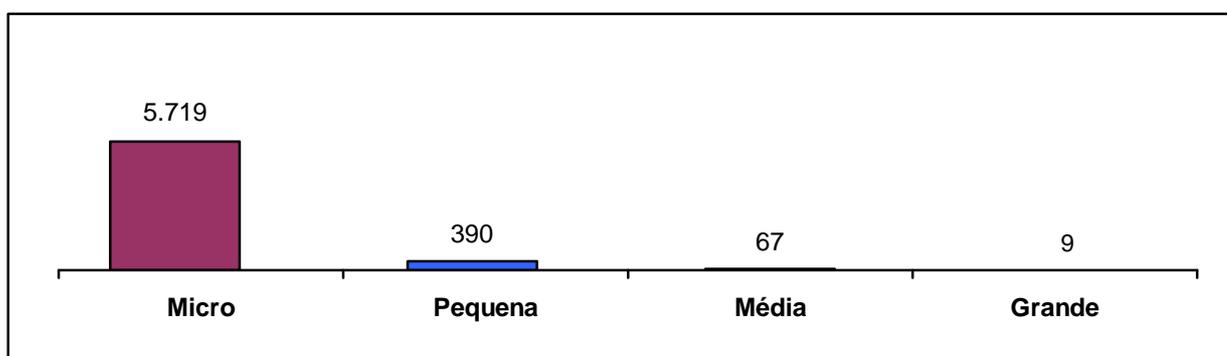


Figura 26 – Número total de empresas segundo o seu porte em 2004.

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 63).

Verifica-se que 98,8% das empresas constituídas e em atividade no município são micro e pequenas. Constata-se, ainda, que essas foram as empresas que mais cresceram em quantidade no período de 1998 a 2004.

Outro dado levantado pela pesquisa do CEPPE foi a informação sobre a formalidade e informalidade das empresas de Guarapuava no período de 1998 a 2004. O resultado desses dados encontra-se na Tabela 40 e na Figura 27.

Tabela 40: Total de empresas segundo a sua formalidade.

Períodos	Empresas	Informal	Formal
1998	2.822	495	2.327
2004	6.185	2.347	3.838
Evolução no período 1998/2004	119,2%	374,1%	64,9%
% relativo	100,0%	37,9%	62,1%

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 64).

No período de 1998 a 2004 houve um aumento de 374,1% no número de empresas informais no município. Em 2004, de cada 10 empresas no município, 4 eram informais e 6 eram formais.

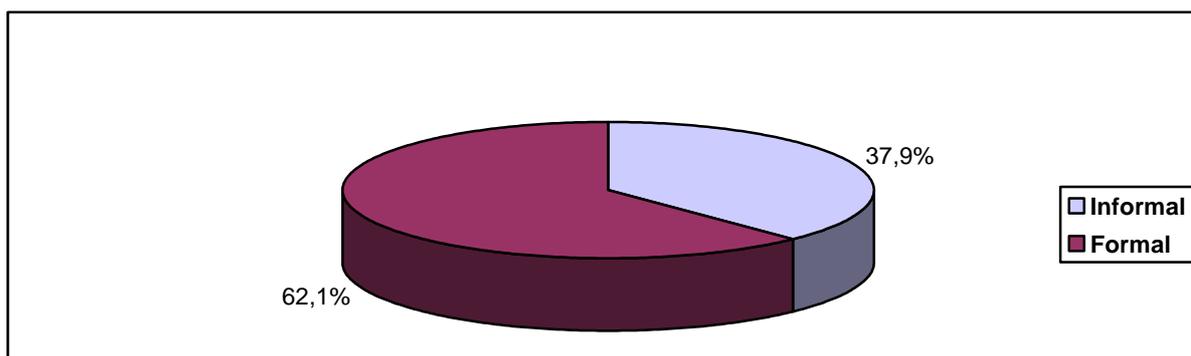


Figura 27 – Percentual de empresas segundo sua formalidade em 2004.
Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 64).

A pesquisa do CEPPE também analisou número total de funcionários por setor da economia. Os dados estão disponíveis na Tabela 41 e na Figura 28.

Tabela 41: Número de funcionários por setor da economia.

Períodos	Funcionários	Indústria	Comércio	Serviços
1998	22.846	5.643	6.366	10.837
2004	34.878	9.095	9.317	16.466
Evolução no período 1998/2004	52,7%	61,2%	46,4%	51,9%
% relativo	100,0%	26,1%	26,7%	47,2%

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 65).

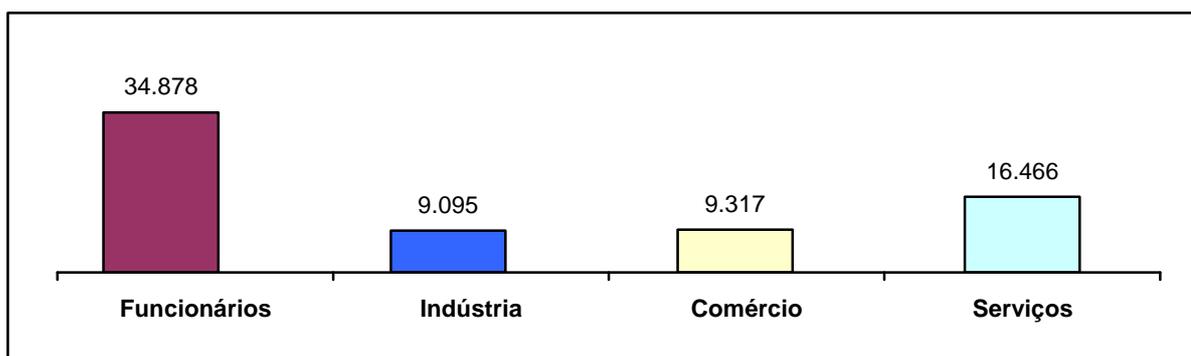


Figura 28 - Total de funcionários por setor da economia em 2004.
Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 65).

Nesse período de 8 anos, foram criados 12 mil novos postos de trabalho, representando um aumento de 52,7%. A indústria foi a que mais contribuiu percentualmente para essa evolução com um aumento de 61,2%.

Outro resultado da pesquisa do CEPPE foi o levantamento do número total de funcionários, segundo o porte da empresa. Os dados estão tabulados na Tabela 42 e na Figura 29.

Tabela 42: Número Total de funcionários segundo o porte da empresa.

Períodos	Funcionários	Micro	Pequena	Média	Grande
1998	22.846	6.234	2.916	4.215	9.481
2004	34.878	12.853	9.768	7.387	4.870
Evolução no período 1998/2004	52,7%	106,2%	235,0%	75,3%	-48,6%
% relativo	100,0%	36,9%	28,0%	21,1%	14,0%

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 66).

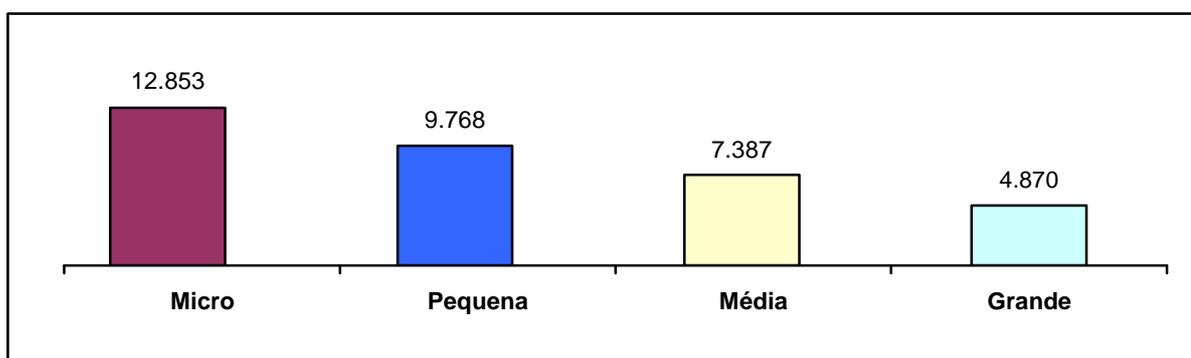


Figura 29 – Número total de funcionários segundo o porte das empresas em 2004.

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 66).

As micros e pequenas empresas são as responsáveis pela maior geração de empregos no município, representando 64,8% do total.

No período de 1998 a 2004, o número de empregos nas micros e pequenas empresas evoluiu 106,2% e 235,0%, respectivamente. Nesse mesmo período, nas grandes empresas houve uma queda de 48,6% na geração de empregos.

Outro dado coletado pela pesquisa do CEPPE é o número total de funcionários, segundo a formalidade da empresa. Esses números estão apresentados na Tabela 43 e na Figura 30.

Tabela 43: Número total de funcionários segundo a formalidade da empresa.

Períodos	Funcionários	Informal	Formal
1998	22.846	857	21.989
2004	34.878	3.584	31.294
Evolução no período 1998/2004	52,7%	318,2%	42,3%
% relativo	100,0%	10,3%	89,7%

Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 67).

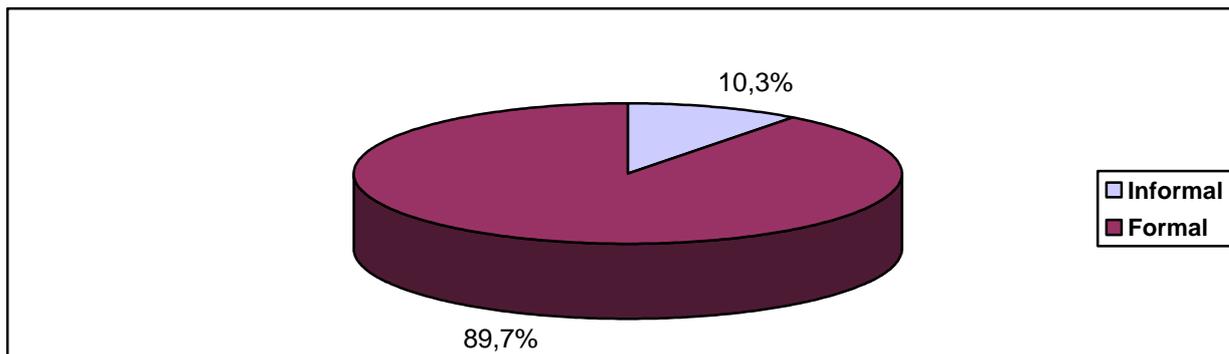


Figura 30 – Distribuição percentual dos funcionários segundo a formalidade da empresa em 2004.
Fonte: Fundação Brasil (2004, p. 67).

No período de 1998 a 2004 houve um aumento de 318,2% de empregos informais e 42,3% nos empregos formais. Em 2004, cerca de 10% dos empregos estavam nas empresas informais.

Em 31 de dezembro de 2004, as ações e resultados do Programa Bairros em Ação eram bastante significativas. Há na Tabela 44 uma síntese do que foi feito no município.

Tabela 44: Ações e resultados do Programa Bairros em Ação de 10 de abril de 2000 a 31 de dezembro de 2004.

Descrição das ações	Quantidade
Pessoas cadastradas no Programa.	5.564
Empresas que receberam acompanhamento.	645
Empreendedores empresários participando.	986
Projetos individuais de empreendimentos.	855
Projetos coletivos de empreendimentos.	87
Postos de trabalho diretos.	3.220
Consultoria técnica.	9.982 horas
Pessoas treinadas ou qualificadas.	7.074
Atendimentos no período.	22.112
Média de atendimento diário.	21
Feiras.	43
Teatro.	13
Treinamentos e eventos realizados.	234
Missões técnicas.	15

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Guarapuava – SIC (2004).

Conforme dados do Banco Central do Brasil, IBGE e Governo do Estado do Paraná, no período de 1997 a 2004, a evolução do Produto Interno Bruto – PIB e do PIB per capita do município de Guarapuava foi maior que a evolução do Estado do Paraná e do Brasil. Essas informações podem ser analisadas na Tabela 45 e na Figura 31.

Tabela 45: Produto Interno Bruto – PIB em milhões de reais.

Ano	Guarapuava	Paraná	Brasil
1997	724	53.849	1.032.886
1998	772	56.798	1.035.987
1999	800	61.724	973.846
2000	840	65.969	1.101.255
2001	997	72.770	1.198.736
2002	1.067	81.449	1.346.028
2003	1.427	99.000	1.556.182
2004	1.564	108.699	1.766.621
Evolução no período 1997/2004	116,0%	101,9%	71,0%
PIB per capita em R\$ (1997)	4.728	5.768	5.387
PIB per capita em R\$ (2004)	9.493	10.725	9.729
Evolução no período 1997/2004	100,7%	85,9%	80,6%

Fonte: Ceppe (2007, 57).

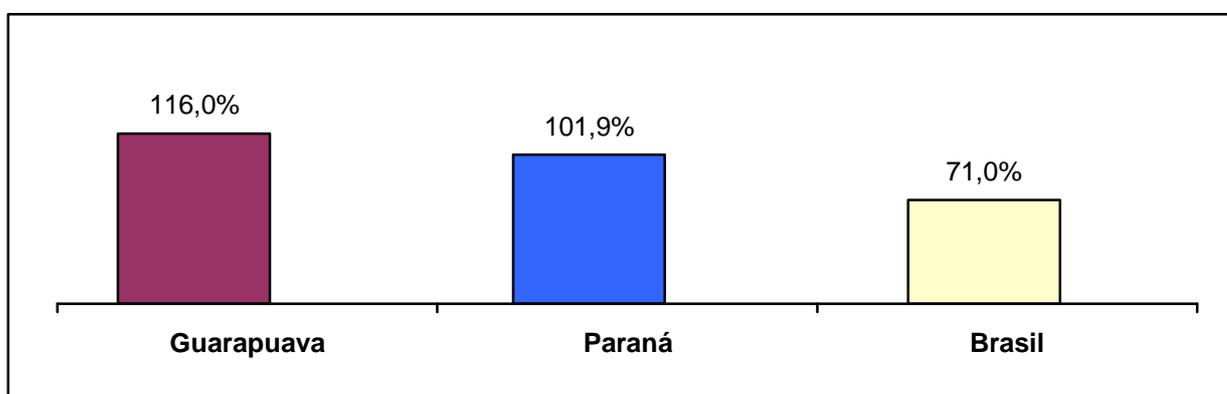


Figura 31 - Evolução do PIB no período de 1997 a 2004.

Fonte: Ceppe (2004, p. 57).

Um outro estudo realizado no Estado do Paraná em 2001 pelo *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* mostra que o município de Guarapuava teve destaque nos principais resultados desse estudo comparativamente a outras importantes regiões do Estado do Paraná.

Essa pesquisa foi uma iniciativa pioneira do GEM - Brasil, pois até então o estudo concentrava-se somente nos dados do Brasil como um todo.

O projeto GEM (2001, p. 5) parte do pressuposto de que empreendedorismo é:

qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo a atividade autônoma, uma nova empresa, ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas.

O projeto procura entender a correlação entre empreendedorismo e crescimento econômico. Para isso, a equipe da GEM formulou um modelo contendo

elementos chave dessa correlação e formas como os mesmos interagem. Os elementos chave estão apresentados no Quadro 23.

• Contexto cultural, social e político.
• Condições estruturais gerais nacionais e de empreendedorismo.
• Oportunidade e capacidade empresarial.
• Dinâmica dos negócios.
• Crescimento econômico nacional.

Quadro 23 – Elementos chave de correlação entre empreendedorismo e crescimento econômico.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de GEM (2001, p. 5).

O estudo para avaliar as condições estruturais para o empreendedorismo, explorou nove questões principais, conforme dados no Quadro 24.

• Apoio financeiro.
• Política governamental.
• Programas governamentais.
• Educação e treinamento.
• Transferência de tecnologia.
• Infra-estrutura profissional e comercial.
• Acesso a infra-estrutura física.
• Normas culturais e sociais.

Quadro 24 - Questões principais avaliadas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de GEM (2001, p. 6).

O estudo do GEM (2001, p. 7) procura: “avaliar a existência de oportunidades de empreendimentos no país e a percepção destas por parte da população”.

Com relação à capacidade empreendedora, o projeto GEM (2001, p. 8) avalia: “a motivação das pessoas para iniciar uma empresa e o respectivo domínio de competências necessárias para iniciativas empreendedoras”.

O projeto GEM – Paraná 2001, para estabelecer os níveis de empreendedorismo, utilizou os indicadores apresentados no Quadro 25.

Taxa de empresas nascentes (<i>start-up</i>)	<p>Proporção de pessoas com determinado perfil (idade, sexo, escolaridade):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que estava sozinho ou com outros, tentando iniciar um novo negócio nos últimos 12 meses; • Que nos últimos 12 meses fez alguma coisa concreta para ativar esse negócio, como procurar equipamento ou local, organizar uma equipe, elaborar um plano; • Que teve a intenção ou se tornou proprietária de parte ou do total desse negócio; • Cujo negócio terá pago <i>não</i> mais de três meses de salários ou qualquer tipo de remuneração a empregados e/ou proprietários.
Taxa de novas empresas	<p>Proporção de pessoas com determinado perfil (idade, sexo, escolaridade):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que é proprietária do total ou parte desse negócio; • Cujo negócio vem pagando salários ou qualquer tipo de remuneração, a empregados e/ou proprietários, por <i>não</i> mais de 42 meses; • Que vem administrando um novo negócio nos últimos doze meses.
Taxa da atividade empreendedora total (TAE)	<p>Soma das duas taxas anteriores, sendo que aqueles que atendem a ambos são contados apenas uma vez.</p> <p>A taxa TAE é considerada, pela equipe GEM, como o principal indicador de empreendedorismo dos países, por combinar informações nascentes e de novas empresas.</p>
Taxa de prevalência	<p>Indicador construído para aproximar uma avaliação da sobrevivência das empresas mediante a comparação entre o número de <i>novas empresas</i> com o número de empresas nascentes no mesmo período. O resultado do cálculo da razão entre esses dois números, apresentado na forma de proporção, permite avaliar comparativamente se o Estado se caracteriza mais pelo impulso do <i>start-up</i> ou se é mais forte a presença de empresas com mais tempo de vida (<i>novas empresas</i>), indicando maiores condições de consolidação e manutenção dos empreendimentos iniciados.</p>

Quadro 25 - Indicadores utilizados no estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da GEM (2001, p. 8).

Os resultados do estudo quanto à taxa de empresas nascentes, iniciativas de criação de negócios, estão exibidas na Tabela 46.

Tabela 46: Taxas de empresas nascentes – Paraná e regiões do Paraná, 2001.

Regiões do Paraná	Taxas
Curitiba	12,3%
Cascavel	12,0%
Guarapuava	9,0%
Londrina	9,0%
Maringá	6,7%
Ponta Grossa	5,7%
Paraná	9,1%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da GEM (2001, p. 15 -16).

Quanto às taxas de novas empresas, população adulta (18 a 64 anos) que consegue consolidar seus negócios, os resultados estão apresentados na Tabela 47.

Tabela 47: Taxas de novas empresas – Paraná e regiões do Paraná, 2001.

Regiões do Paraná	Taxas
Guarapuava	5,7%
Maringá	5,0%
Curitiba	4,3%
Londrina	4,0%
Cascavel	3,3%
Ponta Grossa	2,3%
Paraná	4,1%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da GEM (2001, p. 15 -16).

Os resultados quanto às taxas de atividade empreendedora total (TAE), que combinam as taxas de empresas nascentes e com as novas empresas estão expostos na Tabela 48.

Tabela 48: Taxas de atividade empreendedora total – Paraná e regiões do Paraná, 2001.

Regiões do Paraná	Taxas
Curitiba	16,3%
Cascavel	15,3%
Guarapuava	13,7%
Londrina	12,0%
Maringá	11,3%
Ponta Grossa	8,0%
Paraná	12,8%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da GEM (2001, p. 15 -16).

Com relação à sobrevivência dos empreendimentos, os resultados da pesquisa da GEM sobre as taxas de prevalência de empresas no Estado do Paraná e nas regiões do estado estão apresentadas na Tabela 49.

Tabela 49: Taxas de prevalência de empresas – Paraná e regiões do Paraná, 2001.

Paraná e Regiões do Paraná	Taxas
Maringá	75%
Guarapuava	63%
Londrina	44%
Ponta Grossa	41%
Curitiba	35%
Cascavel	28%
Paraná	45%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da GEM (2001, p. 17).

As regiões que apresentaram um maior nível de empreendedorismo foram Curitiba e Cascavel conforme dados apresentados na Tabela 48, são elas as que apresentaram também as menores taxas de prevalência de empresas.

Por outro lado, Maringá e Guarapuava apresentaram as maiores taxas de prevalência de empresas, pois para cada 100 tentativas de criação de novos negócios, foram consolidados 75 e 63 empreendimentos, respectivamente.

Em todos os indicadores acima, dentro do contexto social e econômico do Estado do Paraná, pode-se inferir que Guarapuava destacou-se positivamente nesse estudo elaborado pela GEM – Paraná, em 2001, refletindo, provavelmente, o ambiente favorável ao empreendedorismo em construção na comunidade.

4.3.4.1 Conclusões sobre o Programa Bairros em Ação

Os dados apresentados na Tabela 16, 35, 37 e 44 bem como os resultados da pesquisa e da atualização dos números de Guarapuava demonstram que o principal foco do Programa Bairros em Ação foi a potencialização e a geração de Capital Humano.

Outro resultado, não menos importante do Programa Bairros em Ação, foi a geração de Capital Social, pois, inúmeras ações foram viabilizadas graças à construção de várias parcerias entre as instituições (Ver Quadro 19), como exemplo, foram criadas mais de 31 Associações de Bairros no município.

Entidades até então consideradas apáticas na sua área de atuação, também começaram a participar mais ativamente da vida da comunidade.

O desenvolvimento, a implantação e o seguimento do Programa Bairros em Ação exigiu muita determinação, persistência, comprometimento e ousadia de todas as partes envolvidas, pois não foram poucas as barreiras e as dificuldades enfrentadas até 31 de dezembro de 2004.

Negociações, articulações, paciência, reuniões, sensibilizações e ações integradas foram determinantes para o sucesso e o reconhecimento do Programa.

O Programa Bairros em Ação, por questões políticas, deixou de existir oficialmente a partir de 01 de janeiro de 2005, em função da troca de Prefeito Municipal, pois, a Prefeitura Municipal era o principal sustentáculo do Programa com o seu apoio estrutural, logístico e de pessoal.

Por outro lado, as demais principais entidades parceiras como a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava–ACIG e o Sebrae–PR, não articularam-se com outras entidades e instituições públicas ou privadas. Em outras

palavras essas entidades não deram continuidade ao Programa sem o apoio e a participação da Prefeitura Municipal.

De todas as ações, programas e projetos viabilizados de 1997 a 2004, somente sobreviveram, aqueles que não dependiam diretamente da Prefeitura Municipal de Guarapuava (Ver na Tabela 50).

Tabela 50: Principais ações, programas e projetos que continuaram após 31 de dezembro de 2004.

Ano	Ações	Entidade responsável
1997	Privatização da Expoguá – Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava.	Sociedade Rural de Guarapuava.
1997	Banco de Dados de Guarapuava.	Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG.
1998	Centro de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Guarapuava – CEDETEG.	Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.
1998	Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.	Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.
2000	Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor CCRIE - “Banco do Povo”.	Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG – Sicoob.
2001	Incubadora Tecnológica de Guarapuava – INTEG.	Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.
2002	Projeto BR 277 – Potencializar as oportunidades empreendedoras da travessia de Guarapuava.	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Guarapuava – ADESG.
2003	Programa de Inclusão Digital – Telecentro de Informática.	Associação Comercial e Industrial de Guarapuava – ACIG.
2003	Associação do Vestuário de Guarapuava – ASSOVEG.	Associação do Vestuário de Guarapuava – ASSOVEG.
2003	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Guarapuava – ADESG.	Associação Comercial e Industrial – ACIG.
2003	Programa Empreendedor Rural.	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.
2004	Associação dos Micros e Pequenos Empreendedores de Guarapuava - AMPEG.	Associação dos Micros e Pequenos Empreendedores de Guarapuava - AMPEG.
2004	Projeto Guarapuava 2019 - 200 anos.	Agência de Desenvolvimento – ADESG.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os programas e projetos visualizados na Tabela 50 evidenciam que, em função do importante Capital Social gerado no período entre 1997 e 2004, importantes instituições e entidades deram sustentabilidade a essas ações.

Quanto aos programas e projetos que dependiam, de alguma maneira, da Prefeitura Municipal, deixaram de existir (Ver Tabela 51).

Tabela 51: Principais ações, programas e projetos que não continuaram após 31 de dezembro de 2004.

1997	Programa Nosso Lixo.
1997	Apresentação das Cavalhadas.
2000	Programa Bairros em Ação.
2001	Manutenção do Censo Econômico de Guarapuava.
2001	Projeto Facção – formação de empreendedores e qualificação de mão-de-obra.
2002	Ensino de empreendedorismo – Pedagogia Empreendedora nas escolas municipais da Pré-escola à 8ª série.
2002	Internet gratuita na Biblioteca Municipal e Casa da Cultura.
2003	Articulação da Cadeia Produtiva da Madeira.
2003	Projeto Artesanato.
2004	Programa de Competitividade do Vestuário.

Fonte: Elaborada pelo autor.

De todas as ações, projetos e programas interrompidos, além do próprio Programa Bairros em Ação, o que chama a atenção foi a interrupção do Projeto de Ensino de Empreendedorismo – Pedagogia Empreendedora, nas escolas públicas municipais da pré-escola à 8ª série.

Esse projeto visava a possibilidade de mudar o futuro dos alunos e da comunidade, baseado no empreendedorismo social, econômico e sustentável. A sua viabilização e implantação contaram com o apoio de vários parceiros da comunidade, em seus três anos de funcionamentos e atingiram 65 escolas, mais de 1.200 professores e cerca de 21.000 alunos (CEPPE, 2004, p. 25).

Pelo pioneirismo de Guarapuava em implantar esse projeto em todas as escolas públicas municipais, o Sebrae Paraná, acreditando na proposta e na metodologia da Pedagogia Empreendedora, viabilizou a implantação desse projeto em 116 (cento e dezesseis) municípios do estado do Paraná.

Considerando os objetivos e propostas do Projeto da Pedagogia Empreendedora, pode-se considerar que a sua interrupção foi um grave e histórico equívoco.

4.3.4.2 Possibilidades de reativação ou reaplicação do Programa Bairros em Ação.

Os resultados obtidos pelo Programa Bairros em Ação, conforme os estudos e pesquisas demonstraram, permitem afirmar a possibilidade de reativação ou

reaplicação do Programa em Guarapuava ou em qualquer outra comunidade.

O conceito do Programa é simples, pois, parte do pressuposto que a maioria das oportunidades e das soluções dos problemas da comunidade, depende da própria comunidade, baseado no seu Capital Humano e no seu Capital Social.

Tanto o Capital Humano como o Capital Social são os dois principais pilares de sustentação do Programa.

A articulação do Capital Social, através de suas instituições públicas e privadas, é de fundamental importância no processo de construção de parcerias e de viabilização do Programa.

Um aspecto estratégico e relevante das possibilidades de reativação e reaplicação do Programa é a necessidade das forças vivas (instituições públicas e instituições privadas) ou dos agentes sociais da comunidade assumirem fortemente a condução do Programa, procurando obter apoio político do Poder Público.

No caso específico de Guarapuava, em função do atual Prefeito Municipal ser um adversário político do Prefeito Municipal da época da criação do Programa, é provável que esse Projeto não seja reativado com o apoio da Prefeitura Municipal.

O tempo necessário de desenvolvimento econômico, social e sustentável que o Programa exige é de médio e longo prazo sendo, portanto, diferente do tempo de desenvolvimento político, pois a cada quatro anos ocorrem eleições, e, há a possibilidade de troca de Prefeito Municipal.

Nesse processo de troca de mandatários não é raro que programas e projetos sejam eliminados, principalmente se foram criados ou apoiados por adversários políticos.

Por outro lado, como bem demonstram os estudos e as pesquisas, o Programa pode ser efetivamente viabilizado sem o apoio do Poder Público. Nesse caso, cabe uma forte articulação da sociedade civil organizada, que, através de suas instituições, podem construir as parcerias necessárias para a reativação ou a implantação do Programa.

No questionário feito com os empreendedores ativos e inativos de Guarapuava descobriu-se que o que as pessoas querem, muitas vezes, é atenção e apoio para que continuem acreditando no seu potencial, no seu sonho e na sua cidade.

Quanto mais os estudos sobre desenvolvimento se aprofundam ficam evidentes as responsabilidades das forças vivas, representadas pelas instituições

públicas e privadas, de criarem um ambiente favorável para que ocorra desenvolvimento social, econômico e sustentável na comunidade.

4.3.4.3 Aprofundamento de estudo do Programa Bairros em Ação.

Este estudo e pesquisa realizada não tiveram a pretensão de esgotar o assunto e nem de se oferecer como um estudo único e liquidado. Espera-se que novos estudos e pesquisas possam ser realizados para o aprofundamento dos conceitos de Empreendedorismo, Capital Humano, Capital Social e Desenvolvimento Sustentável.

Os estudos e pesquisas realizados e os resultados destacados até o presente momento sobre o Programa Bairros em Ação não esgotaram em si. Novos estudos podem identificar outras contribuições que o Programa ofereceu a comunidade, e que aqui não foram possíveis de serem identificadas, estudadas e analisadas.

Novos estudos e pesquisas empíricas devem ser estimulados e realizados por aqueles que, principalmente, acreditam que é possível transformar a realidade de uma comunidade, quando se acredita e se investe fortemente nos talentos das pessoas (Capital Humano) e se acredita e se investe também fortemente na capacidade de articulação das forças vivas da comunidade (Capital Social), buscando o Desenvolvimento Sustentável.

4.3.4.4 Apresentação de sugestões que contemplem o desenvolvimento sustentável.

A apresentação de sugestões que contemplem o desenvolvimento sustentável visa atender o quinto objetivo específico deste estudo.

Os relatos, dados e resultados do Programa Bairros em Ação evidenciam que compete exclusivamente às comunidades identificarem onde e de que

maneira querem estar efetivamente no futuro.

Neste sentido, qualquer resultado positivo que se busque, passa necessariamente pelo fortalecimento, geração e formação de Capital Humano e Capital Social, conforme confirmam estudos e pesquisas nos últimos anos.

É preciso e necessário acreditar no potencial de desenvolvimento do ser humano, independente de sua origem, sua cultura e de sua condição social e econômica. Também é preciso acreditar na capacidade das pessoas de se organizarem, de discutirem os seus problemas e de buscarem as soluções mais adequadas as suas realidades.

Uma ação estratégica fundamental é investir fortemente na formação e no desenvolvimento de uma sociedade sustentável com características de comportamentos e atitudes empreendedoras.

Para isso, a metodologia do Ensino de Empreendedorismo da Pedagogia Empreendedora, desenvolvida pelo Professor Fernando Dolabela, pode efetivamente intervir já nos primeiros anos de escola dos indivíduos, desenvolvendo novas gerações de cidadãos comprometidos com os seus objetivos, com as pessoas e com a sociedade.

Com relação ao desenvolvimento local, considera-se que um dos graves problemas enfrentados pelas comunidades é a falta de continuidade de programas e projetos, sobretudo quando ocorrem as trocas de governantes no mais variados níveis.

Esse grave comportamento é uma das mazelas do sistema político do país. Destrói-se facilmente o que foi feito por antecessores muito mais por vaidades pessoais do que por interesse da comunidade.

As comunidades podem evitar que projetos e programas sejam destruídos irresponsavelmente, atuando através das pessoas e de instituições para a formação, articulação e animação das redes sociais voltadas ao desenvolvimento local.

É preciso fazer o que deve ser feito e não ficar decidindo o que os outros devem fazer. As pessoas devem ser conquistadas e tratadas como amigos pessoais e estimuladas ao exercício da liderança, na área que mais se identificam.

Baseado no que fora destacado ao longo deste trabalho, pode-se aferir que os efeitos sobre a continuidade ou descontinuidade dos investimentos em Capital Humano e Capital Social, são importantes e precisam serem levados em consideração pelas forças vivas da comunidade (pública e privada).

Quando ocorre a continuidade das ações toda comunidade ganha em função dos investimentos realizados, das experiências acumuladas, dos resultados alcançados e, principalmente, pelo aumento da auto-estima da comunidade, pois, esta descobre que é capaz de resolver os seus próprios problemas.

Quando ocorre a descontinuidade das ações acontece justamente o inverso: perda de recursos financeiros, econômicos e temporais. Repete-se o modelo dominante gerando frustração, apatia, perda de confiança e falta de motivação para participação em outras ações.

Este capítulo destacou o município de Guarapuava num contexto histórico, a evolução de seus principais indicadores sociais e econômicos no período de 1997 a 2004, bem como os impactos causados pelo Programa Bairros em Ação na geração de Capital Social e Capital Humano. Destacou ainda quais as possibilidades de reativação, reaplicação e aprofundamento de estudos sobre o Programa Bairros em Ação, finalizando com a apresentação de sugestões que contemplam o desenvolvimento sustentável, e os efeitos sobre a continuidade ou descontinuidade dos investimentos em Capital Humano e Capital Social.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES.

5.1 Conclusões.

A questão fundamental levantada no primeiro capítulo e que instigou este estudo foi: Como investimentos em Capital Humano e Capital Social podem gerar o desenvolvimento sustentável de uma comunidade?

Após a introdução ao empreendedorismo, foram destacados conceitos empíricos sobre capital humano, capital social, empreendedorismo, empreendedorismo social e desenvolvimento econômico, humano, social e sustentável. Através da metodologia e do resultado da pesquisa foi identificado e analisado se o empreendedorismo social, como uma ação de desenvolvimento sustentável, está presente na comunidade de Guarapuava. Ainda, foi analisado qual foi o impacto do Programa Bairros em Ação no desenvolvimento sustentável, na geração de Capital Humano e Capital Social.

A disposição e a motivação das forças vivas em 1997, incluindo o Poder Público Municipal, de buscarem, através do diálogo franco e aberto, uma saída que identificasse novos caminhos nas discussões sobre o processo histórico de desenvolvimento do município evidencia que o Programa Bairros em Ação foi uma importante decisão estratégica.

Esse ambiente favorável viabilizou a primeira ação que foi a construção do Plano Básico de Desenvolvimento de Guarapuava. Este Plano levantou e analisou 20 (vinte) áreas sociais e econômicas, identificando os seus pontos fortes e seus pontos fracos, baseados na percepção da própria comunidade, o que originou levando a criação do Fórum Permanente de Desenvolvimento do município.

Pode-se inferir que a seriedade e a confiança construída nesse diálogo inicial criaram um ambiente favorável que deu início a várias ações em parcerias entre as forças vivas e o Poder Público Municipal.

Os dados e as informações identificadas e levantadas neste estudo evidenciam que houve uma forte criação e aumento do Capital Social na

comunidade.

As premissas sobre o Capital Social evidenciam que a geração e o aumento desse Capital em Guarapuava, no período estudado de 1997 a 2004, deu sustentabilidade a várias ações, pois 13 (treze) ações, projetos ou programas não sofreram o processo de interrupção com a troca de Prefeito Municipal, justamente pelo fato dessas ações, projetos ou programas estarem sob a condução de entidades da comunidade.

Outra evidência sobre o aumento e geração de Capital Social foi a criação de mais de 30 (trinta) associações de bairros entre outras entidades.

Importante ressaltar, ainda, que, este estudo não teve a pretensão de negar a existência de Capital Social, antes ou depois das ações evidenciadas no período de 1997 a 2004, pois o contexto histórico de Guarapuava mostra que, em várias oportunidades, a comunidade, representada pelos seus variados segmentos, contribuiu e continua contribuindo com Estado do Paraná e com o Brasil.

O aumento e a revitalização do Capital Social existente na comunidade criou projetos e programas voltados para o Capital Humano entendido aqui como empreendedorismo, conforme evidenciado nas análises dos resultados da pesquisa bem como nos relatos do Programa Bairros em Ação.

Na análise dos resultados da pesquisa ficou evidente que a maioria dos empreendedores não estava preparado ou devidamente treinado ou qualificado para abrir empreendimentos. O Programa Bairros em Ação propiciou, para praticamente, a totalidade dos empreendedores cursos e treinamentos para que eles pudessem enfrentar os desafios de empreender.

A maioria absoluta dos empreendedores reconheceram que os cursos e treinamentos que receberam, de alguma maneira, ajudaram na formação como empreendedores, sugerindo que houve melhoria no Capital Humano da comunidade.

Quanto ao apoio que os empreendedores receberam para empreender, evidenciou-se que o apoio recebido da família (Capital Humano) e o apoio recebido do governo e de entidades (Capital Social) foram os mais expressivos, também sugerindo que foram importantes fatores de motivação e de realização.

No que se refere ao impacto do Programa Bairros em Ação na comunidade, pode-se concluir que houve uma importante contribuição para a

geração de Capital Social e Capital Humano.

Pode-se ainda, inferir que houve geração de Capital Social em função das várias parcerias que foram construídas para a viabilização e execução de vários projetos mencionados neste estudo. Algumas dessas ações, projetos e programas continuam ativos na comunidade.

Quanto à geração de Capital Humano pelo Programa Bairros em Ação, o relato no quarto capítulo evidencia os importantes impactos na geração de trabalho, renda e acesso à informação e ao conhecimento. Ocorreram importantes investimentos na qualificação dos empreendedores, destaca-se a participação em cursos e treinamentos de 7.074 (sete mil e setenta e quatro) pessoas.

Os impactos na geração de trabalho e renda também foram significantes, pois para cada R\$ 1,00 (um) real investido pelos parceiros no Programa, o retorno para a comunidade foi de R\$ 17,00 (dezessete) reais. Outro resultado positivo foi a geração de 3.220 (três mil duzentos e vinte) empregos.

Os estudos empíricos evidenciam que nos ambientes com altos níveis de Capital Social, onde a comunidade acredita na cooperação, na parceria, na atuação em rede e que os membros procuram resolver os seus conflitos democraticamente ocorre a geração de confiança e a geração de capacidades empreendedoras nas pessoas, as quais levam, efetivamente, ao desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Baseado nos estudos empíricos e nos resultados alcançados, pode-se concluir que no período de 1997 a 2004, as ações, projetos e programas criaram um ambiente favorável à geração e ao aumento de Capital Social e de Capital Humano em Guarapuava.

5.2 Sugestões.

Preende-se que este trabalho abra espaço e motive a realização de outros estudos e pesquisas, pois as limitações impostas em qualquer estudo ou pesquisa apresentam lacunas.

Este trabalho de pesquisa, não esgota em si mesmo. Sugere-se que este estudo, além de resgatar importantes fatos e realizações, também possa contribuir para uma saudável sensibilização e discussão sobre a necessidade do fortalecimento das instituições, do aumento da participação na construção dos objetivos de uma comunidade, na geração e aumento do Capital Social e Capital Humano, que leve a comunidade, efetivamente, ao Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável.

Neste contexto, algumas sugestões para futuras pesquisas estão descritas a seguir:

- De que maneira, as forças vivas de Guarapuava (instituições públicas e instituições privadas), baseadas nas premissas do Capital Social e Capital Humano, podem elaborar um Planejamento Estratégico, visando alcançar objetivos, que leve ao Desenvolvimento Sustentável no bicentenário do município em 2019?
- Como o poder político de Guarapuava contribui para a geração de Capital Social e Capital Humano, objetivando o Desenvolvimento Sustentável?
- De que maneira as características da cultura, crença e valores da comunidade de Guarapuava têm contribuído ou não no processo de geração de Capital Social e Capital Humano objetivando o Desenvolvimento Sustentável?
- Quais seriam as características sociais, econômicas e políticas de Guarapuava, se houvesse instalada na cidade uma instituição de ensino superior a partir de 1940, período inicial da industrialização da Madeira?

Finalizando, pode-se inferir que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que a comunidade alcance o Desenvolvimento Sustentável, principalmente pela descontinuidade de ações estratégicas quando ocorrem mudanças políticas, principalmente, no Poder Executivo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE GUARAPUAVA - ADESG. **Grupo Paradigmas**. Ações que possam contribuir para o desenvolvimento de Guarapuava. Guarapuava: ADESG, 2003.

ALVES, A.F. **Análise de qualidade de vida e grupos sociais organizados em Vera Cruz, Estado de São Paulo**. 1996. 152 f. Dissertação (Mestrado em...) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESA, Piracicaba, 1996.

BIRLEY, S; MUZYKA, D. F. **Dominando os desafios do empreendedor: o seu guia para se tornar um empreendedor**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

BOAVA, D. L. T. **Estudo sobre a dimensão ontológica do empreendedorismo**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, 2006.

CEPPE – Centro de Estudos, Pesquisas e Planejamento. **Guarapuava em Números: uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos**. Curitiba: Ceppe, 2007.

DEGEN, R. **O Empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo: Cultura, 1999a.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. São Paulo: Cultura, 1999b.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora: o ensino de empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento social sustentável**. São Paulo: Cultura, 2003a.

DOLABELA, F. **Empreendedorismo uma forma de ser: saiba o que são empreendedores individuais e empreendedores coletivos**. Brasília: AED, 2003b.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1998.

DRUCKER, P. F. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FILLION, L. J. O Empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: IEL—Instituto Euvaldo Lodi. **Empreendedorismo**: ciência, técnica e arte. Brasília: IEL, 1999.

FILLION, L. J. **Um roteiro para desenvolver o empreendedorismo**. III Encontro Internacional de Empreendedorismo. Recife: IEL Instituto Euvaldo Lodi, 2004.

FILLION, L. J.; DOLABELA, F. **Boa idéia! E agora?**: plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa. São Paulo: Cultura, 2000.

FRANCO, A. **Capital social**. Brasília: Millennium, 2001.

FRANCO, A. **Pobreza & desenvolvimento local**: DLIS – desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: AED, 2002.

FRANCO, A. **A Revolução do local**: globalização, glocalização, localização. São Paulo: Cultura, 2003.

FRANCO, A. **Carta Rede Social 151**: quatro lições do desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.augustodefranco.com.br>>. Acesso em: 23 de novembro de 2007.

FUNDAÇÃO BRASIL. **Guarapuava em números**: uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos. Florianópolis: Fundação Brasil, 2004.

GEM. **Empreendedorismo no Paraná**: Global Entrepreneurship Monitor – GEM. Curitiba: IBQP, 2001.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil: Global Entrepreneurship Monitor – GEM.** Curitiba: IBQP, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HISRICH, R. D; PETERS, M. P. **Empreendedorismo.** 5. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

MANZINI, E., et al. **O Desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais.** São Paulo: Edusp, 2002.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO NETO, F. P; FROES, C. **Empreendedorismo social: transição para uma sociedade sustentável.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba. V. 5, p. 37-48, maio/ago. 2002.

PAIVA, V. O conceito de capital humano. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 113, p. 185-191, julho/2001.

PONCHIROLLI, O. O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo. **Revista FAE**. Curitiba, V. 5, n. 1, p. 29-42, jan./abr. 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Programa Bairros em Ação: Prêmio Governador Mário Covas para o Prefeito Empreendedor - Sebrae.** Guarapuava: Prefeitura Municipal, Setembro de 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Programa Bairros em Ação: avaliação do impacto do programa no município.** Guarapuava: CEPPE, Julho 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Secretaria de Indústria e Comércio**: relatório de atividades – gestão 2001/2004. Guarapuava: SIC, Dezembro 2004.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

QUIRINO, S. F.S. **Estudo de um caso de perspectiva de desenvolvimento sustentável aplicado pela empresa terra fine papers**: ecoempreendedorismo. 1999. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1999.

SACHS, I. **Desenvolvimento humano**: trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Brasília: Sebrae, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002b.

SEBRAE-NA. **Relatório de pesquisa**. Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil. Brasília: Sebrae, 2004.

SEBRAE-NA. **Relatório de pesquisa**. Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das micros e pequenas empresas no Brasil. Brasília: Sebrae – Vox Populi, 2007.

SEBRAE-PR. **Prêmio comunidade empreendedora**. As histórias de 15 comunidades que optaram pela mudança. Curitiba: SEBRAE-PR, 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VICENTE, J. C. **O Paraná e seus municípios**. Curitiba: Memória Brasileira, 1996.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Nomes e período (s) de governo de todos os Prefeitos de Guarapuava

Prefeito Municipal	Período do mandato
Pedro Lustosa de Siqueira	1889 / 1894
José de Freitas Saldanha	1894 / 1896
Zacarias Caetano Coelho do Amaral	1896 / 1900
Francisco Caetano do Amaral	1900 / 1904
Joaquim C. Teixeira	1904 / 1908
Frederico Ernesto Virmond	1908 / 1912
Luiz Miguel Schleder	1912 / 1916
Francisco Solano Alves de Camargo*	1916 / 1920
Romualdo Baraúna	1920 / 1924
Francisco Solano Alves de Camargo	1924 / 1928
Antonio Ribeiro de Brito	1928 / 14-07-1929
Francisco Solano Alves de Camargo	14-07-1929 / 1930
Augusto Gomes de Oliveira	1930 / 1932
Arlindo Martins Ribeiro	1932 / 24-03-1936
Generoso de Paula Bastos	24-03-1936 / 15-04-1936
Aníbal Virmond	15-04-1936 / 17-06-1938
Fernando I. Junior	17-06-1938 / Abril-1939
Ulysses Bitencourt Uchoa	Abril-1939 / Dez-1939
Mario Pimentel de Camargo	1940 / 1942
Henrique Santos	1943
Antonio Lustosa de Oliveira*	1944
Emygdio dos Santos Pacheco	1945
Antonio Lustosa de Oliveira	1946
Altino Borba	1946
Juvenal de Assis Machado	1947 / 1950
José de Mattos Leão	1950 / 1954
Joaquim Prestes	1954 / 1958
Moacir Julio Silvestri*	1958 / 1962
Eloy Pimentel	1963
Nivaldo Passos Krüger*	1963 / 1969
Moacir Julio Silvestri	1969 / 1973
Nivaldo Passos Krüger	1973 / 1977
Candido Pacheco Bastos	1978 / 1983
Nivaldo Passos Krüger	1984 / 1988
Luiz Fernando Ribas Carli*	1988 / 1992
Cesar Augusto Franco	1993 / 1996
Vitor Hugo Ribeiro Burko*	1997 / 2000
Vitor Hugo Ribeiro Burko	2001 / 2004
Luiz Fernando Ribas Carli	2005 / 2008

*Prefeitos que exerceram mais de um mandato.

APÊNDICE B
Formulário de coleta de dados

Prezados (as) Senhores (as)

Este formulário é parte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, para analisar se o empreendedorismo social, como uma ação de desenvolvimento sustentável, está presente na comunidade de Guarapuava. Para isso, é necessária uma pesquisa quantitativa junto aos empreendedores que participaram do Programa Bairros em Ação, para avaliar o impacto deste programa como uma ação de desenvolvimento sustentável para o nosso município.

Ao responder as perguntas, você estará dando uma grande contribuição à Universidad de La Empresa, à comunidade de Guarapuava, Autoridades, Lideranças, Entidades e aos futuros Empreendedores.

O resultado da pesquisa não visa julgar o desempenho do entrevistado, pois o seu principal objetivo é a de contribuir para que as políticas do poder público e da sociedade organizada possam contribuir para a geração de desenvolvimento humano social e sustentável.

É importante destacar que, quanto mais reais forem as informações prestadas, maior será a sua contribuição para este estudo.

Todas as informações prestadas serão tratadas de modo confidencial.

Atenciosamente.

Sérgio Cristóvão Zarpellon

*Mestrando em Administração pela Universidad de La Empresa – Montevideo,
Uruguay*

Formulário nº

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do empreendedor:
1.2 Idade:
1.3 Sexo:
1.3.1 Masculino: ()
1.3.2 Feminino: ()
1.4 Escolaridade
1.4.1 Até o 1º grau incompleto: ()
1.4.2 1º grau completo: ()
1.4.3 2º grau incompleto: ()
1.4.4 2º grau completo: ()
1.4.5 Superior incompleto: ()
1.4.6 Superior completo: ()
1.4.7 Pós-graduação ou superior: ()
1.5 Nome de fantasia do empreendimento:
1.5.1 Data do início das atividades:
1.5.2 Data do término das atividades:
1.6 Ramo de atividade do empreendimento:
1.6.1 Comércio: ()
1.6.2 Serviço: ()
1.6.3 Indústria: ()
1.7 Formalidade
1.7.1 Formal: ()
1.7.2 Informal: ()
1.8 Número de pessoas ocupadas na empresa direta e indiretamente:
1.8.1 Sócios e familiares: ()
1.8.2 Empregados formais: ()
1.8.3 Empregados informais: ()
1.8.4 Empregados indiretos: ()
1.8.5 Total: ()

2 QUESTÕES INERENTES AOS EMPREENDEDORES

2.1 Você abriu o empreendimento por: (Aceita mais de uma resposta).
2.1.1 Oportunidade de negócio: ()
2.1.2 Falta de emprego: ()

2.1.3 Conhecimento do ramo do empreendimento: ()
2.1.4 Desejo de independência financeira: ()
2.1.5 Disponibilidade de capital próprio: ()
2.1.6 Realização pessoal e profissional: ()
2.1.7 Outro – especificar:

2.2 Quais foram os motivos que mais dificultaram para abrir o seu empreendimento? (Aceita mais de uma resposta).
2.2.1 Falta de recursos financeiros: ()
2.2.2 Falta de lugar (ponto ou barracão): ()
2.2.3 Não conhecer bem o ramo de atividade: ()
2.2.4 Medo e insegurança: ()
2.2.5 Experiências negativas anteriores: ()
2.2.6 Impostos: ()
2.2.7 As condições econômicas do país não eram as melhores: ()
2.2.8 Muita concorrência: ()
2.2.9 Não possuir apoio: ()
2.2.10 Falta de treinamentos em gestão empresarial: ()
2.2.11 Burocracia: ()
2.2.12 Outros – Citar:

3 APOIO PARA EMPREENDER

3.1 Qual foi o apoio que você recebeu para abrir seu empreendimento? (Aceita mais de uma resposta).
3.1.1 Crédito do sistema financeiro: ()
3.1.2 Não precisei: ()
3.1.3 Recebi apoio da família: ()
3.1.4 Parceria com outros empreendimentos ou empreendedores: ()
3.1.5 Incentivos de programas de governos e entidades da comunidade: ()
3.1.6 Nenhum: ()
3.1.7 Outro – especificar:

4 QUANTO A PREPARAÇÃO PARA EMPREENDER

4.1 Você julga que estava bem preparado (treinado ou formado) para abrir o empreendimento?
4.1.1 Sim: ()
4.1.2 Não: ()
4.2 Você recebeu ou participou de cursos e treinamentos para enfrentar os desafios de empreender:
4.2.1 Sim: ()
4.2.2 Se a resposta for sim, qual foi a quantidade por ano: ()
4.2.3 Total de cursos e treinamentos que participou no período do programa: ()
4.2.4 Não: ()
4.3 Os cursos e treinamentos de que você participou ajudaram de alguma maneira, na sua formação como empreendedor?
4.3.1 Sim: ()
4.3.2 Por quê?
4.3.3 Não: ()
4.3.3 Por quê?

5 QUANTO AO IMPACTO DO EMPREENDIMENTO NA COMUNIDADE

5.1 Você julga que o seu empreendimento causou algum impacto social e/ou econômico na comunidade?
5.1.1 Sim: ()
5.1.2 Não: ()
5.1.3 Em caso afirmativo qual foi esse impacto?

PARA OS EMPREENDEDORES QUE POSSUEM O EMPREENDIMENTO EM ATIVIDADE

6 AVALIANDO O EMPREENDIMENTO

6.1 Como você avalia o seu empreendimento hoje:
6.1.1 Abaixo das expectativas iniciais: ()
6.1.2 Dentro das expectativas iniciais: ()

6.1.3 Acima das expectativas iniciais: ()
--

7 QUANTO AO FUTURO DO EMPREENDIMENTO

7.1 Com relação ao empreendimento você pretende:

7.1.1 Ampliar: ()

7.1.2 Manter como está: ()

7.1.3 Diminuir: ()

7.1.4 Mudar de ramo: ()

7.1.5 Encerrar atividades: ()

PARA OS EMPREENDEDORES QUE ENCERRARAM AS ATIVIDADES

8 O ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO

8.1 Quais os motivos que levaram você a encerrar as atividades de seu empreendimento: (destacar pela ordem de importância)

8.1.1 Concorrência: ()

8.1.2 Falta de clientes: ()

8.1.3 Crise econômica: ()

8.1.4 Inadimplência dos clientes: ()

8.1.5 Falta de crédito do sistema financeiro: ()

8.1.6 Carga tributária muito alta: ()
--

8.1.7 Instalações precárias ou inadequadas: ()

8.1.8 Falta de funcionários qualificados: ()

8.1.9 Falta de qualidade dos produtos ou serviços oferecidos: ()

8.1.10 Falta de conhecimento gerencial e técnico do negócio: ()
--

8.1.11 Preços praticados acima dos preços do mercado: ()

8.1.12 Problemas pessoais na sociedade: ()

8.1.13 Falta de apoio do poder público e de entidades comunitárias: ()

8.1.14 Juros do sistema financeiro abusivo: ()

8.1.15 Falta de fornecedor de matéria-prima ou serviços ()

8.1.16 Outros – especificar:

9 QUANTO A REINICIAR ATIVIDADES

9.1 Mesmo tendo encerrado as atividades, você gostaria de iniciar outro negócio?

9.1.1 Sim: ()

9.1.2 Não: ()

9.1.3 Talvez daqui algum tempo: ()

9.1.4 Ainda não tenho opinião a respeito: ()

9.1.5 Já iniciei outro (s) empreendimento (s): ()

10 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO EMPREENDEDOR

10.1 Você gostaria de expressar sua opinião sobre a (s) experiência (s) com o Programa Bairros em Ação?

Fonte: formulário elaborado pelo autor

Pesquisado por Sérgio Cristóvão Zarpellon

data:

ANEXO

ANEXO
Fotos de Guarapuava



Foto 1 – Cacique Guairacá e Lobo Guará - Ícones de Guarapuava.



Foto 2 – Vista aérea Centro, Lagoa das Lágrimas e Parque do Lago.



Foto 3 – Centro Rua XV de Novembro.